

Faculdade de Psicologia e de Ciências Sociais

Universidade do Porto

**O EFEITO DA AVALIAÇÃO DOS MEMBROS DESVIANTES NO PROCESSO
DE VALIDAÇÃO NORMATIVA**

Claudia Maria Ferreira Ribeiro

Dissertação de Mestrado em Psicologia Social

Orientação pelo Prof. Dr. José M. Marques

Porto, 2001

Aos meus pais

Ao Carlos

Ao meu irmão

Ao meu padrinho

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. José M. Marques pela disponibilidade e rigor na orientação da presente dissertação.

À Dr^a Isabel Pinto pela colaboração, apoio e proveitosos debates.

À Dr^a Fernanda Faria pela indispensável colaboração nos estudos.

Às seguintes instituições: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto; Instituto Superior de Engenharia do Porto e à Universidade do Minho, Departamento de Ciências Sociais; pela disponibilização dos meios necessários à realização dos estudos.

Aos alunos que participaram nas experiências.

Aos meus pais, ao meu irmão e ao Carlos pelo apoio incondicional.

Índice

Introdução	1
Análise Sociológica da Sociedade e do Desvio	13
Pareto	13
Resíduos e Derivações	13
Funcionamento da Sociedade	14
Elite	14
A Elite e os Resíduos	15
Ordem Social	15
A Massa e os Resíduos	16
Durkheim	17
Consciência Colectiva	17
Sociedades de Solidariedade Mecânica e Consenso	18
A Função Social do Desvio	19
Controlo Social	20
Weber	20
Processos Grupais: A Perspectiva Psicológica	22
A Perspectiva dos Pequenos Grupos	22
A Composição do Grupo	23
Estrutura do Grupo	24
A Formação das Normas nos Pequenos Grupos	24
Sherif e o Efeito Autocinético	25
Normas e Grupos de Referência – Newcomb (1943;1963)	27
O Efeito de Asch e o Conformismo	28
Dependência Normativa e Dependência Informacional	29
Interligação dos Estudos Clássicos efectuados com	
Pequenos Grupos acerca da Formação de Normas,	
Conformidade e Influência	30
Desvio nos Pequenos Grupos	32
Desvio e Rejeição – Schachter (1951)	32

A Perspectiva da Identificação Social	34
Teoria da Identidade Social	34
Continuum Interpessoal - Intergruppal	36
Semelhança entre os Comportamentos Puramente Intergrupais e o Paradigma dos Grupos Mínimos	37
Categorização Social e Identidade Social	38
Identidade Social	39
O Processo de Categorização	39
Comparação Social e Identidade Social Positiva	40
Aquisição da Diferenciação Grupal	41
Paradigma dos Grupos Mínimos	41
Críticas ao Paradigma	42
Teoria da Auto-Categorização	45
Influência Informacional Referente	45
A Incerteza Subjectiva e o Papel dos Protótipos	
Na Formação de um Antagonismo Funcional	46
Efeito Ovelha Negra	48
Estudos e Conclusões	49
Normas Sociais	53
Normas Sociais	53
Normas Denotativas e Normas Prescritivas	54
Diferenças entre as Normas Denotativas e As Normas Prescritivas	55
Transgressão e Conformidade às Normas	56
Dinâmica Subjectiva de Grupos	57
Processo de Validação Normativa	59
Função da Punição	60
Condições Essenciais para Desencadear Mecanismos de Controlo Social	61
Investigação sobre a Dinâmica de Grupos Subjectiva	63
Estudos Pré-Teste	63
Estudo 1 – O Efeito da Avaliação dos Membros Normativos e Desviantes da Dinâmica de Grupos Subjectiva	66

Método	68
Discussão e Resultados	71
Conclusão	74
Estudo 2 – O Efeito da Avaliação dos Membros	
Desviantes na Dinâmica de Grupos Subjectiva	76
Método	77
Discussão e Resultados	79
Conclusão	82
Estudo 3 – O Processo de Validação Normativa em	
Grupos Mínimos	85
Método	86
Discussão e Resultados	89
Conclusão	91
Estudo 4 – O Processo de Validação Normativa e a	
Validação Consensual	93
Método	94
Discussão e Resultados	97
Conclusão	100
Discussão Geral	102
Conclusão Geral	105
Bibliografia	109

INTRODUÇÃO

O presente trabalho situa-se no domínio das relações intragrupais e intergrupais, sendo o seu objectivo genérico estudar o desvio. A ideia central é que o desvio cumpre um objectivo fundamental para o grupo, o objectivo de unificar e manter a coesão do grupo, através do reforço das normas.

Esta perspectiva vai contra o fenómeno de exclusão social das sociedades doutros tempos. Nestas sociedades a exclusão social podia revestir a forma de exílio, do ostracismo ateniense, da proscricção ou do desterro romano. A maior parte destas rejeições consistiam em separar um indivíduo ou um grupo da comunidade ordinária. Podemos afirmar que na maior parte das sociedades históricas existia uma distinção entre os membros de pleno direito e os membros com um estatuto à parte (os desviantes). Desta forma, a exclusão fazia parte da normalidade das sociedades, sem levantar casos de consciência moral ou política, a não ser quando suscitasse a misericórdia sob a forma de virtude ou de caridade.

A temática do conflito permite explicar o ponto de partida de um processo de exclusão social que começa pela derrota dos desviantes que serão, pouco a pouco, rejeitados pela sua não conformidade com o modelo dos vencedores. O que define a diferença entre os membros normativos e os membros desviantes são os valores e as normas, sejam elas de carácter religioso, político ou valores oficiais, como o direito ao trabalho ou à escola. É em nome destas normas, ou representações do mundo, que os membros desviantes acabam por ser excluídos dos grupos. O facto de não partilhar as mesmas normas faz do desviante o detentor de um atributo negativo que o classifica na categoria de estigmatizado, ou seja, numa categoria negativa.

Todas as esferas da sociedade actual estão submetidas a níveis e a limites de normalidade, que definem em resposta, um insucesso em relação à normalidade. Este processo de insucesso em relação à normalidade é constitutivo do processo de exclusão. A sociedade de acolhimento possui um limite de acumulação de desvios que a partir do qual se torna insuportável a manutenção do membro no grupo.

Com esta dissertação vamos concentrar a nossa atenção sobre a história duas abordagens disciplinares do fenómeno do desvio. Começaremos por expor as concepções daqueles que são considerados como os “fundadores” da sociologia: Durkheim, Weber e Pareto e, em seguida, a contribuição das teorias e premissas psicológicas: Teoria da Identidade Social (Tajfel), Teoria da Auto-categorização (Turner e colegas), o Efeito Ovelha Negra (Marques e colegas) e a Dinâmica de grupos subjectiva (Marques e colegas). A conjugação destas duas ciências, em especial da psicologia, permite-nos sublinhar o duplo desafio teórico e metodológico que é o Desvio.

Esta dissertação foi organizada de acordo com dois grandes eixos, simultaneamente cronológicos e temáticos. O primeiro grande eixo é o da Teoria da Sociologia clássica acerca do desvio; o segundo grande eixo é o das Teorias e das premissas psicológicas. Este último grande eixo é subdividido em quatro grupos: 1) o estudo Processos Grupais nos Pequenos Grupos vs o estudo Dos Processos Grupais nos Grupos Mínimos; 2) o Efeito Ovelha Negra; 3) As Normas Sociais; e, por último, 4) a Dinâmica de grupos subjectiva e o Processo de Validação Normativa.

Os fundadores da sociologia interessam-se pelo desvio como um resultado. Eles, preferem concentrar todos os seus esforços na análise a montante e descobrir os factores de ordem, de coerência das representações colectivas e da coesão do agregado social. A questão central da sua problemática interroga-se sobre o porquê e o como de os homens viverem em conjunto. Ou seja, Durkheim (1858-1917), Weber (1864-1920) e Pareto (1848-1923) esforçam-se por demonstrar os mecanismos da ordem social, só se preocupando com os factores de desagregação social, no mesmo sentido que se esta coloca em causa a ordem social.

Cada um dos três autores esclarece um dos aspectos particulares do ordenamento social global. Durkheim (1895) preocupa-se principalmente com a forma do agregado social “horizontal”: o que liga os homens entre si e lhes permite tecer relações de solidariedade. Weber (1904) interessa-se pela natureza do agregado social nos seus aspectos “verticais”: o que liga os homens às representações colectivas, às quais aceitam submeter-se tornando-se estas em valores que lhes são comuns. Pareto (1968) interessa-se pela natureza do homem social e pela análise do funcionamento da sociedade, tendo

em conta que, os homens agem de acordo com sentimentos (resíduos), apesar de tentarem justificar os seus sentimentos através de sistemas intelectuais que fornecem uma aparência racional (derivações).

A temática do desvio, em sociologia, permite listar as diferentes atitudes da sociedade no que diz respeito aqueles que rejeita. Esta temática também explica como a sociedade representa os seus excluídos, nomeadamente, se procura ignorá-los ou conhecê-los e agregá-los. É, no entanto, necessário contextualizar o tema – desvio - nas correntes psicológicas.

Em Psicologia Social existem duas formas diferentes de iniciar a pesquisa sobre processos grupais, dentro dos quais está incluído o desvio. Daí a nossa necessidade em subdividir o segundo grande eixo desta dissertação em dois sub-eixos. A pesquisa em pequenos grupos e, a pesquisa de acordo com a identificação social. A primeira forma de pesquisa, focaliza a formação e a coesão do grupo assim, como o desvio. Neste sentido, damos especial importância ao conceito de grupalidade de Campbel (1985), à formação das normas do grupo de Sherif (1936), ao efeito de socialização de Newcomb (1943), ao efeito de Asch e o conformismo (1940), à dependência normativa e dependência informacional de Deutsch e Gerard (1955) e ao estudo de Schachter (1951) sobre o desvio e a rejeição.

Podemos então dizer, que neste primeiro sub-eixo iniciámos o estudo dos processos grupais a partir do conceito de grupo, para isso utilizamos o conceito de Campbel (1985) que nos sugere que o grupo só é percebido como grupo quando detém, através da observação de membros exteriores ao grupo, determinados elementos, como, a proximidade, a semelhança e o sentimento de destino comum. Em suma, de acordo com este autor, um grupo só pode ser designado como um grupo quando possui uma interacção regular, por parte dos seus membros, quando partilha uma referência comum e quando os comportamentos dos membros do grupo são percebidos como comportamentos interdependentes. Para existir comportamentos interdependentes tem que existir a noção de norma dentro do grupo, ou seja, de uma escala de referência, ou de avaliação que define uma margem de comportamentos, atitudes e opiniões, permitidos e repreensíveis. Neste sentido, definiremos quais os mecanismos que permitem a formação de normas nos Pequenos Grupos (Sherif e o efeito Autocinético, 1936; Normas e Grupos de Referência, Newcomb, 1943, 1963), como os membros se conformam às normas do grupo (Efeito de Asch e o conformismo, 1940) e de que forma

são influenciados (dependência normativa e dependência informacional, Deustch e Gerard, 1955). Esta investigação permite-nos chegar à conclusão de que o consenso necessário para criar uma norma também é necessário para os membros efectuarem pressão social no sentido de gerarem adesão às normas do grupo. Sendo que, a não conformidade desencadeia este segundo processo de consenso, o qual pode terminar num processo normativo de reintegração (convertido) ou num processo normativo de expulsão simbólica do membro desviante (aquele que transgride as normas do grupo), como nos demonstra o estudo de Schachter (1951) acerca do desvio.

A segunda forma de pesquisa focaliza os processos de pertença às grandes categorias sociais e de diferenciação social entre essas categorias e dentro dessas categorias. Nesta segunda forma de pesquisa concentrar-nos-emos, essencialmente, na Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1959; 1963; 1972) e na Teoria da Autocategorização (Turner et al, 1987). Para isso, iniciaremos a pesquisa na construção da pertença a um grupo ou categoria social, ou seja, na definição de grupo de pertença (ingroup) e no outro grupo (outgroup). Estas são as noções básicas que nos permitirão apreender o desenvolvimento das avaliações positivas e negativas do grupo assim como, o sentimento de pertença e o investimento emocional dessa pertença (identidade social). Pretendemos saber até que ponto o indivíduo se identifica com o grupo de que faz parte e como avalia os outros membros, sejam eles membros normativos (membros que seguem as normas do grupo) ou membros desviantes. Até aqui estamos a aflorar os fenómenos intragrupais, no entanto, existe, através da categorização social, uma tendência natural para acentuarmos as semelhanças intragrupais e as diferenças intergrupais. Os mecanismos cognitivos da categorização social são importantes para a divisão social entre nós (ingroup) e os outros (outgroup). Esta divisão social também só é possível através da comparação social entre os dois grupos. Os aspectos psicológicos e as consequências da pertença a um grupo aparecem devido à inserção do membro numa estrutura multi-grupo. O grupo social preenche a função de proteger a identidade social dos seus membros. Esta protecção só acontece se o grupo conseguir manter uma distintividade positiva e valorizada em relação aos outros grupos, ou seja, uma identidade social positiva (Tajfel, 1978; 1982; Tajfel e Turner, 1986; Brown, 1984). Como culminar desta necessidade de possuir uma identidade social positiva, verificamos, através do Paradigma dos Grupos Mínimos (Tajfel et al. 1971; Tajfel,

1978), que os indivíduos quando colocados em grupos artificiais, actuam da mesma forma que actuariam se colocados em Pequenos Grupos. Ou seja, o comportamento é diferenciar positivamente o ingroup do outgroup. A Teoria da Autocategorização formalizou este processo de diferenciação psicológica entre categorias sociais através do princípio do metaconstraste. De acordo com este princípio e, dentro de um grupo de estímulos que evocam duas categorias diferentes, o indivíduo pondera se as semelhanças entre os membros da mesma categoria são maiores do que as semelhanças entre as diferentes categorias sociais. Quando isto acontece o indivíduo pode determinar as posições prototípicas dos dois grupos comparados, ou seja, as posições que maximizam a semelhança dentro do grupo, maximizando, para isso, as diferenças entre os grupos. Podemos assim afirmar, que o comportamento social advém de um sentimento partilhado de identificação a um dado grupo. Da mesma forma, a uniformidade dentro do grupo só pode ser atribuída à identificação com o protótipo do grupo (Turner, 1991; Turner e Hogg, 1987; Turner, Wetherell e Hogg, 1989). O protótipo do grupo é aquele que simboliza a maximização das semelhanças dentro do grupo e das diferenças com o outro grupo. Para a Teoria da Autocategorização torna-se assim, difícil conceber o desvio como um processo intragrupal. No entanto, existem uma série de elementos que contrariam esta posição. Como é o caso do Efeito Ovelha Negra (avaliação dos membros socialmente desejáveis e socialmente indesejáveis do nosso grupo de forma, mais favorável e mais desfavorável que os membros do outgroup) (Marques, 1988; 1990; 1993; Marques e Paez, 1994; 1996). O efeito ovelha negra parece ser o resultado de um investimento emocional dos sujeitos na garantia de uma identidade social positiva. Este efeito é uma tentativa de hostilização dos membros do ingroup que ameaçam, do interior, a positividade do grupo. Ao hostilizarem os membros indesejáveis do ingroup, os sujeitos estão a garantir a coesão do grupo em torno de valores aceites como positivos. Ou seja, o Efeito Ovelha Negra trata-se de um efeito essencialmente normativo. A noção da Dinâmica de grupos subjectiva fundamenta-se em duas ideias essenciais: a primeira é que o desvio pode ajudar a implementar a identidade social positiva dos membros normativos do grupo e, a segunda é que a relação de hostilidade dos membros normativos ao desvio intragrupal deve ser entendida num contexto mais geral das relações entre grupos (Marques et al, 2000). Com este modelo tenta-se articular as funções sociais com as funções psicológicas da reacção ao desvio. A ideia subjacente a este modelo é que,

primeiramente, a motivação de base destes indivíduos para construir e manter uma identidade gratificante do ingroup leva-os a procurar comparações intergrupais positivas (Tajfel, 1978). No entanto, em muitas situações pode emergir um desvio intragrupal que não pode ser resolvido através da mudança do critério de categorização. Neste caso, os indivíduos punem o desviante. Esta punição reforça a solidariedade dos membros do grupo e do seu envolvimento com a norma. Ou seja, a punição permite a revalidação da norma do grupo (Processo de Validação Normativo).

Propomos, com base no que no que foi dito anteriormente, para o nosso estudo empírico a manutenção dos desviantes no grupo com o intuito de assim, poderem validar as suas normas. Esta crença baseia-se no facto de que os sujeitos se encontram inseridos em grupos e que consideram as normas desses mesmos grupos como elementos definidores do próprio eu. Este carácter definatório das normas grupais, facilita aos membros, a validação subjectiva das suas opiniões acerca da realidade social e da realidade física. Esta postura, relativamente às normas permite o estabelecimento de padrões normativos de acção, os quais facilitam a vida em grupo, ou seja, os membros agem de acordo com os padrões e as expectativas dos outros membros. Esta validação é colocada em causa aquando do aparecimento de um desviante. O objectivo central desta dissertação é saber a forma como os restantes membros reagem perante este membro, ou seja, se o avaliam negativamente ou se, através da redefinição das fronteiras do grupo o rejeitam.

A hipótese principal deste trabalho é de que o grupo mantém o desviante no sentido em que ele cumpre uma função social de reacreditação do grupo, ou seja, ele, através da violação da norma, permite ao grupo a sua manutenção e a sua validação. Todos os estudos desenvolvidos visam a verificação desta hipótese (Hipótese do Processo de validação Normativa).

A nossa componente empírica é composta por quatro estudos experimentais. O primeiro estudo experimental procura verificar a ocorrência dos processo de validação normativa e de decréscimo da importância valorativa das normas. Como este primeiro estudo enferrou de inúmeras deficiências metodológicas, construímos um segundo estudo que pretendia verificar os mesmos processos que o primeiro. O terceiro estudo procura verificar a ocorrência destes processos em grupos artificiais. O quarto estudo procura verificar em que medida a validação consensual com o grupo (Ingroup vs Outgroup) interfere com o processo de validação normativa.

A primeira fase da investigação centrou-se na elaboração de dois estudos pré-testes. O primeiro destes estudos foi criado com o intuito de nos fornecer as normas dos estudantes universitários e os traços que caracterizam os estudantes universitários positivos (bons alunos) e negativos (maus alunos). A partir dos dados obtidos no primeiro estudo, construímos o segundo estudo. Com este estudo, pretendíamos verificar a credibilidade das descrições construídas a partir dos traços enunciados no estudo anterior (actualidade das normas universitárias).

O primeiro estudo experimental foi efectuado com grupos naturais. Os participantes podiam pertencer a uma das quatro condições experimentais, visto que o plano experimental foi um 2 (Grupo de Pertença: Ingroup vs Outgroup) X 2 (Avaliação: Possibilidade de Avaliação vs Impossibilidade de Avaliação) X 2 (Tipo de Membro: membro Normativo vs Membro Desviante). O Tipo de Membro é uma variável intra-sujeitos. As nossas medidas dependentes são: a) Identificação Grupal; b) Percepção de Homogeneidade Grupal; c) Avaliação dos Membros e d) Validação das Normas. Os resultados demonstram que quando os participantes têm oportunidade de avaliar o membro desviante do ingroup efectuam um processo de validação normativo, enquanto que quando não possuem essa possibilidade efectuam um decréscimo da importância das normas. Ao nível do outgroup verificamos que tanto os participantes que têm a oportunidade de avaliar o membro desviante como aqueles que não têm essa oportunidade efectuam um processo de decréscimo valorativo da importância da norma.

Este estudo, tal como já referimos anteriormente, possui bastantes deficiências metodológicas, pelo que foi considerado como um estudo exploratório.

O segundo estudo foi criado com o intuito de colmatar as limitações metodológicas do estudo anterior, assim foi desenvolvido de acordo com os mesmos moldes, evitando, no entanto, a utilização dos dois grupos. Os participantes podiam pertencer a uma das quatro condições experimentais, visto que o plano experimental foi um 2 (Grupo de Pertença: Ingroup vs Outgroup) X 2 (Avaliação: Possibilidade de Avaliar vs Impossibilidade de Avaliar). As nossas medidas dependentes são: a) Identificação Grupal; b) Percepção de Homogeneidade Grupal; c) Avaliação dos Membros e d) Validação das Normas. Os resultados demonstram um efeito principal da avaliação. Os participantes na presença de um membro desviante do ingroup desenvolvem, quer possam avaliar ou não, um processo de validação normativa.

Quando na presença de um membro desviante do outgroup decrescem a importância das normas, independentemente da possibilidade de avaliar ou não esse membro.

O principal objectivo do terceiro estudo foi verificar se o processo de validação normativa ocorria em grupos criados artificialmente. Assim, este estudo foi efectuado com grupos artificiais com base em provas de inteligência, afim de garantir a existência de valores ético-morais diferentes. O estudo foi composto por três fases. Numa primeira fase, as provas iriam supostamente indicar qual o tipo de grupo a que os participantes pertenciam. Na segunda fase, era-lhes pedido para responder a um questionário de valores ético-morais. Na terceira fase os grupos tinham acesso ao seu tipo de inteligência, aos valores ético-morais relacionados com o seu grupo e às respostas de outros sujeitos aos valores ético-morais. Os participantes poderiam pertencer a uma das quatro condições, pois o estudo seguiu um plano experimental 2 (Grupo de Pertença: Ingroup vs. Outgroup) X 2 (Avaliação: Possibilidade de Avaliar vs. Impossibilidade de Avaliar). As variáveis dependentes mediam, para além da Identificação Grupal, a Percepção da Homogeneidade Grupal, a Avaliação do Membro e a Validação das Normas. Os resultados evidenciam que o processo de validação normativo e o processo de decréscimo da importância das normas estão relacionados com a Pertença do Membro Desviante e com a Avaliação. Assim, os participantes quando têm oportunidade de avaliar o membro desviante do ingroup efectuam um processo de decréscimo da importância da norma, enquanto que quando não têm oportunidade de avaliar efectuam um processo de validação normativa. Ao nível do outgroup o processo é assimétrico. Este estudo está, aparentemente, em contradição com o que temos defendido.

O quarto estudo foi concebido para verificar se o procedimento utilizado nos estudos anteriores poderia ser considerado válido, para isso criamos condições experimentais diferentes. Este estudo foi efectuado com grupos naturais. Decidimos, com base no estudo de Marques (1990) considerar, no estudo, a variável importância da norma (Norma Relevante vs Norma Irrelevante). A esta variável acrescentamos a de validação consensual (Ingroup vs Outgroup) pois acreditávamos que os participantes ao terem conhecimento de que as suas respostas iriam ser validadas pelos membros do seu grupo efectuassem avaliações mais negativas do seu membro desviante e consequentemente, validassem as suas normas de uma forma mais extrema. Esta suposição está patente na Teoria da Dissociação (Pérez e Mugny, 1988; 1990) e na Teoria da Auto-Categorização

(Turner, 1987), as quais postulam que a influência depende da categorização do eu, ou da percepção do eu como semelhante ao grupo e da partilha de expectativas. Os participantes podiam pertencer a uma das oito condições experimentais, pois o estudo seguiu um plano 2 X (Ingroup vs. Outgroup) X 2(membro Desviante do Ingroup vs. Membro Desviante do Outgroup) X (Norma Relevante vs. Norma Irrelevante). As nossas medidas dependentes são, para além da Identificação Grupal, a Percepção de Homogeneidade Grupal, a Avaliação do Membro, o Empenho na Prossecução das Normas e a Percepção de Semelhança na Atribuição de Importância das Normas. Os resultados demonstraram a inexistência de efeito da variável validação consensual. Mas demonstram um efeito da importância na avaliação e no processo normativo. Os participantes que tornam saliente a importância da norma avaliam de forma mais negativa os membros desviantes, em geral, assim, como efectuam um processo de validação normativo. Já aqueles que estão perante uma condição de normas irrelevantes efectuam um processo de decréscimo da importância da norma, assim como avaliam o membro desviante de uma forma mais positiva.

Como discussão geral dos resultados sugerimos que os resultados dos quatro estudos apontam para a possibilidade de concebermos a interacção do processo de validação normativo e o processo de decréscimo da importância valorativa das normas com a avaliação de membros desviantes. No entanto, os resultados dos estudos fornecem-nos pistas de análise diferentes entre si. No primeiro estudo verificamos que, ao nível intragrupal, o processo normativo está relacionado com a possibilidade de avaliação do membro desviante do ingroup, mas a nível do outgroup o processo está relacionado com a saliência do outgroup e não com a avaliação. Os resultados do segundo estudo permitiram-nos verificar que o processo de validação normativa e o processo de decréscimo da importância valorativa das normas está relacionado com a saliência da pertença do membro desviante. Assim, quando os participantes estão na presença de um membro desviante do seu grupo validam as suas normas e quando estão na presença de um desviante do outgroup efectuam um decréscimo do valor atribuído à norma. Neste estudo os processos não estão relacionados com a avaliação mas sim com a pertença do membro desviante. O terceiro estudo foi efectuado com grupos artificiais e os seus resultados demonstraram que quando os participantes possuem a possibilidade de avaliar o membro desviante do seu grupo decrescem a importância das normas e quando não os avaliam valorizam as suas normas. Contrariamente, quando avaliam um membro

desviante do outgroup efectua um processo de validação normativa e quando estão impossibilitados de o avaliar decrescem a importância da norma. Este estudo alertou-nos para a possibilidade de os grupos artificiais possuírem estratégias de manutenção de uma identidade social positiva antagónicas às dos grupos naturais. Parece que, no caso dos grupos mínimos, os participantes, pelo facto de terem a possibilidade de avaliar o membro desviante do seu grupo, não necessitam de reacreditar a importância das suas normas, enquanto que se não possuírem essa oportunidade sentem necessidade de validar as suas normas. Podemos também conceber que a avaliação do desviante já é uma validação das normas, pelo que os participantes não necessitam de as reacreditar posteriormente, quando não lhes é permitido avaliar, então torna-se necessário validar as suas normas. Se os resultados forem analisados desta forma, poderemos entender que esta estratégia de manutenção de uma identidade social positiva, apesar de parecer uma estratégia diferente, possui a mesma lógica da desenvolvida nos grupos naturais. Desta forma, também a estratégia de reedificação normativa ao nível do outgroup é semelhante à dos grupos naturais.

Os resultados do quarto estudo demonstraram que, tanto o processo de validação normativa como o processo de decréscimo da importância valorativa das normas, estavam dependentes da importância da norma tornada saliente e não da pertença do membro avaliado.

Concluimos a tese, com a procura de propostas de explicação para as estratégias comportamentais de manutenção de uma auto-imagem positiva (Tajfel, 1978; Turner, 1991; Marques e colegas, 1988; 1988; 1990; 1994; 1996, 1999; 2000 e, Pérez e Mugny; 1988; 1990). Estas estratégias são abordadas com base na interacção da procura de uma identidade social positiva e no processo de validação normativa e no de decréscimo de importância das normas para o grupo.

De acordo com Marques (2000) os estudos efectuados sobre o efeito ovelha negra demonstram que os indivíduos envolvem-se simultaneamente num processo de diferenciação inter e intragrupal e, não num processo de redução de inconsistências entre os membros associados a um protótipo e os membros desviantes do ingroup. O modelo da dinâmica de grupos subjectiva tenta articular as funções sociais com as funções psicológicas da reacção ao desvio. A ideia subjacente a este modelo é que, primeiramente, a motivação de base destes indivíduos para construir e manter uma representação gratificante do ingroup leva-os a procurar comparações intergrupais

positivas (Tajfel, 1978). No entanto, em muitas situações a emergência de um desvio intragrupal não pode ser resolvido através de uma mudança de critério de categorização. Neste caso, os indivíduos adoptarão uma focalização prescritiva. Esta focalização traduz-se numa atenção aos comportamentos que validam ou desfiam os critérios que legitimam a identidade social positiva. A derrogação dos desviantes produzirá um esforço do seu envolvimento com o ingroup, através da readesão às normas violada (Processo de Validação Normativo).

Podemos então, entender que a importância da categorização social nos conflitos sociais está assente no seu poder para definir o contexto básico do processo intergrupar, como o processo de validação normativa ou o de decréscimo da importância das normas.

Quando falamos de um contexto intergrupar, ou seja, de uma aproximação de juízos em relação ao outgroup, ou de uma possível validação de opiniões dos membros do ingroup por membros do outgroup, pensamos que as estratégias não são iguais às desenvolvidas anteriormente. Pérez e Mugny (1996) afirmam que quanto mais ocupada estiver a atenção ou a actividade sociocognitiva do indivíduo em afirmar ou mudar a sua relação social com a fonte de validação consensual menor será a atenção dada ao conteúdo da mensagem. Pensamos que esta diferenciação (diferenciação da fonte e dos julgamentos propostos pela fonte) é uma estratégia de manutenção de uma auto-imagem positiva.

Propomos a existência de duas estratégias de protecção da identidade social do grupo. Uma dessas estratégias é interna e permite: a) o processo de validação normativa através da avaliação negativa dos membros desviantes do ingroup face ao outgroup, b) o processo de desvalorização normativa face à avaliação dos membros desviantes do outgroup. A outra estratégia é externa e permite: a) o processo de validação normativa através da avaliação de um membro desviante de normas relevantes; b) o processo de desvalorização normativa através da avaliação de um membro desviante de normas irrelevantes. Como podemos verificar a estratégia externa de manutenção de uma identidade social positiva provoca uma alteração, nem que seja momentânea, da dimensão utilizada para facilitar a diferenciação social. Seria de esperar que o grupo validasse as suas normas utilizando para isso a dimensão da pertença do membro desviante, no entanto, o grupo utilizou a dimensão importância da norma. Pensamos que

este fenómeno se deve, tal como focamos acima, ao facto de o grupo perceber uma semelhança ou um possível controlo por parte do outgroup.

A ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA SOCIEDADE E DO DESVIO

A sociologia clássica (Durkheim, Max Weber, Pareto) estuda o tema da coesão social. Os teóricos da sociologia clássica fundamentam a sua teoria no equilíbrio social e na coesão dos agregados humanos. De acordo com estes autores o equilíbrio social depende de duas variáveis: a coesão das relações sociais e a coerência das representações colectivas (ou a natureza do laço social).

Pareto dedica-se a desconstruir o laço social nos seus aspectos micro-relacionais, os sentimentos (resíduos) e os sistemas intelectuais, que permitem uma aparência racional das acções do homem (derivações). Durkheim estuda a influência da consciência colectiva sobre a natureza do laço social. Para isso aborda as formas de solidariedade as quais permitem ligar os homens entre si. Esta temática coloca em evidência uma imagem ou modelização das representações colectivas. Weber interessa-se pelo laço político, definido como aquele que liga os agentes sociais à autoridade que os submete. Weber demonstra como a representação do laço social pode ser gerida através de um modelo de representações colectivas. Iremos agora abordar, de uma forma mais aprofundada, os teóricos focados anteriormente.

Pareto

Pareto (1968) desenvolve, no seu livro Tratado de Sociologia Geral uma teoria que tenta articular essencialmente dois aspectos importantes, a natureza do Homem Social (aspecto 1) e, a análise do funcionamento da Sociedade (aspecto 2). De acordo com Pareto as únicas ciências que estudam acções lógicas são a economia e a matemática, sendo a análise sociológica uma análise de acções não lógicas. O homem não age de uma forma lógica, age de acordo com os sentimentos apesar de tentar justificar os seus sentimentos, através de sistemas intelectuais que fornecem uma aparência racional. Estas duas noções são importantes na análise da natureza do homem em sociedade.

Resíduos e Derivações Os resíduos são os sentimentos ou as expressões dos sentimentos inscritos na natureza humana; as derivações são aquilo a que habitualmente se chama de ideologia ou teoria justificativa. São os sistemas intelectuais de

justificação, de ordem verbal, através dos quais os indivíduos camuflam as suas paixões e dão uma aparência de racionalidade a proposições ou comportamentos delas destituídos. A classificação dos resíduos e das derivações é uma doutrina da natureza humana tal como ela se manifesta na vida social.

Funcionamento da Sociedade A 2ª parte do seu tratado de sociologia geral estuda a análise do funcionamento da sociedade. No estudo do movimento geral da sociedade há três variáveis que se encontram em dependência mútua: os resíduos, as derivações e a heterogeneidade social.

De acordo com Pareto (1963), os sistemas de valores dos indivíduos são radicalmente heterogéneos e é por este motivo que a sociedade não pode ser considerada como uma pessoa ou como uma consciência colectiva, tal como afirma Durkheim. Pareto (1963) emprega este termo de heterogeneidade social para explicar o facto de em todas as sociedades existir separação e até oposição, entre massas de indivíduos governados e um pequeno grupo de indivíduos que ele designa de elite. Esta divisão entre indivíduos governados e uma pequena elite não deve ser entendida como a divisão de classes tal como Marx (1968) a descreve, nem como a divisão entre massa e elite, tal como Maquiavel (1972) menciona no seu livro O Príncipe.

Elite A elite de Pareto contempla dois grupos de indivíduos, uma ampla que cobre o conjunto da elite social e uma restrita que se aplica à elite governamental. A elite social é constituída por um pequeno nº de indivíduos que, cada um na sua esfera de actividade, tiveram êxito e chegaram a um grau elevado da hierarquia profissional, por ex. Aspásia de Péricles, Madame Pompadour de Luís XV ou o hábil escroque que engana as pessoas e sabe como escapar aos castigos do código penal. Esta categoria social é objectivamente identificável.

Não só existe heterogeneidade na sociedade (existência de uma classe governada e uma classe que se designa de elite) mas também as elites governamentais são heterogéneas. Existem duas formas de governar, a força e a astúcia. Esta é a transposição da famosa oposição estabelecida por Maquiavel (1972) entre leões e raposas. As elites políticas que governam pela brutalidade devem ser chamadas de as famílias leões, as elites que governam de uma forma subtil devem ser chamadas as raposas.

A Elite e os Resíduos As diversas elites políticas são sobretudo caracterizadas pela abundância relativa de resíduos de 2º classe (persistência dos agregados). Este tipo de resíduo contém o espírito da estabilidade e da conservação, que é o cimento necessário da ordem social e recusa as mudanças (este é o sintoma da conformidade e de resistência à mudança). Esta conservação é feita através da renovação das crenças, da persistência dessas crenças nos agregados.

Quando uma elite está há muito tempo no poder sofre de um excesso de resíduos de 1º classe. Este tipo de resíduos impele à mudança e à renovação e está na raiz dos progressos intelectuais da humanidade. Na base deste resíduo está a necessidade de desenvolvimentos lógicos, ou seja, de estabelecer relações entre as ideias e as coisas. A partir do momento em que esta elite se torna demasiado intelectual passa a possuir uma certa relutância em utilizar os meios da força. É nesta altura que a sociedade perde o sentido da disciplina colectiva e se encontra próxima de uma revolução, a qual, provocará uma transformação dos valores morais. Esta combinação torna-a vulnerável, porque as massas mobilizam-se contra a elite. Pareto (1963) procura demonstrar que a extremização das atitudes desagrega o equilíbrio social. Face à possibilidade de uma revolução que destituirá a elite governamental, esta só possui duas formas de tratar com aqueles que estão contra ela ou os elimina ou os agrega.

Pelo que tem sido exposto, podemos afirmar que o equilíbrio social, supõe um certo grau de abundância de resíduos de 1º classe e uma abundância maior de resíduos de 2º classe.

Ordem Social Para que a ordem social dure é necessário religião para o povo e, inteligência para os governantes. A religião para o povo significa a necessidade das massas possuírem, de preferência resíduos de 2º, 4º (relação com a sociabilidade) e 5º (integridade do indivíduo e das suas dependências) classes. A inteligência para os governantes significa a necessidade de as elites, que precisam de agir eficazmente, possuírem resíduos de 1º classe, sem no entanto descurarem os resíduos de 3º classe (necessidade de manifestar sentimentos por actos exteriores, por ex. o aplauso, destinado a manifestar um sentimento favorável) e de 4º classe.

Uma elite para se manter no poder deve possuir a capacidade de criar valores intelectuais e inovar mas também, deve conservar o sentimento do dever e a consciência da sua própria estabilidade.

A Massa e os Resíduos De acordo com Pareto é necessário que a massa governada possua os resíduos que estão na base do espírito da estabilidade e da conservação, ou seja, resíduos de 2º classe, resíduos de 4º classe e resíduos de 5º classe.

Os resíduos de 4ª classe possuem 5 géneros que consideramos necessário explicar para se verificar a dimensão do valor da disciplina: 1) os indivíduos tendem a criar associações voluntárias exteriores aos grupos primários, nos quais estão imediatamente integrados. Estas associações fazem suscitar os sentimentos de fidelidade e de lealdade que fazem persistir o ser; 2) os indivíduos possuem necessidade de uniformidade. Esta necessidade traduz-se numa vontade que cada indivíduo possui de julgar que a forma como vive é a forma como se deve viver. Nenhuma sociedade pode existir se não impuser aos seus membros certas maneiras de pensar, de crer e de agir. Mas, porque toda a sociedade torna obrigatório maneiras de viver, toda a sociedade tende a perseguir os hereges. A necessidade de uniformidade é o género do resíduo a partir do qual se desenvolve perseguições contra os dissidentes; 3) a piedade e a crueldade, Pareto estigmatiza a indulgência que os tribunais do seu tempo manifestavam com os anarquistas e os assassínios, fazendo com que as pessoas só pensem no sofrimento dos dissidentes e não no das vítimas; 4) tendência para impor um sacrifício a si próprio, pelo bem de outrém; 5) sentimentos ligados à hierarquia. Este género implica a deferência para com o superior.

Os resíduos de 5ª classe reafirmam a necessidade de conformidade com as normas da sociedade e de estabilidade social. Este resíduo possui três géneros: 1) sentimento de igualdade entre os inferiores; 2) reestabelecimento da integridade por operações referentes aos sujeitos que sofreram alterações, por ex. rituais de purificação. Este género é típico dos resíduos que tendem para o reestabelecimento da integridade por meio de operações referentes quer ao sujeito culpado, quer ao objecto vítima das alterações; 3) sentimentos que contrastam com as alterações do equilíbrio social. Este género impele os indivíduos a punir quem tenha cometido um acto contrário aos imperativos da sociedade.

Os membros de cada sociedade são impelidos pelos resíduos de 5º classe a interpretar dogmaticamente as exigências da justiça. Assim, quando é cometido um acto contrário a estes, os resíduos de integridade do indivíduo manifestam-se pelo desejo de sanções, pela indignação e pela perseguição. Todas as religiões condenam actos indisciplinados dos indivíduos, tais como adultério, roubo, incesto ou assassinio. Os povos e as religiões são preponderantes face a estes desvios que agem contra a quebra do código moral. Desta forma, punem os membros desviantes do grupo (Pareto, 1963). Tal como foi referido acima existe uma necessidade por parte dos membros da massa de as condutas serem constantes e uniformes. Estas são as características que facilitam a apreensão das condutas da comunidade e a diminuição dos desvios.

As ressurgências dos resíduos de 2ª e de 5ª classe, são os grandes movimentos de fé colectiva, aos quais Durkheim (1893/1960) aludia quando falava das exaltações colectivas que puniam aqueles que atentassem contra a consciência colectiva. É da noção de consciência colectiva e da perspectiva de Durkheim acerca do desvio, que falaremos a seguir.

Durkheim

Para Durkheim a sociologia tem por vocação explicar a vida dos homens em sociedade, com um objectivo bem preciso: melhorar a sua harmonia. É por esta razão que a questão central que estrutura toda a obra de Durkheim, da primeira obra (A divisão do Trabalho Social, 1893), à última (As formas elementares da Vida Religiosa, 1912), se pode resumir da seguinte forma: o que é que faz com que um conjunto de seres humanos, sem relação à priori, acabe por se constituir numa colectividade, ou seja, num agregado ligado por formas específicas e solidárias.

Consciência Colectiva “ Ao agregarem-se, ao penetrarem-se, ao fundirem-se, as almas individuais dão nascimento a um ser, se assim se quiser, psíquico, mas que constitui uma individualidade psíquica de um género novo” (As regras do Método Sociológico, 1977, p. 103). A consciência colectiva é um conjunto formado pelos sentimentos e pelas crenças comuns dos membros de uma sociedade ou de um colectivo. A consciência colectiva encontra-se realizada em cada uma das consciências individuais, mas é um sistema de pensamento (ideias, valores e sentimentos) autónomo

das diferentes consciências individuais. A consciência colectiva é um fenómeno social e exterior ao indivíduo. O grupo não pode existir sem que os seus membros sejam solidários a esta consciência colectiva, sendo que esta solidariedade não é voluntária.

A força e o grau de intensidade que ligam os homens à consciência colectiva variam com a força e a coesão que ligam os homens entre si, ou seja, depende do tipo de sociedade em que os homens estão inseridos.

Sociedades de Solidariedade Mecânica e Consenso Nas sociedades ditas de solidariedade mecânica os homens estão inteiramente submetidos a sentimentos e crenças comuns. Esta solidariedade expressa-se de maneira espontânea, por ex. mesmo aqueles membros que não são vítimas de um acto desviante requerem intensivamente a sua reparação, como se tivessem sido afectados pessoalmente. Assim, não só a consciência colectiva cobre a maior parte da existência individual, mas os sentimentos experimentados em comum têm uma força extrema que se manifesta pelo rigor dos castigos infligidos aos que violam os interditos. Quanto mais forte é a consciência colectiva, mais viva é a indignação social contra o desvio, quer dizer contra a violação do imperativo social. Esta solidariedade está associada ao conceito de densidade moral “coesão que existe à volta dos valores, interditos ou imperativos sagrados, que liga os indivíduos ao todo social” (As regras do Método Sociológico, 1977, p. 108). A densidade moral designa, simultaneamente, o grau de coerência de uma representação colectiva e o grau de adesão que ela induz entre os sujeitos sociais.

Contrariamente ao conceito de densidade moral possuímos o conceito de anomia que designa, no plano das representações, a desagregação dos valores, a ausência de referências e, no plano das relações humanas, a desagregação do tecido de relações sociais e a falta de adesão aos valores sociais, ou seja, gera, em última instância, o desvio.

Do ponto de vista sociológico o desvio é um fenómeno recente, do final dos anos 50. Esta terminologia substitui outras noções tais como desorganizações ou patologias sociais. O seu rápido êxito deve-se ao facto de a noção abranger mais do que a simples delinquência ou criminalidade. A noção de desvio permite reagrupar todas as espécies de comportamento, ou seja, permite conceptualizar o desvio como uma propriedade que distingue os grupos não convencionais dos grupos normativos. Para que haja desvio é necessário que haja uma norma de grupo e não simplesmente uma opinião maioritária.

Desvio De acordo com Durkheim o desvio funda-se na oposição entre os desejos individuais e os constrangimentos impostos pela pertença a um grupo social. Resultando, assim, de um falhanço da sociedade em conter e regular os desejos individuais. O desvio ocorre quando os laços dos indivíduos com a consciência colectiva são rompidos. Para resolução desta desorganização da ordem social existem as sanções sociais que não se limitam às sanções legais mas podem também tratar-se de um processo de reprovação social essencial à manutenção do grupo. A perspectiva de Durkheim considera o desvio como uma construção da própria dinâmica social e é contextualizado, como um processo próprio do grupo e essencial à manutenção da sua existência, enquanto reformulador das normas sociais que definem a manutenção do grupo.

A Função Social do Desvio

Em toda a sua obra Durkheim quis estabilizar uma sociedade cujo princípio supremo fosse o de respeito pelo indivíduo e pelo desabrochar da autonomia individual. A forma combinada de percepção destas duas interpretações corresponde à aprovação da autonomia individual, tendo em atenção que esta poderia, se mal direccionada, provocar a desagregação social e a anomia. Neste sentido, o desvio ameaça a consciência colectiva do grupo, pois pode levar à desagregação do mesmo. Esta desagregação ocorreria se as normas colectivas, indispensáveis a qualquer consenso, não fossem reforçadas.

Contrariamente a alguns sociólogos que estudaram o desvio (Becker, 1963; Parsons, 1951), não é o desvio que atenta contra as normas e a sociedade em si, sendo assim entendido como a antítese da ordem social mas, é a consciência colectiva que produz a norma e o desvio. Desta forma, o desvio é um fenómeno socialmente normal e essencial à sociedade, ele é um mecanismo que a consciência colectiva produz para reforçar a coesão e reconfirmar os valores da sociedade, assegurando, desta forma, a solidariedade dos membros à norma, sendo que a função da norma é a de assegurar a solidariedade dos indivíduos com esta consciência colectiva (Durkheim, 1985).

Assim, o desvio não corresponde a um acto reprovado porque socialmente indesejável, mas a um acto indesejável porque socialmente reprovado. A característica

ofensiva do desvio decorre do atentado à consciência colectiva a qual demonstra a falta de solidariedade do desviante para com a consciência colectiva.

Face à falta de solidariedade para com a consciência colectiva o grupo desenvolve estratégias de controlo social, uma dessas estratégias é a punição do desviante.

Controlo Social O controlo social, desenvolvido pelo grupo, tem uma estratégia predominante que é a punição. A essência da punição do desviante, portanto, em última instância, o controlo social, não é sancionar infracções das regras sociais mas, possibilitar a organização e a cooperação entre os indivíduos reforçando o poder vinculativo da norma violada e a sua identificação com o grupo. É neste sentido que podemos afirmar que o desvio possui uma função social importante. Ele cria a ocasião de aumentar a intensidade de solidariedade à norma violada, assim como a sua clareza.

O desenvolvimento de mecanismos de punição, manifesta ou tácita, terá como função social, não apenas uma vingança passional, nem uma dissuasão preventiva, mas uma expiação que visa reforçar a adesão dos membros do grupo à norma violada. Ou seja, a função da sanção é satisfazer a consciência colectiva, aumentando para isso os elos que unem os membros do grupo.

Weber

Enquanto Durkheim se preocupa com a maneira pela qual a coesão social se impõe ao homem através de diferentes formas de coerção, Weber analisa as razões que esse homem dá, ele próprio, quando aceita submeter-se. De acordo com Weber a relação social de autoridade deve ser decomposta em duas relações que interagem: a dominação e o poder. A dominação implica a possibilidade de encontrar uma ou várias pessoas prontas a obedecer. O poder significa a possibilidade de fazer triunfar a sua vontade no seio de uma relação social. Para Weber nenhuma dominação se contenta com uma obediência que seja uma submissão externa, obtida pelo medo ou pela oportunidade. A dominação procura sempre assentar o seu poder do interior, ela procura despertar nos seus membros fé na sua legitimidade, transformar a disciplina em adesão. Apesar de Weber não raciocinar em termos de consciência colectiva, aproxima-se muitas vezes de uma entidade desse tipo. Os homens não aderem a um agrupamento constituído por outros homens, mas aceitam aderir a uma estrutura material e espiritual que lhes parece

legítima. Neste sentido, a abordagem de Weber é complementar à de Durkheim, que numa reciprocidade das perspectivas, tenta antes explorar a forma como a consciência colectiva se impõe às consciências individuais.

A legitimidade da autoridade assume aos olhos do actor, a forma de representação colectiva partilhada por todo um povo. Deste mod, poderíamos tentar definir o sentido de uma consciência colectiva de tipo tradicional, carismático ou legal-racional. Uma forma de consciência colectiva de tipo tradicional, que submete em virtude do seu poder, corresponde, para Durkheim, à ideia de um actor que se submete, “mecanicamente” ou, para Weber, por hábito em virtude dos costumes já, uma consciência colectiva de carácter carismático (dependente da personalidade do chefe) pode, da mesma maneira, assemelhar o poder da consciência colectiva que submete e a adesão subjectiva do actor que se submete. Estas duas formas de laço social induzem uma solidariedade mecânica entre os membros de uma comunidade que reconhece os mesmos valores, acompanhando-se de um forte sentimento de hostilidade por tudo o que reside fora do grupo. Para descrever o laço social específico da modernidade, parece que Weber encontra as mesmas dificuldades que Durkheim, abordando-as, no entanto, por outra vertente.

Os fundadores da sociologia preocupam-se muito com os mecanismos de coesão social das sociedades da modernidade, mas não estudam especificamente a população de desviantes, apesar de esboçarem as formas de exclusão próprias da modernidade. A temática do desvio em sociologia é herdeira directa do pensamento de Durkheim. A perspectiva do desvio constrói-se em redor do conceito de anomia e da hipótese, ainda por verificar, de que há medida que a densidade social aumenta, a densidade moral decresce. Ora, logo que a densidade moral se desagrega aparecem as patologias sociais modernas; os vícios, a criminalidade, a anomia, o desvio e a marginalidade. Este é o contributo da sociologia para o estudo da dinâmica de grupos subjectiva e, mais especificamente, para o processo, que designamos, de validação normativa, torna-se agora imperioso, passarmos para o contributo da psicologia social na definição e elaboração empírica de conceitos que nos permitam verificar a aplicabilidade deste fenómeno nos grupos sociais. Iniciaremos então, a investigação dos processos grupais, nos pequenos grupos e de acordo com a perspectiva da identificação social.

PROCESSOS GRUPAIS: A PERSPECTIVA PSICOLÓGICA

Tradicionalmente, a investigação psicossocial dos grupos desenvolveu-se de acordo com duas formas diferentes de pesquisa, a primeira centrava-se nos pequenos grupos (grupos que as pessoas escolhem para se afiliarem e com os quais criam laços de interdependência) e a segunda na investigação de acordo com a identificação social. A primeira forma de pesquisa focaliza a formação, a coesão do grupo e o desvio (Sherif, 1936; Newcomb, 1943; Asch, 1951; Schachter, 1951; Festinger, 1950, 1954; Deutsch e Gerard, 1955; Cartwright e Zander, 1968; Levine e Moreland, 1994). A segunda forma de pesquisa focaliza os processos de pertença às grandes categorias sociais e de diferenciação social entre essas categorias e dentro dessas categorias (Tajfel, 1978, 1987; Tajfel e Turner, 1979; Turner et al, 1987).

A primeira evidência de interesse nos pequenos grupos surgiu com projectos desenvolvidos antes da segunda guerra mundial. Estes projectos incluem as experiências laboratoriais de Sherif (1963) acerca da formação das normas do grupo e a experiência de Newcomb (1943) acerca do efeito da socialização em estudantes do colégio de Bennington.

O facto de tantos projectos ambiciosos começarem a desenvolver-se, utilizando para isso uma série de metodologias, sugere a criação de uma nova área de interesse na Psicologia Social – o Grupo. Depois da segunda guerra surgiram novas teorias acerca do comportamento de grupo (Festinger, 1954; Thibault e Kelley, 1959), experiências sobre conflitos entre grupos (Deutsch, 1949), sobre a conformidade (Asch, 1951; Shachter, 1951) e sobre a influência (Deutsch e Gerard, 1955).

A escolha dos pequenos grupos, por estes autores, prende-se com o facto de que as pessoas passam a maior parte do seu tempo em casa, no trabalho ou na escola, pertencendo, assim, a vários grupos, ao longo da sua vida.

A perspectiva dos Pequenos Grupos

De acordo com Levine e Moreland (1994) um pequeno grupo é “um conjunto de pessoas que *interagem em bases regulares*, têm ligações afectivas uns com os outros, *partilham uma referência comum* e são *comportamentalmente interdependentes*” (p.

306). Com base nesta conceptualização podemos dizer que a grupalidade ou a integração social aumenta no sentido em que os pessoas sentem, pensam e agem mais em termos de grupo do que em termos de pessoas isoladas. A conceptualização de Levine e Moreland (1994) está articulada com o conceito de grupalidade defendido por Campbell (1958).

Tal como Levine e Moreland (1994) também Campbell (1958) define três elementos caracterizadores do grau de grupalidade (entitativity). Estes elementos são percebidos por observadores que se encontram fora do grupo e, são:

- 1) o elemento da Proximidade – Uma colecção de indivíduos pode ser encarada como um grupo se os membros estão fisicamente próximos uns dos outros (*interacção em bases regulares*). No entanto, não podemos conceber como variável definidora do sentimento de grupo, somente a proximidade dos seus membros, senão estaríamos a dizer que os utentes do cinema, numa dada sala, são um grupo.
- 2) o elemento da Semelhança – As semelhanças percebidas entre os membros são um elemento definidor de grupo. Os elementos caracterizadores da semelhança podem ser, a idade, a raça, o sexo, a educação, as habilidades, os uniformes, etc. (*partilha de uma referência comum*). Mas também não podemos perceber somente este elemento como único na percepção da grupalidade;
- 3) o elemento Sentimento de Destino Comum – As pessoas, cujas actividades estão orientadas para o mesmo fim e que partilham um destino comum, são mais facilmente percebidas como um grupo (as pessoas são *comportamentalmente interdependentes*).

De acordo com o que referimos existem elementos que nos permitem verificar a composição dos pequenos grupos. Para além dos já enumerados (*interacção em bases regulares, partilha de uma referência comum e, comportamentos interdependentes*) podemos também mencionar o número de elementos que constitui o pequeno grupo e a homogeneidade dentro do grupo, os quais perfazem a composição do grupo e, por último, a estrutura do grupo.

A composição do Grupo A composição do grupo pode ser vista como uma consequência de processos psicológicos e sociais. Assim, os grupos podem variar

quanto ao numero de elementos que possuem, e quanto a homogeneidade dentro do grupo. De acordo com Desportes e Lemaine (1988) o número de elementos aumenta no sentido inverso à necessidade de interacção entre os seus membros. De acordo com estudos efectuados por Moreland (1987) e Moreland, Levine e Wingert (1996), a homogeneidade dentro do grupo pode ser explicada por dois processos. O Processo de formação e dissolução do grupo Quanto mais os membros são semelhantes entre si mais satisfatório é a formação do grupo. Quando os membros do grupo são diferentes, surgem conflitos e a coesão do grupo torna-se mais fraca. O enfraquecimento da coesão do grupo pode gerar a dissolução do grupo.

Estrutura do Grupo Como vimos anteriormente, os indivíduos relacionam-se de preferência, com pessoas semelhantes a si próprios e que partilham os seus interesses. Este relacionamento suscita nomeadamente comportamentos imitativos. A interacção entre os membros aumenta a semelhança ao ponto de se poder falar de uniformidade de comportamento e de acções. Estas influências recíprocas entre os membros existem sem sequer existir a consciência da influência que geram. Esta uniformidade existe em qualquer grupo, tanto se encontra num casal como numa associação profissional. Para que exista uniformidade é necessário que existam regras de conduta, ou normas, sem as quais a vida em comum seria impossível.

As normas são expectativas partilhadas acerca do comportamento de cada membro do grupo, sendo os comportamentos regulares interpretados como conformidade com as normas do grupo e, os comportamentos irregulares (especialmente aqueles que desencadeiam reacções extremas) interpretados como desvios às normas. Iremos de seguida falar das normas nos pequenos grupos.

A Formação das Normas Nos Pequenos Grupos

De acordo com Sherif (1965) uma norma é uma escala de referência, ou de avaliação que define uma margem de comportamentos, atitudes e opiniões, permitidos e repreensíveis. De acordo com Newcomb et al (1970) a norma é uma aceitação partilhada de uma regra ou prescrição no que se refere à maneira de perceber, pensar, sentir e agir. A combinação destas duas definições constitui uma formulação bastante completa: a norma pode ser pessoal ou de grupo; pode comportar uma margem de

liberdade, ou pelo contrário, responder à lei do “tudo ou nada” e, pode implicar uma sanção em caso de desvio.

As normas são essenciais para a interacção nos pequenos grupos. As normas fornecem ordem, estabilidade e previsibilidade. Formam-se para reduzir a incerteza e a confusão, tanto ao nível dos comportamentos como dos sentimentos. Esta redução da dúvida provoca automaticamente uma maior previsibilidade da conduta dos outros e, portanto, um maior à-vontade na interacção. Daqui podemos afirmar que a ausência de normas nos pequenos grupos é paralisante.

De acordo com Opp (1982) as normas, nos pequenos grupos, emergem através de meios institucionais, voluntariamente ou por processos evolucionários:

- 1) As normas institucionais são escolhidas pelo líder do grupo ou por autoridades externas;
- 2) As normas voluntárias são aquelas que são negociadas entre os membros do grupo (Oswald, 1992). Estas normas surgem como forma de resolver conflitos dentro do grupo;
- 3) As normas evolucionárias crescem quando os comportamentos que agradam os membros do grupo são imitadas pelos outros. Depois desta imitação inicial, o comportamento generaliza-se e criam-se expectativas de como os membros vão agir ou devem agir.

A performance do grupo aumenta quando as normas do grupo geram atitudes positivas como a eficiência, a qualidade e o controlo. No entanto, não é somente esta positividade das normas que pode garantir o sucesso do grupo, também é necessário o consenso normativo entre os membros e a coesão do grupo (Argote, 1989; O'Reil e Caldwell, 1988, in Levine e Moreland, 1994).

Passamos agora a focar alguns estudos clássicos efectuados com pequenos grupos e que salientam a formação das normas, a conformidade às normas do grupo e a influência dentro do grupo.

Sherif e o Efeito Autocinético (1936)

Floyd Allport defendia que um grupo não passava de uma amálgama de pessoas ou, por outras palavras, que o grupo equivalia à soma dos seus participantes. Sherif retorquia que a justaposição de pessoas não bastava para criar um grupo. Para o

demonstrar irá interessar-se pela formação das normas, ou seja, não pelo estudo do indivíduo per se mas, pelas interacções sociais e pelos seus produtos originais os quais influenciarão as pessoas individuais.

Para pôr experimentalmente em evidência a criação de uma norma, Sherif segue os conselhos de Durkheim e escolhe uma situação problemática e incerta. De acordo com Sherif esta situação daria lugar a várias possibilidades de acção onde não seriam aplicáveis os esquemas habituais de conduta. Esta condição é o efeito autocinético (consiste no facto de um ponto luminoso imóvel, apresentado a uma certa distância, dar a impressão de mexer de forma irregular aos olhos do observador que não tem outros pontos de referência na situação).

Existe neste estudo uma dupla questão: a primeira refere-se aquilo à reacção de um indivíduo particular confrontado isoladamente com uma série de representações e, a segunda às reacções de vários indivíduos em interacção que têm que formular uma série de juízos.

Relativamente à primeira questão observou-se que, o sujeito tende a colocar as suas respostas dentro de uma margem que lhe é pessoal. Deste modo, cada sujeito terá a sua resposta preferida e a sua própria latitude de flutuação. De acordo com a coerência dos resultados, podemos dizer que o sujeito criou uma norma pessoal, ou seja, elaborou um quadro de referência pessoal.

Sherif não trabalhou somente com indivíduos isolados mas também com díades e tríades. No início das sessões de grupo, as normas individuais existentes manifestavam-se com muita evidência, mas depressa convergiram para uma norma comum. É de notar que esta conclusão não reivindica uma consciência colectiva mas, um produto original do grupo enquanto tal. Sherif imaginou então uma terceira situação experimental, na qual os sujeitos faziam a experiência do efeito autocinético, inicialmente em díades ou tríades e, em seguida, isoladamente. Nesta condição, mais do que na anterior, a norma comum emerge rapidamente. Quando após a situação de grupo, os participantes são testados individualmente, a norma de grupo reaparece imediatamente. A fidelidade à norma é mais acentuada em situações de interacção. Podemos então dizer que esta norma colectiva é interiorizada pelos sujeitos.

Normas e Grupos de Referência – Newcomb (1943; 1963)

Tal como vimos anteriormente, Sherif, defendia que a pertença a um grupo e a partilha das normas que daí resulta provocam uma certa uniformidade de personalidade nos seus membros. Newcomb acrescenta que a escolha do grupo de pertença não é inocente. Esta escolha é feita em função da personalidade do indivíduo. A decisão de adesão de um indivíduo a um determinado grupo tem como pré-condições o respeito, a manutenção e o acréscimo das convicções do indivíduo e das suas preferências. A investigação de Newcomb pretende demonstrar que a acção de certas pressões podem desviar a formação das normas numa determinada direcção.

A Universidade de Bennington era no final dos anos trinta, uma autêntica comunidade em ponto pequeno, onde viviam cerca de 250 alunos e 50 professores. A quase totalidade dos alunos provinha de famílias relativamente ricas e conservadoras nos planos político, social e económico. Contrariamente, todos os professores defendiam teses progressistas e o mesmo sucedia com as suas colegas estudantes mais antigas, sobretudo com aquelas que gozavam de uma grande popularidade. O estudo de Newcomb pretende responder a duas questões: 1) os novos estudantes irão permanecer fiéis à norma familiar; 2) as eventuais modificações serão duráveis?

Com este estudo verificou-se que as alunas aderem às teses progressistas. Esta adesão pode estar articulada com o facto de os indivíduos que defendiam as teses progressistas serem membros prestigiados da comunidade e que representavam a autoridade. Para que as novas alunas pudessem participar deste prestígio era necessário adoptar as normas adequadas. É provável que as pressões fossem livremente aceites e não impostas pela força mas, é um continuum muito frágil. Porque muitas vezes é difícil distinguir a formação das normas do conformismo. A formação de normas pode ser entendida como um processo de influencia mutua dentro do grupo, com o intuito de alcançar uma norma adequada para o conjunto. Uma vez estabelecida esta norma e aceite pela maioria, esta pode tentar impô-la a uma minoria que ainda não a partilha. Em caso de êxito de maioria falar-se-á de conformismo da parte do grupo ou do indivíduo que se submete. É sobre este assunto que falamos de seguida.

O Efeito de Asch e o Conformismo (1940;1951)

A investigação de Asch (1940) pretendia que os indivíduos, que participavam na experiência, alinhassem dez profissões (contabilista, engenheiro, industrial, jornalista, advogado, dentista, médico, professor, artista e político), por ordem de preferência e de acordo com cada uma das cinco qualidades seguintes: inteligência, utilidade social, consciência profissional, idealismo e estabilidade de carácter. Um primeiro grupo de sujeitos tinha que realizar esta ordenação sem que qualquer informação suplementar lhe fosse comunicada. Um segundo grupo é avisado que 50 estudantes como eles deram o primeiro lugar ao político para todas as qualidades. Um terceiro grupo crê, pelo contrário, que os 50 estudantes situaram os políticos em última posição para todas as qualidades. Finalmente, um quarto grupo recebe a informação que os políticos foram colocados em primeiro lugar para certas características (utilidade social e estabilidade de carácter) e em último para as outras qualidades (inteligência, consciência profissional e idealismo). Os resultados são muito explícitos: a opinião de um grupo de referência com uma credibilidade indubitável aos olhos dos sujeitos modifica os juízos individuais.

Asch descobre que, se os políticos são supostamente julgados de forma bastante positiva, os sujeitos pensam em grandes homens do estado, quando emitem as suas opiniões, se os políticos, pelo contrário, são avaliados de forma negativa, os sujeitos dão um sentido pejorativo à profissão. De acordo com Asch, existe uma reorganização cognitiva por parte dos sujeitos, consoante a informação obtida. Com base nestes resultados, Asch reage à experiência de Sherif argumentando que os resultados do efeito autocinético podem explicar-se de uma dupla maneira; em termos de sugestibilidade e de imitação automática autónoma ou, em termos de atitudes racionais por parte dos sujeitos. De acordo com Asch, os sujeitos quando confrontados com o efeito autocinético pensavam que tinham que chegar a um juízo idêntico, uma vez que se encontravam perante um fenómeno único. Na busca do porquê das suas diferentes avaliações, encontrariam soluções racionais que os levariam a uma convergência de juízos. Asch considera que no estudo de Sherif existe um importante trabalho cognitivo por parte dos sujeitos. A fim de verificar a sua hipótese, Asch vai utilizar um material não ambíguo e muito estruturado que deverá provocar nos sujeitos estados de espírito mais claros. Esta experiência é o célebre estudo clássico das linhas designado como o efeito Asch (1951).

Asch esperava que os sujeitos realizassem um trabalho cognitivo substancial, consistindo em reorganizar as suas percepções em função das respostas da maioria. Depois de cada experiência, Asch entrevistou cada um dos indivíduos para entender as razões do seu comportamento, fossem elas independentes ou conformistas. Demonstrou-se assim, que os sujeitos independentes se distinguiam pelo seu afastamento psicológico (confiança na própria percepção) relativamente aos outros participantes os quais prejudicavam a sua qualidade como indivíduo único. Asch interessa-se mais pelos sujeitos conformistas, uma vez que são mais susceptíveis de modificar o objecto do seu juízo. Dentro da categoria de sujeitos conformistas existem três razões para a sua conformidade: 1) submissão à maioria com medo das consequências que uma desobediência poderia implicar; 2) reconhecimento da unanimidade de resposta o que abonava em favor da exactidão e, 3) finalmente, deformação da percepção submetendo-se inconscientemente à influência da maioria que emitia, aos seus olhos, juízos correctos. Era esta última categoria que Asch previra de início, mas o escasso número de sujeitos que dela fazia parte invalida a sua hipótese.

Estas respostas às entrevistas assim como a introspecção do sujeito ingénuo utilizado por Deutsch e Gerard (1967) e que veremos em seguida, sugerem um duplo conflito nas pessoas que participam nas experiências. Por um lado, têm espontaneamente tendência para confiar nas suas próprias capacidades perceptivas, que raramente falharam até à altura, mas hesitaram devido às informações que lhe vêm dos companheiros. Por outro lado, estão sozinhos perante um grupo unânime que irá julgá-los severamente.

Dependência Normativa e Dependência Informacional – Deutsch e Gerard (1955)

De acordo com estes dois autores cada um de nós aprendeu, desde a infância, a desenvolver as suas aptidões de juízo respeitantes ao mundo físico. Na dúvida ensinaram-nos igualmente a ter em conta a opinião dos outros. No que se refere às capacidades perceptivas exigidas na tarefa de Asch cada elemento passou por uma dupla aprendizagem antes de se apresentar na experiência: conhecer as suas próprias capacidades e ter confiança nos outros. Por outro lado, cada indivíduo é igualmente treinado para obedecer às normas do grupo. O sujeito de uma experiência de Asch sabe

que a sua desobediência, voluntária ou não, pode torná-lo ridículo, fazê-lo perder o seu estatuto no seio do grupo a que momentaneamente pertence.

A propósito deste duplo conflito Deutsch e Gerad (1955) falam de dois tipos de influência. No primeiro caso trata-se de uma dependência informacional. Este tipo de dependência refere-se ao conflito cognitivo em que o indivíduo procura reunir as informações pertinentes que lhe permitirão resolver a tarefa com a qual é confrontado. No segundo caso, a dependência é normativa. Este tipo de dependência é o conflito motivacional na medida em que a presença real ou simbólica no grupo está sujeita à adesão às normas do grupo.

O processo de influência normativa está assente em duas bases importantes; as pessoas conformam-se devido ao medo das consequências negativas interpessoais, como o ostracismo ou a punição, que a sua não conformidade pode provocar e, porque sentem necessidade de aprovação social e então são compelidos a ir de encontro às expectativas do grupo. O processo de influência informacional ocorre quando os outros membros do grupo são encarados como fontes importantes de informação acerca da realidade social.

Interligação dos Estudos Clássicos efectuados com pequenos grupos acerca da formação de normas, conformidade e influência Deutsch e Gerad, através desta dualidade de dependência, vão aproximar-se das teorias de Leon Festinger (1950;1954). Na sua Teoria da Comparação Social Festinger (1954) evidencia, a existência de uma necessidade em cada indivíduo para avaliar as suas opiniões e aptidões pessoais. Uma vez que os critérios objectivos do mundo físico falham ou não são úteis para determinado tipo de avaliação existe a necessidade de recorrer com frequência a pessoas tomadas como “referentes sociais”. No efeito Asch, a maioria desempenha o papel de referente social e os seus juízos são informações susceptíveis de serem consideradas pelo indivíduo desamparado perante estas normas contraditórias: as que ele adquirira e julgava estarem correctas e as que tem subitamente que enfrentar.

Se a Teoria da Comparação Social de Festinger (1954) se relaciona com a da dependência informativa, a das “pressões para a uniformidade” (1950), enunciada pelo mesmo autor, possui muitos pontos comuns com a dependência normativa. Efectivamente, Festinger (1950) defende que os grupos exercem voluntariamente ou

não, pressões para uniformidade. As pressões possibilitam a realização dos objectivos do grupo ou a reintegração de membros momentaneamente afastados.

Uma primeira pista de investigação iniciada por Asch, põe em evidência o factor informativo: todos os indivíduos imaginam existir maior verdade na cabeça de vários indivíduos do que na de um só. De acordo com este raciocínio, o número crescente da maioria, mais do que exercer uma pressão moral, acentuaria um conflito de informações: o sujeito ingénuo terá cada vez mais dificuldade em admitir que toda a gente se engana menos ele, daí conformar-se. A educação não prepara as pessoas para recusar em bloco a opinião de pessoas que não têm qualquer motivo para a induzir sistematicamente em erro. Os resultados da experiência de Asch (1951) confirmam este raciocínio (quando é uma única pessoa a emitir juízos incorrectos, a influência é mínima; pelo contrário, o conformismo aumenta notavelmente a partir de três colaboradores do experimentador).

A ambiguidade de estímulos sobre o qual incide a conformidade, retractada por Sherif, remete para um outro aspecto do conflito informativo. Quanto maior for a ambiguidade do estímulo maior será a indecisão do indivíduo e maior será a sua predisposição para a conformidade. A ambiguidade do estímulo tem também um efeito sobre uma outra dimensão da conformidade, a que se chamou de aceitação pública ou privada. O hiato existente entre a aceitação pública e aceitação privada confirma o aspecto de dependência normativa, presente na experiência de Asch. Parece evidente que um maior conformismo em situação pública e identificável, resulta de uma dependência relativamente às regras do grupo de referência: cede-se à maioria porque se teme o medo do ridículo e da rejeição.

Do que ficou dito pode concluir-se que todos os factores que aumentarem a dependência informativa ou a dependência normativa contribuirão para reforçar o conformismo. Em suma, a dependência normativa tem por função a aprovação social (o medo das consequências negativas da não conformidade (ostracismo, ridículo, rejeição ou a punição) e, no facto de os membros do grupo se sentirem compelidos a ir de encontro às expectativas dos outros membros do grupo). Quanto à dependência informativa, o processo ocorre quando os outros membros do grupo são percebidos como fontes importantes de informação acerca da realidade social.

Até aqui verificou-se que a influência exerce-se principalmente através de uma maioria qualitativa: modelos afáveis e poderosos, peritos credíveis e competentes; ou

através de uma maioria quantitativa: um grupo de pertença cujo bom funcionamento exige que cada membro adopte as normas colectivas, submetendo-se ao ponto de vista da maioria.

De acordo com (Thibault e Kelley, 1991) as normas do grupo podem ser descritas de várias formas. Podem ser descritas por exemplo em termos de processos sociais e mecanismos que envolvem pressão para a uniformidade, sanções e sentimentos de obrigação. Também podem ser descritas em termos de comportamentos e efeitos imediatos, uniformidade, partilha de opiniões e de pontos de referência. Todos os membros sentem compelidos a aderir às normas, pois a influência desenvolvida pela maioria do grupo é no sentido de um valor supra-individual. A não conformidade às normas do grupo desencadeia um processo normativo de reintegração ou expulsão de um membro desviante.

Desvio Nos Pequenos Grupos

O sistema em que o indivíduo interage é preexistente aos indivíduos particulares, daí que cada membro deva proceder de modo a permitir o melhor funcionamento do seu grupo. Assim, facilmente se compreende que seja a norma da maioria a controlar o comportamento dos indivíduos, pois é ela que fornece a certeza e assegura a objectividade. Neste sentido, a oposição deverá adaptar-se à maioria sob pena de ser expulsa do grupo. Idêntica concepção se encontra muito explicitamente na Teoria da Comunicação Social Informal, enunciada por Festinger (1950). De acordo com Festinger a pressão para a uniformidade desenvolve-se quando o grupo percepção uma opinião desviante a qual ameaça a uniformidade de opiniões e a coesão do grupo, duas situações relevantes para as funções do grupo. Nesta situação de ameaça, o grupo direcciona a comunicação para o membro desviante (Festinger, 1950; Schachter, 1951). Esta comunicação diminui quando o desviante se aproxima dos padrões normativos do grupo.

Desvio e Rejeição – Schachter (1951)

Schachter (1951) ilustrou experimentalmente as reacções ao desvio. Passamos de seguida a descrever o estudo. Estudantes eram convidados a participar em diferentes

círculos de actividade (cinema, estudo de casos, jornalismo e rádio). No decorrer das reuniões, cada círculo teve que discutir o tratamento a preconizar no caso – fictício – de um jovem delinquente chamado Johny Rocco. Os participantes eram livres de conduzir as discussões à sua vontade, mas, de cinco em cinco minutos, deviam dar conhecimento da severidade do tratamento que recomendavam. De facto, a história de Johny Rocco fora escrita de modo a suscitar, da maior parte dos estudantes, um tratamento bastante benévolo, e foi efectivamente o que acabou por acontecer. Todavia, entre os oito e dez membros de cada círculo nem todos eram sujeitos ingénuos; três deles eram pagos para se comportarem segundo instruções muito precisas. Um devia sempre propor um tratamento em conformidade com a maioria do grupo (conformista); outro devia, à partida, preconizar um tratamento muito severo, oposto à norma maioritária e, gradualmente, converter-se à opinião da maioria (convertido); finalmente, o último devia opor-se sistematicamente ao grupo, propondo um tratamento muito severo (desviante). Os participantes tiveram que eleger membros para constituir diversas comissões, cuja importância variava, e designar os membros que queriam que ficassem no círculo caso fosse necessário reduzir o número de participantes. Estas decisões eram evidentemente destinadas a medir a aceitação respectiva dos três colaboradores do experimentador, enquanto a observação da discussão se destinava a registar as tentativas de influência.

Verificou-se, com este estudo, que quanto mais elevada é a cotação menos popular é o indivíduo, menos escolhido é pelos seus companheiros para permanecer no círculo no caso de redução de elementos. O convertido e o conformista obtiveram uma taxa média, ambos claramente se diferenciaram do desviado que, quase sempre obtém a cotação mais alta, ou seja, ser excluído do grupo. Neste estudo verificou-se que o número de intervenções dirigidas ao conformista se manteve constante durante toda a discussão, enquanto que, para o convertido houve uma diminuição à medida que ele se aproximou da opinião da maioria. Em contrapartida, as intervenções dirigidas ao desviante aumentaram no decurso da discussão em todos os círculos, excepto naqueles que tinham, em simultâneo, uma forte coesão e uma grande pertinência. Podemos interpretar esta diminuição final como uma rejeição simbólica do desviante.

Em suma, podemos dizer que os mecanismos de controlo social, nos pequenos grupos, permitem: através da hostilização do desviante, reduzir a ameaça à realidade social dos membros normativos; a redução da probabilidade de ocorrência de novos desvios e, a

convicção, por parte dos membros dos outros grupos, de que o grupo possui normas válidas.

Apesar dos estudos em pequenos grupos ter contribuído para o crescimento da ciência Psicologia Social, o que é verdade é que, a partir dos anos 50, muitos psicólogos sociais começaram a perder o interesse pelo estudo dos pequenos grupos. Alguns psicólogos explicaram esse declínio. De acordo com McGrath (1984) as investigações efectuadas em pequenos grupos e as conclusões encontradas acumulam muitos problemas teóricos e incertezas entre os vários estudiosos. De acordo com Zander (1979) o declínio dos pequenos grupos deve-se em grande parte ao facto de os custos serem superiores às recompensas. Steiner (1986) afirma que o estudo em psicologia social reflecte a sociedade. O término dos conflitos a nível mundial gerou o decréscimo do interesse no estudo dos pequenos grupos. Inicia-se assim, uma nova fase de pesquisa que assenta na Teoria da Identidade Social e na criação de grupos artificiais (Paradigma dos Grupos Mínimos).

A perspectiva da Identificação Social

A perspectiva da identificação social, iniciada por Tajfel e seus colaboradores, com a Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1978; Tajfel e Turner, 1979) e continuada por Turner e colegas (Turner et al, 1987) com a Teoria da Auto-Categorização são um dos contributos mais importantes ao estudo psicossocial de fenómenos ligados à pertença às grandes categorias sociais.

Teoria da Identidade Social

Tajfel (1978) define grupo “como uma colecção de indivíduos que se auto-percepcionam como membros de uma mesma categoria social, partilham um envolvimento emocional e adquirem um grau de consenso social das avaliações que produzem acerca do grupo e da sua pertença” (p. 18) (Tajfel, 1978; Tajfel e Turner, 1986).

De acordo com Tajfel (1978) a noção de grupo tem implícito três componentes. A primeira componente é cognitiva e refere-se à percepção da pertença a um grupo. Da

componente cognitiva emergem uma componente avaliativa e uma componente emocional. A componente avaliativa corresponde à conotação positiva ou negativa de grupo ou de membro de um grupo. A componente emocional traduz as emoções direccionadas para o próprio grupo e para os outros grupos que se relacionam com o grupo do indivíduo. Estas três componentes podem ser aplicadas aos pequenos grupos e às grandes categorias sociais. No entanto, não nos dizem muito em termos de criação de consenso social cognitivo, acerca da pertença a um grupo, do desenvolvimento de avaliações positivas ou negativas do grupo ou até mesmo da pertença e do investimento emocional dessa pertença. Também não nos dizem nada acerca dos efeitos no comportamento social entre o ingroup e o outgroup. Estas componentes são critérios externos que não definem a auto-identificação do indivíduo com o grupo.

A primeira dessas componentes da pertença ao grupo tem sido referida como uma componente cognitivo-social. O aspecto social reside no consenso acerca da pertença ao grupo. Este consenso é necessário se a pertença se tornar efectiva ou seja, se se tornar determinante para a uniformidade social no comportamento social de relacionamento entre o ingroup e o outgroup. O consenso acerca dessa pertença pode ser em muitos casos partilhado pelo grupo que foi socialmente categorizado e pelos grupos circundantes que o percebem como uma unidade distinta. Mas este consenso também pode ser originado pelos outros grupos e determinado em torno da criação de uma pertença interna dentro do ingroup. Existem assim, critérios externos e internos de pertença ao grupo. Os critérios externos são aqueles impostos pelos experimentadores e os critérios internos são os utilizados pelos indivíduos na experiência, os quais conduzem os seus comportamentos. Tajfel (1971) evidenciou que o consenso de membros exteriores tem um impacto muito forte acerca da formação de pertenças grupais subjectivas, ou seja, quando os indivíduos são colocados arbitrariamente como pertencentes a um dado grupo com base em critérios variados (Paradigma dos Grupos Mínimos). A natureza do compromisso estabelecido neste paradigma depende da origem e da imposição de critérios externos ao grupo. Estes critérios são utilizados como critérios naturais, existentes no grupo só que são impostos ou induzidos através dos propósitos do experimentador.

A investigação em Psicologia Social, em termos de grupos e de pertenças grupais, sejam grupos naturais ou grupos experimentais, está relacionada com as três componentes enunciadas acima. Nada do que foi dito anteriormente implica que os

indivíduos ou os grupos não possuem identificações estáveis com o grupo, ou que as componentes cognitivas, emocionais ou avaliativas, dos grupos subjectivos não estão expressos no seu comportamento ou em determinadas situações sociais. Mas não são essas pertenças grupais subjectivas a base da Teoria da Identidade Social.

De acordo com Tajfel (1978) o indivíduo pode perceber-se como um indivíduo isolado ou como membro de um grupo social. Esta dupla percepção está expressa no continuum interpessoal-intergrupar enunciado por Tajfel. É deste continuum que falaremos de seguida.

Continuum Interpessoal-Intergrupar

O número e a variabilidade de situações sociais nas quais o indivíduo se percebe como membro relevante de um grupo aumenta no sentido: da clareza de que é membro de um grupo; da forma, positiva ou negativa, em que é efectuada a avaliação dessa pertença e; da quantidade de investimento emocional que o indivíduo desenvolve nessas avaliações. As situações sociais que forçam o indivíduo a envolver-se em termos da sua pertença grupar acarretam para ele identificações grupais que poderiam anteriormente não ter significado para ele. Como consequência, a maioria dos indivíduos percebe-se como membro de um grupo e cria uma série de situações sociais nas quais é necessária a intervenção dessa pertença grupar.

Para Tajfel (1978) existem comportamentos puramente interpessoais e comportamentos puramente intergrupais. Os primeiros são aqueles encontros entre dois ou mais indivíduos nos quais a interacção que toma conta da situação é determinada pelas reacções pessoais entre os indivíduos e pelas suas características pessoais. Os segundos, são aqueles que temos vindo a falar, ou seja, são aqueles em que o comportamento de duas ou mais pessoas em relação a cada uma delas é determinado pela sua pertença a um grupo ou categoria social. Estes dois tipos de comportamentos são impossíveis de encontrar na vida real. Em situações reais podemos dizer que o comportamento dos indivíduos se situa entre estes dois extremos e que os comportamentos dos membros do ingroup ou dos membros do outgroup são crucialmente afectados pela percepção individual da situação como estando próxima de um pólo ou de outro. Quanto mais próxima for a situação social do polo intergrupar, maior uniformidade demonstram no seu comportamento acerca do outgroup, os

membros do ingroup. Contrariamente, quanto mais próxima for a situação social do polo interpessoal, maior é a variabilidade comportamental demonstrada acerca dos membros do outgroup. O continuum interpessoal-intergrupar transforma-se num continuum variabilidade-uniformidade.

Apesar de termos dito que não existe na vida real exemplos de comportamentos puramente intergrupais, eles existem em situações experimentais tais como o Paradigma dos Grupos Mínimos. É este Paradigma que exploraremos em seguida.

A semelhança entre os Comportamentos puramente intergrupais e o Paradigma dos Grupos Mínimos

Um dos objectivos deste Paradigma é estimular em laboratório uma situação em que os membros de um grupo agem contra membros de outro grupo, com um completo desconhecimento das diferenças individuais entre eles. O anonimato imposto aos membros do outgroup assegura que na experiência não haja variações na forma como cada um dos membros é tratado. Este anonimato não prevê e não contribui para que o tratamento seja menos favorável do que o tratamento dos membros do ingroup. O denominador comum destes exemplos, desde a experiência, à trágica realidade da guerra é o grau de indiferenciação (despersonalização) dos membros do outgroup. O passo seguinte é a sua desumanização. Na experiência o anonimato é criado pelos experimentadores.

O comportamento social, entre membros do ingroup e do outgroup possui determinados atributos, os quais podem ser sumariados da seguinte forma; 1) é independente das diferenças individuais existentes no ingroup ou no outgroup; 2) é independente das relações pessoais que podem existir em outras situações entre indivíduos de dois grupos; 3) não é afectado por estados motivacionais individuais durante um encontro, ou antes de um encontro, ou durante uma série de encontros.

O comportamento social nestas três situações determina dois pontos em comum. Primeiro a existência de uma afiliação de indivíduos que partilham essa pertença (pertença grupal) e segundo, uma interpretação partilhada das relações entre o ingroup e o outgroup, que é aplicada a uma série de situações sociais particulares. O comportamento social intergrupar pode ser concebido como função dessa afiliação e dessas interpretações.

O Paradigma dos Grupos Mínimos supõe uma tendência para os membros do ingroup tratarem os membros do outgroup como indivíduos indiferenciados, pertencentes a uma mesma categoria, i. e., independentemente das suas diferenças pessoais. Esta posição reflecte uma maior clareza na dicotomia ingroup-outgroup; na atribuição de certos traços comuns aos membros do outgroup como um todo; na avaliação e nos julgamentos desses traços, na significância emocional associada a essas avaliações e a outras formas de comportamentos associadas entre os membros do ingroup e do outgroup. A discriminação e o preconceito situam-se no polo dos comportamentos intergrupais. Os indivíduos comportam-se e sentem-se como membros de um grupo, o qual eles interpretam como claramente distinto e separado de outros grupos sociais, para quem eles dirigem o preconceito e discriminação. É necessário investigar que tipo de processos geram o comportamento discriminatório. Mas primeiramente é essencial explicar determinados fenómenos da Teoria da Identidade Social e dos quais temos vindo a dar indícios ao longo desta dissertação. Para existir discriminação é necessário que os indivíduos sintam que pertencem a uma Categoria Social comum e que adquiram um sentimento de pertença, o que lhes permite perceber que o seu grupo é claramente distinto do outro. Assim torna-se essencial descrever quatro processos ligados entre si, sendo eles: a Categorização Social, a Identidade Social, a Comparação Social e a Diferenciação Social.

Categorização Social e Identidade Social

O problema da auto-definição do indivíduo no contexto social pode ser reformulado em termos da noção de Identidade Social. Em sociedades como as nossas, um indivíduo esforça-se para conseguir um conceito ou imagem satisfatória de si próprio. Esta é uma das bases da Teoria da Comparação Social de Festinger (1954). Contudo Festinger, preocupou-se quase exclusivamente com as comparações sociais efectuadas por intermédio destas comparações inter-individuais. Este ênfase inter-individual não contempla um aspecto importante que contribui para a auto-definição do indivíduo: o facto de que ele é membro de numerosos grupos sociais e que esta pertença contribui positiva ou negativamente, para a imagem que o indivíduo tem de si próprio.

Identidade Social

A Identidade Social é a parte do auto-conceito que deriva do seu conhecimento da sua pertença a um grupo social, juntamente com o significado emocional dessa pertença. É evidente que esta definição de identidade social é limitada. Tal limitação é deliberada. Não há dúvida que a imagem ou o conceito que o indivíduo possui de si próprio é infinitamente mais complexa, tanto nos seus conteúdos como derivações. Não estamos todavia interessados nas origens ou desenvolvimentos da identidade ou auto-consciência individual. Os nossos objectivos são bem mais modestos: é que por muito rica e complexa que possa ser a visão de si próprio em relação ao mundo físico e social que os envolve, certos aspectos desta visão são uma contribuição da sua pertença a determinados grupos, ou categorias sociais. A nossa preocupação explícita é com a pertinência que a importância subjectiva destas pertenças sobre o comportamento de um indivíduo possui nas relações intergrupais. Desta perspectiva intergrupo da identidade social, podemos considerar a categorização social como um sistema de orientação que ajuda a criar e a definir o lugar do indivíduo na sociedade.

O Processo de Categorização

A categorização é um processo social de grupo que tem repercussões no indivíduo, na sua acção, intenção e sistema de crenças. Este processo é utilizado pelo indivíduo como forma de sistematizar e simplificar o contexto social em que está inserido. A categorização permite organizar e ordenar o meio social tendo em atenção o grupo, de forma a que o seu significado, para o membro, seja importante e faça sentido.

Os efeitos comportamentais e cognitivos do processo de categorização necessitam de ser considerados em relação a valores associados como o critério para a categorização social. A categorização é um guia para acção no sentido em que estrutura o meio envolvente de acordo com certos princípios cognitivos (Tajfel, 1959). Por exemplo a acentuação da percepção e os julgamentos diferenciados entre itens classificados como pertencentes a diferentes categorias no meio físico (Tajfel e Wilkes, 1963), tem equivalências no meio social e resulta de certa forma dos estereótipos sociais. O mesmo é verdade na acentuação de semelhanças dentro de uma mesma categoria (Tajfel et al, 1964).

As categorizações estão relacionadas com valores diferenciais, por exemplo; diferenças dos indivíduos em categorias sociais que têm significado diferente para o indivíduo e que estão normalmente associadas com avaliações positivas ou negativas dessa categorização. Estes valores diferenciais tendem a acentuar as diferenças entre categorias e semelhanças subjectivas dentro da categoria (Tajfel, 1959; 1963; 1972). A interação entre valores diferenciais derivados da sociedade e os mecanismos cognitivos da categorização é importante para a divisão social entre nós e os outros, ou seja, em todas as categorias sociais nas quais as distinções são feitas entre o grupo do indivíduo e o outgroup que está em comparação ou em contraste com ele.

A introdução dos valores no sistema geral de diferenciação entre o ingroup e o outgroup, tem implicações ao nível da pertença grupal à qual chamaremos de identidade social.

Comparação Social e Identidade Social Positiva

A comparação social entre grupos tem como função ser um sistema de orientação que cria e define o lugar do indivíduo na sociedade. Esta comparação social deve ser definida em termos de pertença do indivíduo a um grupo ou categoria social particular.

As características de um grupo como um todo adquirem uma significância em relação às diferenças percebidas com outros grupos e à conotação valorativa dessas diferenças. A noção de grupo não faz sentido se não existirem outros grupos para comparação. Os aspectos psicológicos e as consequências da pertença a um grupo aparecem devido à sua inserção numa estrutura multi-grupo. Consequentemente, a identidade social do indivíduo, enquanto concebida como o seu conhecimento de que pertence a um certo grupo social, com a significância valorativa e emocional dessa pertença para ele, só pode ser definida através dos efeitos da categorização social que segmenta o ambiente social do indivíduo dentro do seu grupo em comparação com os outros grupos.

Para a comparação social existir tem que haver a percepção de que os grupos em comparação são semelhantes em estatuto. Se esta condição não estiver preenchida, a diferença de estatuto implica a ausência de comparação social, o que implica a semelhança dos grupos (em termos de estatuto, poder e dominância). Esta semelhança

não permite ao grupo a protecção de uma identidade social dos seus membros, visto que não assegura uma distintividade positiva e valorizada em relação aos outros membros – Identidade Social Positiva (Tajfel, 1978; 1982; Tajfel e Turner, 1986; Brown, 1984).

Aquisição da diferenciação Grupal

Tajfel definiu o objecto da Teoria distinguindo entre condutas determinadas pelas categorias pessoais dos indivíduos e condutas determinadas pela sua identificação a um grupo (Tajfel, 1978). É este último caso que temos vindo a expor anteriormente. O motivo desta escolha está ligado ao teor da nossa dissertação – Dinâmica de grupos subjectiva. De acordo com Tajfel (1978) a identificação com um grupo motiva o indivíduo a maximizar as diferenças positivas entre o ingroup e o outgroup.

Paradigma dos Grupos Mínimos Tajfel, Billig, Bundy e Flament (1971, cf. Tajfel, 1978) pretendiam encontrar as condições mínimas necessárias para o comportamento intergrupar. Para isso, desenvolveram uma nova situação experimental – o Paradigma dos Grupos Mínimos. Para a criação das condições mínimas eliminou-se da situação experimental as variáveis que poderiam gerar um envolvimento entre os participantes. Essas variáveis são: a interacção face a face, o conflito de interesses, a possibilidade de existência de hostilidade entre os grupos e as relações instrumentais entre os indivíduos. Os experimentadores dividiram aleatoriamente os participantes em duas categorias com base em supostas preferências artísticas (Klee vs Kandisky). Os participantes tinham a tarefa de atribuir recursos a membros anónimos do ingroup e do outgroup. Esta atribuição de recursos tinha como base um conjunto de matrizes preparadas para a experiência. As matrizes continham quatro estratégias de comportamento intergrupar:

- 1) Justiça (os recursos eram atribuídos de igual forma a membros do ingroup e a membros do outgroup);
- 2) Máximo Lucro Comum (os recursos eram atribuídos de forma a maximizar o lucro dos dois grupos, independentemente da quantidade atribuída a cada um deles);
- 3) Máximo Lucro para o Ingroup (os recursos eram atribuídos de forma a beneficiar o ingroup, independentemente do lucro atribuído ao outgroup);

4) Máxima Diferença Positiva para o Ingroup (os recursos eram atribuídos de forma a doar o máximo lucro relativo ao ingroup, mesmo que a nível real o lucro obtido fosse menor do que o obtido por outra estratégia).

Os resultados evidenciam que os participantes optam pela última estratégia (Máxima Diferença Positiva para o Ingroup). Apesar de, o paradigma dos grupos mínimos, inviabilizar a possibilidade de emergência de um contexto ideológico que legitime o denegrir do outgroup (Perreault e Bourhis, 1998), o que é facto é que a percepção de pertença a uma determinada categoria é suficiente para gerar um comportamento discriminatório que favorece o ingroup (Tajfel, 1978).

A razão para estas diferenciações intergrupais em termos cognitivos, comportamentais e avaliativos está patente na necessidade que os indivíduos possuem para providenciar sentido social, através da identidade social, em situações intergrupais, experimentais ou outras. Existe uma necessidade de possuir uma identidade social positiva (Hogg & Abrams, 1988; Tajfel, 1978). Esta necessidade é preenchida através da criação de diferenças intergrupais, através da atribuição de valor e comprometimento quando, de facto, essas diferenças não existem.

Criticas ao Paradigma

Tajfel (1971) defendeu que a categorização por si só era suficiente assim como necessária para induzir favoritismo do ingroup e discriminação do outgroup. Sob as condições em que o Paradigma dos Grupos Mínimos foi concebido, a mera percepção dos sujeitos que pertenciam a dois grupos diferentes pareciam ser suficientes para provocar a discriminação intergrupar. Os sujeitos estiveram mais preocupados, aparentemente, em dar dinheiro aos membros do ingroup do que aos membros do outgroup, sacrificando para isso a maior recompensa para o ingroup. De acordo com Turner (1975) os sujeitos pareciam mais preocupados que o ingroup ganhasse do que recebesse a maior recompensa.

Billig e Tajfel (1973) demonstraram que os efeitos da classificação do grupo não estavam dependentes da percepção de semelhança entre os membros do ingroup em termos de performance da tarefa escolhida mas sugeriram que a semelhança interpessoal por si só não é suficiente para a formação do ingroup. Assim, os sujeitos não tendem a favorecer os semelhantes a si a não ser que estejam explicitamente categorizados como

membros do mesmo grupo. No conjunto das quatro estratégias (descritas anteriormente) os sujeitos introduziram deliberada e espontaneamente nas suas escolhas, como função da percepção do grupo, o favoritismo do ingroup. Tajfel et al (1971) descreveram as escolhas dos sujeitos como um compromisso entre a justiça e o favoritismo do grupo. Os sujeitos respondem de forma a favorecer o ingroup mas sem colocarem de parte a estratégia de justiça. Tajfel justifica este comportamento afirmando que a socialização e a educação criam uma norma de comportamento diferencial entre ingroup e outgroup. Este ponto de vista sugere que, dentro de certos limites, a percepção de uma categorização intergrupar está intrinsecamente relacionada com a discriminação social.

Face a estes dados Turner (1975) argumenta que, embora, esta posição possa ser verdadeira a nível empírico e em certas condições, será um pouco prematuro concluir teoricamente que existe uma conexão automática e inevitável entre a variável categorização social e a discriminação intergrupar. Para Tajfel (1972) está assumido que: 1) a categoria social com a qual o indivíduo se identifica contribui positiva ou negativamente para a sua auto-imagem; 2) a contribuição para a identidade social do indivíduo está dependente da comparação social entre ingroup/outgroup, em termos de atributos valorizados dos grupos; 3) o ingroup só pode preservar a sua contribuição para uma identidade social positiva do seu membro se mantiver uma distintividade social positiva em relação aos outros grupos.

Com base nestas assunções pode ser definido que em qualquer situação em que o grupo se possa comparar com outro grupo, numa dimensão valorizada, o grupo deve diferenciar-se positivamente do outgroup com o intuito de preservar a auto-estima dos seus membros. De acordo com Turner (1975) se esta percepção é verdade para o ingroup também é verdade para o outgroup. Então esta tentativa de diferenciação intergrupar é recíproca, portanto é inerentemente competitiva, pois cada grupo luta pela aquisição da mesma diferenciação social positiva. Assim, este é um processo de competição intergrupar e não de discriminação social. Esta hipótese sugere que os sujeitos agem em termos da categorização intergrupar como um meio de adquirirem, na situação experimental, uma auto-avaliação que contribui positivamente para a sua auto-estima, por isso, aceitam a categoria imposta pelo experimentador. A escolha efectuada pelos sujeitos do relativo favoritismo do ingroup em vez do absoluto favoritismo do ingroup implica que os sujeitos optaram por uma estratégia de diferenciação do que por uma estratégia de puro ganho económico. De acordo com Turner (1975) o conceito de

identificação com o ingroup implica comportamentos que só podem ser deduzidos pelo facto do indivíduo se redefinir a si próprio como membro desse grupo. Com base nestes pressupostos foram efectuadas duas experiências no Paradigma dos Grupos Mínimos (Tajfel et al, 1971; Billig, 1972) para testar esta hipótese (competição social).

Os dados destes dois estudos revelam que a identificação dos sujeitos com a categoria é uma condição essencial para influenciar o comportamento, mais do que a simples categorização. O favoritismo do ingroup parece estar relacionado com a identificação com o ingroup nos dois estudos. No primeiro estudo, o favoritismo com o ingroup esteve associado com o gostar do ingroup e com a estratégia de justiça. No segundo, apesar de não haver diferenças entre os grupos na discriminação eu-outros, fase que precedeu a discriminação intergrupar, os resultados evidenciam um enviezamento a favor do ingroup na situação em que os sujeitos agem em termos de categorias sociais, mesmo quando esta atitude entra em conflito com o auto-interesse monetário. Podemos dizer que a identificação com o ingroup parece ser suficiente como também necessária para provocar um enviezamento a favor do ingroup. Ou seja, uma categorização trivial é suficiente para modificar o comportamento interpessoal. Apesar dos dados de Turner não suportarem a noção delineada por Tajfel (1970; Tajfel et al, 1971) da existência de uma norma genérica que guia o comportamento ingroup-outgroup, eles reforçam os postulados mais recentes de Tajfel que postulam que a conduta social é mudada de uma forma poderosa pela categorização a qual estrutura o mundo social numa variedade de ingroups e outgroups.

A importância da categorização social nos conflitos sociais está assente no seu poder para definir o contexto básico do processo intergrupar, como a competição social ou a discriminação social. As categorias sociais influenciam a interacção pela sua capacidade de agir como referências sociais de interpretação e de resposta a comportamentos individuais. As categorias sociais, enquanto sinais da realidade social, introduzem um contexto social de atitudes e valores intergrupais os quais medeiam o comportamento intergrupar e acentuam o processo de diferenciação psicológica, seja através da competição ou da discriminação social.

Teoria da Auto-Categorização

A Teoria da Auto-Categorização formalizou este processo de diferenciação psicológica entre categorias sociais através do princípio do Metacontraste.

Princípio do Metacontraste

De acordo com este princípio, dentro de um grupo de estímulos que evocam duas categorias diferentes, o indivíduo pondera se as semelhanças entre os membros da mesma categoria social são maiores do que as semelhanças entre as diferentes categorias sociais. Quando isto acontece, o indivíduo pode determinar as posições prototípicas dos dois grupos comparados, ou seja, posições que maximizam a semelhança no interior de cada grupo, maximizando para isso as diferenças entre os grupos, posições essas que pode utilizar para representar os grupos.

Depois destas posições estarem estabelecidas, o indivíduo procurará reforçar a certeza quanto à validação do critério de categorização que ele adoptou para dar significado ao contexto social em que está inserido (Turner et al, 1987).

Influência Informacional Referente

Através da identificação social, o princípio do metacontraste não se limita somente a ter uma função de simplificação cognitiva das relações sociais, mas também a possuir uma função de autoregulação (Abrams e Hogg, 1988; Hogg, 1992; Hogg e Abrams, 1993). O envolvimento nos critérios de comportamento e de pensamento específico do protótipo do grupo fornecem um grau de semelhança e de interdependência com o ingroup que conduzirá à uniformidade de conduta entre os indivíduos (Turner, 1981; 1991).

Podemos assim afirmar que, o comportamento social não advém de semelhanças interpessoais ou de convergência de interesses e de objectivos individuais, como postulavam os teóricos da aproximação dos pequenos grupos (Festinger, 1950; Schachter e Back, 1950; Newcomb, 1991; Cartwright e Zander, 1968; Jones e Gerard, 1967; Kelley e Thibault, 1969) mas sim, de um sentimento partilhado de identificação a um grupo. Da mesma forma, a uniformidade dentro do grupo não deve ser atribuída à influência normativa e à influência informacional (Deutsch e Gerard, 1955), como

defendiam os teóricos dos pequenos grupos mas sim, à identificação com o protótipo do grupo (Turner, 1991; Turner e Hogg, 1987; Turner, Wetherell e Hogg, 1989).

A Incerteza Subjectiva e o Papel dos Protótipos na Formação de um Antagonismo Funcional

Esta teoria postula que a incerteza subjectiva advém quando um membro do grupo encontra outros membros que não concordam com ele. Esta incerteza produz, normalmente, um processo de influência social que pretende estabelecer o acordo entre os membros. A influência social ocorre somente se o alvo percebe que a fonte discorda da sua opinião. Se a fonte e o alvo fazem parte do mesmo grupo e se a fonte representa a norma do grupo, ou seja, é o protótipo do grupo. É de fazer notar que o alvo pode categorizar a fonte de várias formas o que afecta a capacidade da fonte para exercer influência. Por exemplo se só estão salientes comparações intragrupais, então a minoria discordante é vista como um outgroup e gera, dessa forma, pouca influência. Mas se estão salientes comparações intergrupais, então a minoria é percebida como parte integrante do ingroup e exerce uma influência substancial.

A Teoria da Auto-Categorização difere da perspectiva da Dependência e do Conflito em vários sentidos. A Teoria da Auto-categorização ao contrário da perspectiva da dependência sugere que: 1) a formação do grupo é um processo necessário para a ocorrência de influência; 2) a incerteza subjectiva ocorre, não quando da existência de um estímulo Ambíguo, mas sim quando membros semelhantes, inesperadamente discordam das posições uns dos outros; 3) o movimento dos membros para a posição prototípica do ingroup não reflecte uma influência informacional ou normativa, mas ocorre porque a posição normativa do grupo é percebida como subjectivamente válida.

A Teoria da Auto-categorização ao contrário da perspectiva do conflito assume que: 1) existe um único processo subjacente à influência de membros majoritários e minoritários do grupo; 2) as maiorias e minorias influenciam quando são percebidas como membros do ingroup; 3) a partilha de uma identidade no grupo produz um comprometimento público (Mugny e Perez, 1991). Alternativamente à influência informacional referente, Turner (1991) sugere uma outra explicação para a polarização. A polarização define a norma do grupo como a posição média de todos os

membros. A polarização é o movimento que os membros executam em torno da norma. Turner (1991) argumenta que a norma do grupo pode ser mais extrema do que a posição média do grupo e a polarização reflecte o movimento para a norma. Esta explicação conformista, baseada na Teoria da Auto-categorização assume que a polarização do grupo ocorre porque os indivíduos se identificam com uma norma particular do grupo e se conformam à posição prototípica do grupo a qual é mais extrema do que a média do grupo (Hogg, Turner e Davidson, 1990).

Torna-se assim impossível medir o impacto que produz uma identidade comum entre membros normativos e membros desviantes ou até mesmo de conceber o desvio como um processo intragrupal. Existem, no entanto, uma série de elementos que contradizem esta posição.

EFEITO OVELHA NEGRA

Encontramos na literatura uma série de exemplos que indirectamente sustentam a ideia de que as grandes categorias sociais gastam muita energia na detecção e punição dos seus membros desviantes.

“Bem certo é que, tendo reconquistado pela segunda vez as províncias revoltadas, é mais difícil perdê-las, pois o senhor, aproveitando-se da rebelião, sente menos escrúpulos em obter a sua segurança por meio do castigo dos culpados, em descobrir os suspeitos e em apoiar-se em pontos fracos, para se fortificar.” (o Príncipe- Maquiavel, p. 17)

“O código penal das sociedades antigas é o código dos delitos ou danos e transgressões. No direito romano, as ofensas que encararíamos como crimes são tratadas como delitos (por ex.. roubo, agressão, difamação, etc.), ou, por vezes, como pecados. Quando a comunidade intervém para obrigar o malfeitor a reparar o seu erro, fá-lo como árbitro, e o que tem sido por vezes como multas são na realidade ónus. A história primitiva do direito criminal divide-se em quatro estágios: 1) a comunidade intervém directamente, e por meio de actos isolados, para se vingar no autor do mal que sofreu; 2) a multiplicidade dos crimes compele a legislatura a delegar os seus poderes em comissões, cada uma delas encarregue de investigar uma acusação particular e de punir o malfeitor; 3) a legislatura, em vez de esperar pela alegada perpetração de um crime como ocasião para nomear uma comissão, nomeia periodicamente comissários tendo em vista a hipótese de certas classes de crimes serem cometidas; 4) as comissões tornam-se tribunais ou câmaras permanentes.” (Maine, 1888, pag. 131).

Estes exemplos ilustram bem a ideia de que existe um envolvimento dos membros normativos quanto à violação das normas vitais do grupo (a reciprocidade, a solidariedade e a lealdade) pelos membros desviantes, pois essa violação ameaça a construção e a manutenção de uma identidade comum (Levine e Moreland, 1994; 1998).

A investigação efectuada no âmbito do Efeito Ovelha Negra demonstra que a construção comparativa da uma identidade social positiva é ameaçada na presença de um membro desviante (Marques e Paez, 1994). De acordo com Marques e Paez (1994) um membro desviante é um membro que diverge do grupo em dimensões prototípicas do ingroup. Assim, o membro desviante é uma ameaça intragrupal que coloca em causa

a validade subjectiva do grupo, no sentido em que vai contra as expectativas do grupo em relação aos comportamentos dos seus membros (Marques e Paez, 1994). Neste sentido, podemos afirmar que a ameaça ao grupo é mais forte na presença de um desviante do ingroup de quem se esperam comportamentos prototípicos do que na presença de um membro desviante do outgroup (Marques e Paez, 1994).

Em muitas situações avaliamos os membros socialmente desejáveis e socialmente indesejáveis do nosso grupo de forma, respectivamente, mais favorável e mais desfavorável que os membros semelhantes do outgroup. Ou seja, diferenciamos mais entre si os membros “bons” e os membros “maus” no caso do ingroup do que no caso do outgroup. Este processo avaliativo é denominado de Efeito Ovelha Negra. Para Marques e colegas (Marques, 1988, 1990, 1993; Marques e Paez, 1994, 1996), esta manifestação de maior variabilidade no ingroup do que no outgroup (Efeito Ovelha Negra) depende do facto de os indivíduos investirem emocionalmente mais nos julgamentos sobre o ingroup do que nos julgamentos sobre o outgroup.

Estudos e Conclusões

Num dos primeiros estudos sobre o Efeito Ovelha Negra, Marques, Yzerbyt e Leyens (1988) pediram a estudantes de nacionalidade belga que avaliassem, através de uma série de traços de personalidade, os “estudantes belgas simpáticos”, os “estudantes belgas antipáticos”, os “estudantes norte-africanos simpáticos” e os “estudantes norte-africanos antipáticos”. A ideia base dos autores (Marques, Yzerbyt e Leyens, 1988) era de que, os exemplares socialmente indesejáveis do ingroup, por colocarem em questão a positividade global do grupo, seriam “castigados” enquanto que os membros socialmente desejáveis, por contribuírem para essa positividade, seriam “glorificados” nos julgamentos do participantes. Enquanto isso, os membros do outgroup, por serem irrelevantes para a identidade do ingroup, seriam avaliados de forma mais neutra.

Foi o que mostraram os resultados. Assim, os membros socialmente desejáveis do ingroup foram avaliados mais positivamente do que os membros socialmente desejáveis do outgroup e os membros socialmente indesejáveis do ingroup foram avaliados mais negativamente do que os membros socialmente indesejáveis do outgroup.

Noutro estudo, Marques e Yzerbyt (1988) pediram a estudantes de direito que ouvissem dois discursos (um bom e um mau) com o intuito de comparar a capacidade discursiva dos estudantes de direito e de filosofia da universidade onde o estudo foi conduzido. Os participantes encontravam-se todos na mesma sala, ouvindo os mesmos dois discursos. As instruções, que tinham por escrito, informavam-nos que os discursos tinham sido elaborados por dois estudantes de direito ou por dois estudantes de filosofia. Tal como aconteceu no estudo anterior, os resultados mostraram que, embora os participantes tivessem ouvido os mesmos discursos, avaliavam o bom discurso como sendo o melhor, quando pensavam que tinha sido elaborado por um estudante de direito do que por um estudante de filosofia. Paralelamente, os participantes avaliavam o mau discurso mais negativamente no primeiro do que no segundo caso.

De acordo com Marques, Yzerbyt e Leyens (1988), a assimetria verificada nas avaliações produzidas pelos participantes nestes dois estudos, é fruto de um maior investimento emocional na manutenção da identidade social positiva do grupo, já que só ocorre em situações em que os membros do ingroup ameaçam a sua positividade.

Na mesma linha de investigação mas com a preocupação de verificar a importância das dimensões para a ocorrência do Efeito Ovelha Negra, Marques (1990) efectuou um estudo com cadetes de uma escola militar. Neste estudo foi pedido aos cadetes que avaliassem dois outros cadetes fictícios, um dos quais adoptava comportamentos socialmente desejáveis e o outro, comportamentos socialmente indesejáveis. Segundo as condições esses comportamentos ocorriam, ou em dimensões importantes, ou em dimensões secundárias para a identidade social. Os cadetes eram apresentados como sendo alunos da escola dos sujeitos ou como alunos de uma outra escola militar.

Os resultados mostraram que, em dimensões importantes, os membros socialmente indesejáveis do ingroup eram avaliados mais negativamente do que os membros socialmente indesejáveis do outgroup. Mas, quando as dimensões não eram importantes, os membros do ingroup, desejáveis ou indesejáveis eram julgados de forma moderadamente mais positiva do que os membros do outgroup. O que demonstra que o extremismo do julgamento em relação ao ingroup é resultado da relevância que os membros têm para o próprio sujeito enquanto membro do grupo. Assim, a ocorrência do Efeito Ovelha Negra é devida à relevância que os membros julgados têm para a preservação de uma identidade social positiva. Quando essa relevância é fraca, os

membros negativos do ingroup não são “castigados”. A saliência das normas relevantes para o ingroup possibilita a ocorrência do Efeito Ovelha Negra (Marques, 1990). Em situações de ameaça ao grupo, a rejeição de um membro negativo do ingroup é uma forma sofisticada de favoritismo do ingroup como um todo.

Wann e Branscombe (1990) observam que o grau de identificação do indivíduo com o grupo modera a sua tendência para se distanciar de um grupo sem sucesso. Este fenómeno deve-se ao facto de a pertença ao grupo ser uma dimensão central mesmo em situações em que a performance do grupo não é positiva e em situações em que existe uma redução da auto-estima do indivíduo. Neste sentido, o indivíduo que está fortemente identificado com o grupo tem dificuldade em reduzir a sua associação ao grupo (Wann e Branscombe, 1990). De facto, estes indivíduos reafirmam a sua pertença ao grupo mesmo em caso de derrota (Turner, Hogg, Turner & Smith, 1984)

Com base nestes pressupostos, Branscombe, Wann e Noel (1994) efectuaram um estudo em que era pedido aos participantes para avaliar dois membros do ingroup ou dois membros do outgroup, dos quais, um se mostrava leal e o outro desleal ao seu grupo. Os resultados mostraram que os participantes fortemente identificados com o seu grupo avaliavam mais favoravelmente o membro leal do seu grupo do que o membro leal do outgroup e, o membro desleal do ingroup mais desfavoravelmente do que o membro desleal do outgroup. Daqui decorre que, quando a relevância da pertença ao grupo é elevada os resultados demonstram o Efeito Ovelha Negra. No entanto, os participantes que não se identificavam com o seu grupo, mostraram o efeito oposto, julgando menos favoravelmente o membro leal do seu grupo do que o membro leal do outgroup e o membro desleal do ingroup menos desfavoravelmente do que o membro desleal do outgroup. Estes resultados demonstram que as variáveis cognitivas têm um maior impacto quando a identificação e a motivação são mais baixas. Contrariamente, têm um impacto menor quando a identificação e a motivação aumentam.

O estudo anterior (Wann e Branscombe, 1990) evidencia um maior ou menor impacto das variáveis cognitivas na avaliação dos membros leais e desleais do ingroup e do outgroup, quando mediadas pela motivação e pela identificação com o grupo. Contrariamente o trabalho desenvolvido por Marques e colegas (1988, 1990, 1996) no domínio do Efeito Ovelha Negra evidencia, nas avaliações efectuadas dos bons e dos maus elementos, do ingroup vs do outgroup, um efeito essencialmente motivacional. Este efeito motivacional é conseguido através da legitimação da positividade do grupo

através da desvalorização dos membros do ingroup que se encontram em discrepância com as directivas normativas dos outros membros. Esta desvalorização dos membros do próprio grupo deve ser entendida como uma sanção desenvolvida com o intuito de reforçar o sentimento de grupo, o grau de identificação e a qualidade da identificação de todos os membros com o grupo.

O Efeito Ovelha Negra parece ser o resultado de um investimento emocional dos sujeitos na garantia de uma identidade social positiva. Este efeito é uma tentativa de hostilização dos membros do ingroup que ameaçam, do interior, a positividade do grupo. Ao hostilizarem os membros indesejáveis do ingroup, os sujeitos estão a procurar garantir a coesão do grupo em torno de valores aceites como positivos. Ou seja, trata-se de um fenómeno essencialmente normativo. O Efeito Ovelha Negra é uma estratégia emocional que reproduz internamente a dinâmica grupal do controlo social de Durkheim, ou seja, a rejeição do desviante e o reforço dos bons elementos (Marques e Paez, 1996). A desvalorização dos maus elementos é de acordo com Marques e Paez (1996) uma forma subjectiva de castigo, orientada para defender a imagem do grupo.

Torna-se agora necessário explicitar um conceito que temos vindo a orientar no sentido de conseguirmos chegar ao cerne da nossa dissertação. Este conceito é o conceito de Norma Social. Enquanto falamos de desvio e de avaliações de desviantes, de acordo com o efeito Ovelha Negra, esteve sempre subentendido que o desviante, nesta dissertação, seria um desviante normativo, ou seja, aquele que ameaça o grupo, por transgredir as normas. Neste sentido, é importante definir o que são normas sociais e como é que elas regem a vida e a organização do grupo.

NORMAS SOCIAIS

Existem duas correntes que formulam a formação das normas sociais. A primeira corrente, defendida por Berger e Luckmann, 1966; Solomon, Greenberg e Pszyczynski, 1991, define que as normas são regras arbitrárias de comportamento e, que são adoptadas devido à sua validação ou reforço efectuado pela cultura. Opp (1982) defende que a maioria das normas evolui dos comportamentos que são repetidamente recompensados, directa ou através de reforços pelos outros membros da sociedade (Berger e Luckmann, 1966; Sumner, 1906). A força destas preferências depende das seguintes dimensões: 1) oportunidades de comunicação das normas dentro do grupo; 2) da coesão do grupo e do comportamento uniforme; 3) da importância da norma para o grupo. Depois destas condições estarem estabelecidas e os custos da não conformidade, conhecidos por todos os membros do grupo, desencorajam os desvios através da ordenação do que deve ou não ser feito. Estas normas são aceites e interiorizadas pelos grupos e as sanções, como as leis, são desenvolvidas para suportar as normas. Esta perspectiva de reforço leva-nos a concluir que qualquer comportamento valorizado e recompensado pode tornar-se numa norma.

A segunda corrente é defendida por, Alisson, 1990; Campbell, 1961, 1975; Sherif, 1936, Schaller e Latané, 1996, os quais postulam que o comportamento normativo ajuda a cumprir os objectivos do grupo e satisfaz as necessidades básicas e os desejos dos membros do grupo.

De acordo com estas duas perspectivas as normas são criadas para fundamentar comportamentos que estão ligados à sobrevivência a nível individual (Sherif, 1936) ou a nível grupal (Campbell, 1975; Pepitone, 1976; Sumner, 1906). Como a adopção do comportamento social está ligado à genética e a mecanismos culturais, as normas contrabalançam os desejos individuais e as necessidades de controlo social e, consequentemente de sobrevivência colectiva (Campbell, 1975; Freud, 1952, Triandis, 1994). Podemos então dizer que as normas são um sistema partilhado de crenças.

Normas sociais As normas são o produto de uma sociedade e, portanto, são indissociáveis de uma ordem de valores que orienta os comportamentos dos indivíduos e dos grupos, as normas são regras que definem as condutas individuais e colectivas. Organizadas em sistema, constituem um modo de regulamentação social. O respeito das

regras foi primeiramente pensado como obediência às leis, em referência à autoridade social que se impõe como norma jurídica. A espera de sanções positivas e o receio de sanções negativas asseguram, nesta óptica, o funcionamento do sistema normativo. No entanto, é claro que não existem somente as normas juridicamente codificadas que o indivíduo interioriza no decurso do processo de socialização. O que obriga o sujeito, e donde procede a oposição entre acções permitidas e acções proscritas, explica-se também pelo estado dos costumes de uma dada época. O fenómeno normativo deve também ser referido a códigos morais inerentes a práticas particulares. Em todo o caso a interiorização das normas pode efectuar-se de maneira interessada, por cálculo, ou resultar de uma identificação altruísta com o grupo. Se as normas são avaliações colectivas de conduta, elas denotam consenso. Assim e, de acordo com Thibault e Kelley (1959) uma norma existe quando há acordo e consenso acerca dos comportamentos que os membros do grupo devem ou não devem fazer e quando existem processos que produzem a aderência a esses acordos.

Normas Denotativas e Normas Prescritivas

Podemos pensar que existem normas com função denotativa e que existem outras que possuem um carácter prescritivo. Como dizem Cialdini e colaboradores (Cialdini, 1993; Cialdini, Kallgren e Reno, 1991; Cialdini, Reno e Kallgren, 1990; Schaffer, 1983) as normas denotativas derivam da forma como os outros agem em determinadas situações, ou seja, são descritivas. Quando o comportamento não está claro, temos tendência a guiarmo-nos pela realidade social dos outros (Festinger, 1954). Neste sentido, o comportamento dos outros fornece-nos informações consensuais (Thibault e Kelley, 1959).

De acordo com Cialdini (1993) quanto mais suporte social tiver determinado comportamento, mais nós nos comportamos da mesma forma, porque é uma prova heurística da realidade social e do valor do comportamento. Em simultâneo este tipo de comportamento poupa-nos esforços cognitivos desnecessários providenciando um comportamento que tem uma grande probabilidade de ser efectivo. A tendência para utilizarmos os outros como modelos comportamentais para as nossas próprias acções, tem uma maior probabilidade quando a situação é nova, ambígua ou incerta (Sherif, 1936, Deutsch e Gerard, 1955) e, especialmente quando a fonte de referência é igual a

nós próprios, ou seja, membros do mesmo grupo (Festinger, 1954). Quando a situação é ambígua tentamos comportarmo-nos como os membros do nosso grupo. Este tipo de comportamento é semelhante à influência informacional, a qual gera conformidade (influência para aceitar informação obtida por outros, como evidência, acerca da realidade).

As normas denotativas fornecem um ponto de ancoragem ao indivíduo (Miller e Prentice, 1996) que lhe permite interpretar a situação e de se comportar de acordo com essa interpretação. Contrariamente, as normas prescritivas não se aplicam a situações específicas, mas referem-se a valores culturais. Estas normas caracterizam a percepção do que a maioria das pessoas aprova ou desaprova. Especificam o que deve ser feito e as normas morais do grupo (Durkheim, Deutsch e Gerard, 1955). De acordo com Deutsch e Gerard (1955) a influência normativa é a influência para se conformar às expectativas positivas dos outros. Consistentemente com este objectivo, os sujeitos tentam agir de forma a evitar a punição social ou a desaprovação.

Este tipo de normas motivam o comportamento através da promessa de recompensas sociais ou de punições. Elas revelam, por parte dos membros do grupo, uma necessidade de afiliação (Baumeister e Leary, 1995, in Cialdini e Trost, 1998) daí elas serem reforçadas pelas sanções sociais.

Newcomb (1943) descreve o poder destas normas na possibilidade de conferir popularidade e estatuto social. O grau de interferência das normas prescritivas depende da interiorização da norma e não somente da apreensão da mesma (Staub, 1972, in Cialdini e Trost, 1998). Quando a norma é interiorizada, ela torna-se parte integrante do auto-conceito do eu e os futuros comportamentos normativos representam conformidade com as expectativas do eu e dos outros. Por este motivo é que Cialdini e Trost (1998) afirmam que as normas prescritivas são normas socialmente valorizadas e interiorizadas através do processo de socialização do indivíduo.

Diferenças entre as Normas Denotativas e as Normas Prescritivas As normas denotativas definem o que é exacto e o que não é, as normas prescritivas definem o que bem e o que está mal. Estas últimas têm um aspecto moral e possuem uma característica injunctiva.

Uma segunda diferença importante entre as normas denotativas e prescritivas é a condição em que elas se tornam salientes. A saliência de uma norma denotativa é devida

à interação entre as categorias acessíveis à memória do indivíduo e às configurações particulares de estimulação que ele encontra no ambiente imediato (Miller e Prentice, 1996). Pelo contrário, a saliência de uma norma prescritiva é devida à evocação da norma, esta evocação é activada pela sua transgressão (Cialdini, Kallgren e Reno, 1990).

Transgressão e conformidade às normas A transgressão das normas prescritivas condiciona os indivíduos a focalizarem-se sobre essas normas, as quais definem critérios avaliativos de julgamento e não apenas unicamente diferenças entre indivíduos normativos e indivíduos desviantes.

A conformidade desses membros do grupo às normas legitimará, aos olhos dos indivíduos, o direito de reclamar uma identidade social positiva. É nos campos onde o desvio é produzido que os indivíduos aumentam a sua vigilância sobre os membros do ingroup e se conformam às prescrições legitimadoras de uma identidade social positiva e que eles estarão mais focalizados na sua interdependência com o ingroup. Depois de definida a formação das normas e o próprio conceito de norma no grupo, passaremos agora à análise do Processo de Dinâmica de Grupos Subjectiva.

DINÂMICA DE GRUPOS SUBJECTIVA

A noção da dinâmica de grupos subjectiva fundamenta-se em duas ideias essenciais: a primeira é que o desvio pode ajudar a implementar a identidade social positiva dos membros normativos do grupo e, a segunda é que a relação de hostilidade dos membros normativos ao desvio intragrupal deve ser entendida num contexto mais geral das relações entre os grupos (Marques et al, 2000).

De acordo com as investigações efectuadas ao nível do Efeito Ovelha Negra, o acto desviante, no interior do grupo, ameaça a positividade do grupo, a nível intergrupar e a nível intragrupal. A nível intergrupar, ameaça a construção comparativa da identidade social, ou seja, coloca o ingroup numa situação desfavorável face ao outgroup. A nível intragrupal, gera um descrédito das normas do grupo.

Tendo em consideração a importância das normas a nível intergrupar (permitem a construção de uma identidade social positiva) e a nível intragrupal (permitem a orientação das condutas dos membros do grupo), pensamos que a desvalorização dos maus elementos é uma estratégia desenvolvida pelo grupo, que visa a reacreditação do grupo a nível intragrupal e a nível intergrupar. A ameaça interna e externa produzida pelo desvio é a base dos julgamentos dos membros socialmente indesejáveis. Marques (2000) defende que os indivíduos se envolvem simultaneamente num processo de diferenciação inter e intragrupal, e não num processo de redução de inconsistências entre os membros associados a um protótipo do ingroup e os membros desviantes do ingroup. Há portanto, uma aparente divergência entre estes resultados e as predições derivadas da Teoria da Identificação Social, a qual postula a redução de inconsistências a nível intergrupar, através de uma identidade social positiva.

Um segundo problema está associado à concepção do desvio de acordo com a aproximação dos pequenos grupos. Nesta aproximação, o desvio corresponde sobretudo a um desvio à opinião mais frequente no grupo, ou seja, à opinião modal. Assim, as dimensões sobre quais os sujeitos avaliam os membros do ingroup e do outgroup são dimensões de desejabilidade social que transcendem as pertenças grupais.

Com o modelo da dinâmica de grupos subjectiva tenta-se articular as funções sociais com as funções psicológicas da reacção ao desvio. A ideia subjacente a este modelo é que, primeiramente, a motivação de base destes indivíduos para construir e

manter uma representação gratificante do ingroup leva-os a procurar comparações intergrupais positivas (Tajfel, 1978). No entanto, em muitas situações, pode emergir um desvio intragrupal que não pode ser resolvido através de uma mudança do critério de categorização. Neste caso, os indivíduos adoptarão uma focalização prescritiva. Esta focalização traduz-se numa atenção aos comportamentos que validam ou desafiam os critérios que legitimam as suas crenças a propósito de uma identidade social positiva. A derrogação dos desviantes reforça a solidariedade dos membros do grupo, e do seu envolvimento com a norma. Esta ideia é apoiada por Hamilton e Rauma (1995).

Tal como focamos anteriormente (capítulo 3), a diferença entre as normas denotativas e normas prescritivas corresponde à diferença entre um julgamento que visa distinguir clara e positivamente o ingroup do outgroup e um julgamento moral que depende exclusivamente duma norma que transcende o grupo (prescritiva). Se uma norma prescritiva gera uma atitude de punição, traduzida por julgamentos e acções desfavoráveis quanto à situação do desviante no grupo, esta atitude deve tornar-se desejável para os sujeitos sobretudo para que eles possam antecipar as respostas dos outros membros e as avaliações das suas respostas. Falta ainda saber o intuito da punição.

Na perspectiva de Durkheim, a punição não deve funcionar unicamente como uma apelação do desviante, ou seja como uma sanção dissuasiva, mas sim como um acto que legitima o envolvimento daquele que pune com a norma violada. Então este acto é um acto expiatório e repositor (Durkheim, 1895). Na nossa perspectiva a punição também tem como função assegurar a defesa da imagem do grupo e permitir o estabelecimento de um consenso dentro do grupo.

A punição ao defender a imagem do grupo, permite-lhe reacreditar-se normativamente. A sanção, definida através do consenso grupal, vai permitir ao grupo o re-estabelecimento da sua positividade, da sua uniformidade e da validação subjectiva das opiniões dos membros do grupo. Ao punir, os membros salientam a norma violada e reacreditam-na, ou seja, tornam a colocá-la como elemento definidor do grupo. Para além desta função e, de acordo com Turner (1991), o facto de o grupo alcançar consenso para determinar a sanção a aplicar e aplicá-la com vigorosidade já seria uma reacreditação normativa, no sentido em que o autor visualiza o consenso e a validação consensual como uma norma. Assim, a norma social tem implícito a ideia de uniformidade social entre os membros de um dado grupo. Esta uniformidade é derivada

da interacção social e das relações que os membros desenvolvem entre si. Toda esta dissertação nos leva a concluir que dentro do Processo de Dinâmica de grupos subjectiva existe um fenómeno, que decidimos designar como o, Processo de Validação Normativo (Processo através do qual o grupo alcança a sua Reestruturação Normativa) .

Processo de Validação Normativo

A partir do que temos vindo a afirmar acerca dos fenómenos grupais e da caracterização do desviante e das avaliações a que este está sujeito dentro do grupo, por ter transgredido a norma, torna-se claro que possuímos, ao longo desta dissertação, uma postura positiva acerca do desvio dentro do grupo. Ou seja, para nós o desvio é um fenómeno social que cumpre uma função vital ao grupo, a função de revalidação das normas e do grupo a nível intra e intergrupar. Iniciaremos esta explicação com a ideia de norma e da importância desta para a positividade do grupo.

Durkheim (1983) atribui à ordem social a existência de normas. Assim, a interacção entre os membros de uma unidade social tende a ser ordenado porque os membros agem da mesma forma, ou seja, têm o mesmo sistema de crenças. Desta forma, Durkheim assume a existência de um “contrato individual” do membro com o grupo, ou seja, uma aderência espontânea às normas do grupo, visto que os membros, enquanto elementos leais do grupo, aceitam a legitimidade das normas estabelecidas pelo grupo e reconhecem a importância de manter essas normas.

As normas exercem influência no grupo porque implicam avaliações. Desta forma, as pessoas que quebram as normas são avaliadas negativamente e sofrem normalmente sanções iniciadas pelos outros membros do grupo.

De acordo com Durkheim o desvio ameaça a consciência colectiva, no sentido em que coloca em causa as normas através das quais os membros se têm regido. Este desacreditar das normas por parte de um membro do grupo, produz incerteza na validade subjectiva das normas de cada membro e da posição do grupo face aos outros grupos. Esta incerteza poderá gerar, tal como define Festinger (1950), em determinadas circunstâncias, a modificação dos padrões comportamentais do grupo (ex. redefinição das fronteiras do grupo, desvio como inovação). Durkheim (1984), defende a necessidade de, para devolver a credibilidade à norma violada, exercer mecanismos de controlo social.

O controlo social é uma manipulação intencional e normativa de um comportamento. Este mecanismo é desenvolvido pelos outros membros do grupo e só se aplica a dissidências normativas importantes e excepcionais e não a actos dissidentes de interacção diária. De acordo com Parsons (1951) o controlo social é a observação da teoria das tendências do comportamento desviante. A análise desses processos no sistema social é que gerem o controlo das tendências desviantes e das condições em que essas tendências ocorrem. Todo o sistema social tem implícito recompensas para comportamentos conformistas e punições para comportamentos desviantes. O controlo social é um sistema complexo que serve para contrabalançar as tendências desviantes. Contrariamente a Parsons (1951) que define o controlo social como um mecanismo não intencional, Wood (1974) afirma que o controlo social possui um poder intencional e é utilizado com a intenção de influenciar o comportamento dos outros. Na mesma linha de pensamento, Gibbs (1981) afirma que há sempre controlo social, no sentido em que existe em todos os comportamentos sociais a intenção de influenciar o comportamento dos outros. Do ponto de vista sociológico o controlo social só existe quando há um desvio do que é normativamente correcto e defendido pelo grupo.

Para Durkheim a função de controlo social só pode ser prosseguida se o grupo, através do consenso, desenvolver sanções passíveis de reacreditar as suas normas. A estratégia de controlo social desenvolvida por Festinger (1950) e Forsyth (1990) é a de expulsar do grupo aqueles indivíduos que colocam a identidade social em causa. Se entendermos que não existe uma sociedade sem desvio e que este cumpre uma função social essencial (renovação da dinâmica subjectiva do grupo, através da revalidação das normas) devemos então concluir que esta solução anula a capacidade de resolução do problema do grupo. Sendo que, o problema é, revalidar a pertença de cada membro ao grupo, permitindo assim a perpetuação do grupo.

Função da Punição Parece importante focar que o controlo social desenvolvido através da punição, pode ser analisado à luz da ideia de que existe uma preocupação com a legitimação das normas, as quais legitimam uma diferenciação social positiva, garantindo assim uma superioridade avaliativa das normas do ingroup.

Neste sentido, propomos que, a punição dos desviantes não corresponde somente a uma tentativa de redução da incerteza provocada pela percepção de que os semelhantes ao sujeito (restantes membros prototípicos do ingroup) não partilham as

mesmas normas, nem à procura de clareza cognitiva, mas também a processos de validação normativa (normas prescritivas). Este processo de regulação social implica sanções severas para o desviante, com o intuito de reestabelecer a ordem e a moral no grupo, reerguendo o estatuto da norma violada. A punição permite a reacreditação do próprio grupo, face aos olhos dos seus “sanção como forma de exemplo” (Foucault, 1988), e face aos olhos dos outros grupos – “reacreditação do grupo no espaço intergrupar”.

Condições essenciais para desencadear mecanismos de controlo social

Pensamos que existem três condições essenciais para o desencadear de mecanismos de controlo social: (1) Os mecanismos de controlo social, que se traduzem em avaliações negativas e sanções/punições, só poderão ser desencadeados se houver coesão. Esta condição pode ser entendida como a existência de coesão ou a percepção da mesma, ou seja, unanimidade quanto à resolução do desvio. “When all members of a group are behaving similarly, they may very well be perceived as a single entity, and identification may proceed as in the individual case” (Miller e Prentice, 1996, p. 807). Se a percepção dos membros, enquanto grupo, for fraca, o grupo não tem capacidade, aos olhos dos próprios elementos e dos percepcionadores, para desencadear uma actividade conjunta (a punição), capaz de reacreditar e redefinir o grupo; (2) cada membro necessita de conceber o grupo como uma unidade com capacidade legítima para desencadear mecanismos de punição. A maioria possui legitimidade para exercer pressão moral (sancionatória) sobre os desviantes; (3) a validação normativa só é psicologicamente relevante no caso do ingroup.

De acordo com Marques (1988) os membros do outgroup são avaliados de uma forma mais neutra pelo simples facto de serem irrelevantes para a positividade da identidade social do grupo. A punição de um desviante do outgroup não é relevante para a positividade global do ingroup. Neste sentido concebemos que o processo de validação normativa só acontece quando existe a possibilidade de punir no ingroup. De facto, se a norma é um elemento definidor de um dado grupo, se ela é construída pelo próprio grupo e assegura a superioridade do mesmo não parece lógico ela ser validada por outro grupo.

A Teoria da Auto-categorização postula que a concordância de opiniões, atitudes e comportamentos só acontece dentro do mesmo grupo, neste sentido o que é mais

ameaçante para os membros do ingroup é perceberem a existência de discordância com elementos pertencentes à sua categoria e, portanto, semelhantes a si próprios. Na medida em que esta Teoria postula o papel do protótipo do grupo, sobre o qual se focaliza o princípio do metacontraste, a resolução desta dissidência encontra-se, tal como focamos anteriormente, na redefinição da dissidência como característica do outgroup (Turner et al, 1978). Assim, a incerteza ou a ameaça é anulada através da explicação das diferenças como pertencentes ao outgroup.

No entanto e, de acordo com a investigação efectuada por Marques e colegas (1988, 1990, 1996) não podemos conceber uma redefinição de categorias que permita ao outgroup desencadear e efectivar, por si só, um processo de validação normativa no ingroup. Pois este é um processo que acontece ao nível intragrupal. Assim, a validação normativa corresponde a uma dinâmica subjectiva do grupo. Só o próprio grupo pode legitimar a sua superioridade face à reacreditação da norma violada e consequentemente à reacreditação do grupo.

INVESTIGAÇÃO SOBRE A DINÂMICA DE GRUPOS SUBJECTIVA

1º Fase da Investigação – Estudos Pré-Testes

Na 1º fase preocupamo-nos com a criação de dois estudos pré-testes, que nos evidenciasse as normas e as características dos bons e dos maus elementos do grupo em estudo (estudantes universitários). Assim, o 1º pré-teste visava o estabelecimento de normas e de características que definissem os bons e os maus estudantes universitários.

Participantes

Este estudo foi realizado com 54 estudantes de Engenharia da Universidade do Minho, com idades compreendidas entre os 18 e os 29 anos de idade. Destes alunos, 21 eram do sexo feminino e 33 do sexo masculino.

Procedimento

Este estudo realizou-se através de um questionário de associação livre de palavras. Os participantes foram abordados na área da faculdade, sendo-lhes pedido para responder a um questionário sobre o “Comportamento dos Estudantes Universitários Portugueses”.

Foi pedido que respondessem às seguintes questões: 1) “Quando pensas num estudante universitário quais as características que te ocorrem?”; 2) “Quando penso num bom colega penso nas seguintes características...”; 3) Quando penso num mau colega, penso nas seguintes características...”; 4) “Quais os comportamentos dos estudantes universitários?”; 5) “Como defines um bom colega”; 6) “Como defines um mau colega?”

Resultados

Verificou-se através de uma análise factorial as características e os comportamentos que tinham mais peso na definição. Em seguida, através de acordo inter-juízes, decidiu-se aceitar todas as características e os comportamentos que estivessem no 3º tercil. Assim sendo, definiu-se que:

- Os traços característicos dos estudantes universitários eram dez: 1) Amigável; 2) Bom Ouvinte; 3) Egoísta; 4) Invejoso; 5) Mentiroso; 6) Prestável; 7) Irresponsável; 8) Simpático; 9) Arrogante; 10) Dedicado;
- Os comportamentos dos estudantes universitários eram dez: 1) Aceitar as críticas dos colegas sem se aborrecer; 2) Ajudar os colegas quando têm problemas; 3) Emprestar os apontamentos; 4) Assinar as folhas de presença pelos colegas; 5) Estudar em conjunto com os colegas; 7) Deixar os colegas copiar nos exames; 8) Tirar dúvidas aos colegas; 9) Estar presente em todas as festas; 10) Avisar os colegas das datas dos exames.

O 2º pré-teste tinha como intenção verificar a validade dessas normas e das características que avaliam os membros (bons vs maus) do grupo em estudo.

Participantes

Este estudo foi realizado com 23 estudantes de Engenharia do Isep, com idades compreendidas entre os 21 e os 26 anos de idade. Destes alunos, 13 eram do sexo feminino e 10 do sexo masculino.

Procedimento

Este estudo realizou-se através de um questionário. Os participantes foram abordados na área da faculdade, sendo-lhes pedido para responder a um questionário sobre o “Comportamento dos Estudantes Universitários Portugueses”.

Foi pedido que analisassem um conjunto de citações efectuadas por outros colegas seus (estudantes universitários). Estas questões incluía as seguintes perguntas: 1) “Um bom colega está sempre presente nas farras”; 2) “Um bom colega está sempre pronto a tirar as dúvidas dos outros”; 3) Um bom colega deixa os outros copiarem nos testes”; 4) Um mau colega só arranja confusão com os demais”; 5) “Um mau colega pensa que é o maior”; 6) Um mau colega anda sempre atrás dos professores a dar graxa”. Os participantes deviam avaliar cada uma destas citações numa escala de sete pontos (1 = muito positivo; 7 = muito negativo). Estas citações foram contrabalançadas para evitar o efeito de ordem, por esse motivo este estudo possuía 12 condições, ou seja, 12 combinações das várias citações.

Resultados

Através da ANOVA com as seis citações X condição verificamos que, tal como seria de esperar, não existia efeito da condição (1 ($F(1;11) = .47$, ns); 2 ($F(1;11) = .71$, ns); 3 ($F(1;11) = 1.58$, ns); 4 ($F(1;11) = .58$, ns); 5 ($F(1;11) = 1.1$, ns); 6 ($F(1;11) = .89$, ns).

Partindo das seis citações descritas acima, calculámos duas medidas de descrição. Ambas foram calculadas a partir dos valores nas citações. Somando as médias destas citações obtivemos uma descrição de um bom colega ($\alpha = .83$) e outra descrição de um mau colega ($\alpha = .75$). Na descrição do mau colega só entram as questões 4 e 5. As duas descrições são diferentes entre elas ($t(22) = -15.91$, $p < .001$), sendo o bom colega mais bem avaliado ($\bar{X} = 2$, $DP = .94$) do que o mau colega ($\bar{X} = 4.5$, $DP = .54$).

Estas foram as citações que nos permitiram construir as descrições dos membros normativos e dos membros desviantes utilizadas nos estudos a seguir. Assim, o membro desviante poderia ser descrito das seguintes formas: a) “pensa que é o maior, então só olha para o seu ‘umbigo’, não pensando em mais nada nem ninguém que não si mesmo. Este colega guarda religiosamente (só para si) as fotocópias dadas pelos professores e, está sempre com intrigas, prejudicando os demais” ou, b) “só arranja confusão e está sempre a criar problemas para os demais colegas. Olha os outros com arrogância e altivez e passa ‘por cima’ dos demais para conseguir alcançar os seus fins. Este colega guarda qualquer novidade só para si.”.

Já o membro normativo do grupo poderia ser descrito das seguintes formas: c) “tenta ajudar os outros no que eles precisam. Está sempre pronto a estudar em conjunto e a tirar dúvidas. Este colega está atento aos demais, e sabe dar ânimo nas horas difíceis. É um colega que gosta da vida académica, estudando quando acha que deve estudar e divertindo-se quando acha que se deve divertir.” ou, d) “está sempre presente nas farras. Mas também é o primeiro a disponibilizar-se para fazer algo pelo curso e pela academia. Este colega aparece sempre que é preciso, para ajudar os demais nas horas em que os colegas mais precisam. Este é um colega que está sempre pronto a dar dicas para os trabalhos a realizar”.

ESTUDO 1 – O EFEITO DA AVALIAÇÃO DOS MEMBROS NORMATIVOS E DESVIANTES NA DINÂMICA DE GRUPOS SUBJECTIVA

A investigação empírica ao nível dos grupos mínimos demonstra-nos que a intensidade da avaliação do membro desviante, pelo grupo, e os comportamentos consequentes dependem da importância da dimensão da realidade social que foi violada (Abrams & Hogg, 1990; Marques, 1990). De acordo com os estudos de Festinger (1950) a reacção dos membros do grupo ao membro desviante está positivamente relacionada com a relevância do assunto violado para o grupo. Também Kruglanski e Webster (1991) demonstram que a rejeição do desviante pelo grupo é mais acentuada quando a necessidade de proteger a realidade social é elevada. Assim, a rejeição do membro desviante é mais extrema quando ele expressa uma opinião que é inconsistente com as fronteiras do grupo. Ou seja, quando a relevância das dimensões violadas pelo membro desviante ameaçam a comparação positiva a favor do ingroup em termos intergrupais.

Da análise destes estudos decorre que a relevância das dimensões, tornadas salientes pelo desvio, é um elemento determinante para a identidade social do grupo. Nesta linha de investigação, Mummendy e colegas (Mummendy & Scheiber, 1984; Mummendy & Simon, 1989) observam que o favoritismo do ingroup ocorre em dimensões relevantes para a identidade do grupo e que o favoritismo do outgroup ocorre em dimensões pouco relevantes para o grupo. No mesmo sentido, Marques postula a existência do Efeito Ovelha Negra em dimensões de julgamento relevantes para a identidade social dos indivíduos (Marques, 1990). Assim, esperamos a ocorrência do Efeito Ovelha Negra. Ou seja, esperamos que o membro desviante do ingroup seja avaliado de uma forma mais negativa do que o membro desviante do outgroup e, que o membro modal do ingroup seja avaliado de uma forma mais positiva do que o membro modal do outgroup (Hipótese do Efeito Ovelha Negra). Tal como foi descrito acima, a ameaça ao grupo é mais forte na presença de um membro desviante do ingroup, de quem se esperam comportamentos prototípicos do que na presença de um membro desviante do outgroup. Portanto é legítimo que o grupo desenvolva estratégias de redução da ameaça interna.

Os estudos efectuados na área do desvio levam-nos a pensar que o desvio possibilita a saliência da importância e da normatividade da dimensão violada. Se

entendermos o desvio, como a transgressão de uma norma, então, a norma só se torna importante para o grupo, depois de violada. As normas são criadas pelos membros do grupo. Neste sentido, as normas definem o grupo a nível intragrupal, ou seja, os membros do grupo interiorizam as opiniões socialmente aceitáveis e, orientam as suas condutas de acordo com os padrões normativos do grupo (normas prescritivas) (Cialdini e Trost, 1998; Marques e Paez, 1999). As normas também definem o grupo a nível intergrupalo, ou seja, permitem aos membros alcançar a distintividade positiva, essencial à manutenção de uma identidade social positiva (normas denotativas) (Cialdini e Trost, 1998; Marques e Paez, 1999). É através das normas que regulam o relacionamento interpessoal dentro do grupo, que o grupo adquire estabilidade e coesão. Os membros do grupo interiorizam as normas com o objectivo de alcançar a estabilidade. Desta forma, a maioria do grupo reage ao membro desviante, com o intuito de reduzir a ameaça interna. Nos pequenos grupos o membro desviante é muitas vezes rejeitado (Festinger, 1950; Schachter, 1951; Orcut, 1973). No entanto, a investigação de Marques e colegas (Marques, Yzerbyt, 1988; Marques, Yzerbyt e Leyens, 1988) demonstra-nos que ele também é avaliado de uma forma negativa.

É com base na investigação desenvolvida por Marques e colegas (Marques, Yzerbyt, 1988; Marques, Yzerbyt e Leyens, 1988, Marques, 1990; Marques e Paez 1994, 1996) e no contributo sociológico de Durkheim (1938) acerca do desvio, que pensamos que, o membro desviante é punido e não, expulso do grupo. A reforçar a nossa hipótese, Leyens (1979) postula que a punição permite a reintegração dos membros desviantes no grupo, fazendo-os reconhecerem-se como culpados. Com base nestes pressupostos, pensamos que, a punição do membro desviante serve os seguintes objectivos: (1) reduz a ameaça à identidade social positiva do grupo; (2) reduz a ocorrência de desvios e; (3) permite a convicção e reacreditação das normas do ingroup.

Tal como temos vindo a defender anteriormente e, apoiados nas investigações desenvolvidas por Marques e colegas (Marques, Yzerbyt, 1988; Marques, Yzerbyt e Leyens, 1988, Marques, 1990; Marques e Paez 1994, 1996), pensamos que a ocorrência da validação das normas do grupo só é possível através da punição e ao nível do ingroup. Somente nestas condições é possível que os membros do grupo reforcem a sua convicção nas normas prescritivas que legitimam a sua superioridade e que o definem como grupo. Desta forma, esperamos que quando não é dada aos participantes a possibilidade de punir, haja um decréscimo da importância da norma para o grupo

(Hipótese da Validação das Normas do Grupo). Ao nível do outgroup esperamos que quando é dada a possibilidade de punir o membro desviante do outgroup haja um decréscimo da importância da norma e que, quando não é dada a possibilidade de punir haja uma ligeira tendência para a ocorrência da validação da norma (Hipótese do Outgroup).

Método

Participantes

A amostra é constituída por 76 estudantes de Engenharia com idades compreendidas entre os 17 e os 35 anos. Sendo 27 destes participantes do sexo feminino e 49 do sexo masculino. Da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto foram interrogados 26 estudantes (13 mulheres e 13 homens) e 50 estudantes (14 mulheres e 36 homens) do Instituto Superior de Engenharia do Porto. Um dos participantes desistiu de responder e os seus dados foram eliminados de todas as análises.

Plano Experimental

O plano experimental do estudo é um 2(Grupo de Pertença: Ingroup vs Outgroup) X 2(Avaliação: Possibilidade de Avaliação vs Impossibilidade de Avaliação) X 2(Tipo de Membro: Membro Normativo vs Membro Desviante), em que a última variável independente é intra-sujeitos.

Procedimento

O questionário realizou-se por meio de um questionário com duas fases, o qual foi administrado aos alunos de Engenharia. Os participantes do estudo foram abordados na área da faculdade (Feup/Isep), sendo-lhes pedido para responderem a um questionário sobre o “Comportamento dos Estudantes Universitários Portugueses”.

Foi pedido, na primeira fase do estudo, que avaliassem um conjunto de normas do seu grupo (estudantes universitários). Este conjunto de normas o qual foi apresentado aos participantes incluía as seguintes normas: “Deixar os colegas copiar nos exames”; “Assinar as folhas de presença pelos colegas”; “Emprestar apontamentos aos colegas”; “Aceitar as críticas dos colegas sem se aborrecer”; “Ajudar os colegas nos seus problemas”; “Tirar as dúvidas aos colegas”; “Estudar em conjunto com os colegas”. Os

participantes deviam indicar o grau de importância que atribuíam a cada norma numa escala de sete pontos (1 = nada importante; 7 = muito importante).

Os participantes podiam pertencer a um das quatro condições experimentais: a) membro do ingroup com possibilidade de avaliar os membros desviantes e os membros normativos do ingroup e do outgroup; b) membro do outgroup com possibilidade de avaliar os membros desviantes e membros normativos do ingroup e do outgroup; c) membro do ingroup impossibilitado de avaliar os membros desviantes e os membros normativos do ingroup e do outgroup; d) membro do outgroup impossibilitado de avaliar os membros desviantes e os membros normativos do ingroup e do outgroup. Nas condições experimentais a) e b) o membro desviante do ingroup era descrito da seguinte forma: “pensa que é o maior, então só olha para o seu ‘umbigo’, não pensando em mais nada nem ninguém que não si mesmo. Este colega guarda religiosamente (só para si) as fotocópias dadas pelos professores e, está sempre com intrigas, prejudicando os demais” e, o membro do outgroup: “só arranja confusão e está sempre a criar problemas para os demais colegas. Olha os outros com arrogância e altivez e passa ‘por cima’ dos demais para conseguir alcançar os seus fins. Este colega guarda qualquer novidade só para si.”

O membro normativo do ingroup era descrito como um colega que: “tenta ajudar os outros no que eles precisam. Está sempre pronto a estudar em conjunto e a tirar dúvidas. Este colega está atento aos demais, e sabe dar ânimo nas horas difíceis. É um colega que gosta da vida académica, estudando quando acha que deve estudar e divertindo-se quando acha que se deve divertir.” e, o do outgroup como um colega que: “está sempre presente nas farras. Mas também é o primeiro a disponibilizar-se para fazer algo pelo curso e pela academia. Este colega aparece sempre que é preciso, para ajudar os demais nas horas em que os colegas mais precisam. Este é um colega que está sempre pronto a dar dicas para os trabalhos a realizar”. Os participantes deviam indicar a avaliação de cada um dos membros (através do traços descritos abaixo) numa escala de sete pontos (1 = muito negativo, 7 = muito positivo). Nas condições c) e d) os participantes responderam ao questionário de personalidade de Eysenck.

Na segunda fase, foi dito aos participantes que tinha ocorrido um erro nos estudos, dando-lhe a justificação de que era a primeira vez que a investigadora estava a aplicar aquele tipo de questionários. Este erro estava relacionado com o posicionamento das normas e a falta de uma questão no questionário, então foi pedido a todos os sujeitos

que respondessem a uma segunda avaliação das mesmas. Esta atribuição de culpa ao experimentador foi criada com o intuito de levar os participantes a descomprometerem-se das avaliações anteriores, podendo assim, avaliar novamente as normas.

Medidas Dependentes

As medidas dependentes do estudo eram a Identificação Grupal, a Percepção de Homogeneidade Grupal, a Avaliação dos Membros, a Validação das Normas.

Identificação Grupal. A identificação grupal foi avaliada através de nove questões, quatro relativas ao ingroup e quatro relativas ao outgroup: 1) Em que medida gostas de ser um estudante de Engenharia?; 2 e 3) Em que medida gostas de ser um estudante da Feup/Isep?; 4 e 5) Em que medida gostarias de ser um estudante do Isep/Feup?; 6 e 7) Quando pensas em ti em que medida te vês como um estudante da Feup/Isep?; 8 e 9) Como avalias os estudantes da Feup/Isep. Estas questões foram respondidas em escalas de 7 pontos, nas quais 1 = “não gosto nada” e 7 = “gosto muito”.

Percepção da Homogeneidade Grupal. Os participantes avaliavam a homogeneidade em duas questões, uma relativa ao ingroup e outra relativa ao outgroup: 1 e 2) Em tua opinião os estudantes de engenharia da Feup/Isep comportam-se todos...” (1=todos da mesma maneira; 7=de maneira diferente uns dos outros).

Avaliação dos Membros. Como descrito acima, apenas metade dos participantes tiveram a possibilidade de avaliar os membros desviantes e normativos do ingroup e do outgroup. Havia quatro questões de avaliação dos membros: 1, 2, 3 e 4) “Como avalias o membro descrito acima”. Esta avaliação foi efectuada através de dez traços: Amigável; Arrogante; Bom ouvinte; Dedicado; Egoísta; Invejoso; Irresponsável; Mentiroso; Prestável e Simpático. As avaliações, efectuadas através destes traços, foram medidas numa escala de sete pontos (1 = nada; 7 = muito).

Validação das Normas. Como descrito no procedimento, esta variável é construída através da média das avaliações das normas (1 = nada importante; 7 = muito importante), efectuadas, pelos participantes, em dois momentos. Assim, o sinal de adição corresponde a uma validação normativa e o de subtracção a uma desvalorização das normas.

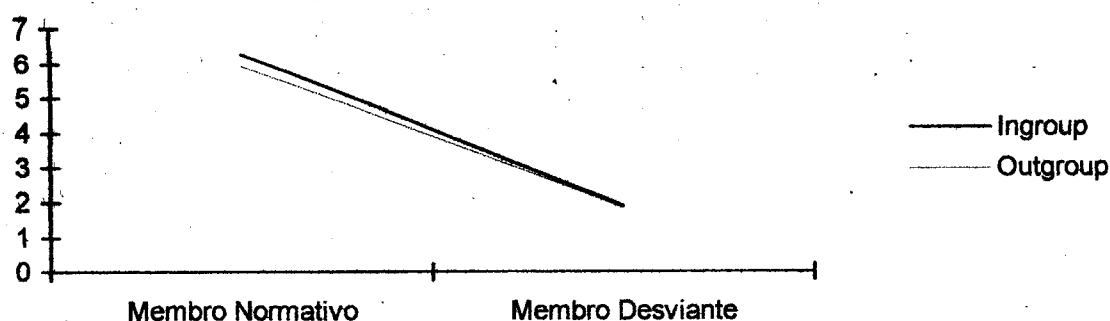
Resultados e Discussão

Hipótese do Efeito Ovelha Negra

Na nossa primeira hipótese predizíamos que os participantes avaliariam o membro normativo do ingroup mais positivamente do que o membro normativo do outgroup e que, em simultâneo, avaliariam o membro desviante do ingroup de uma forma mais negativa do que o membro desviante do outgroup. Partindo da avaliação dos membros, calculamos quatro medidas: duas de avaliação de membros normativos e duas de avaliação de membros desviantes. As medidas de avaliação foram calculadas a partir dos valores nas medidas de avaliação dos membros. Somando as médias destas obtivemos uma medida de avaliação do membro normativo do ingroup ($\alpha = .81$), uma medida de avaliação do membro normativo do outgroup ($\alpha = .90$), medida de avaliação do membro desviante do ingroup ($\alpha = .69$) e uma medida de avaliação do membro desviante do outgroup ($\alpha = .73$).

Para testar esta hipótese efectuamos uma ANOVA de medidas repetidas com avaliação (Normativo vs Desviante) x avaliação dos membros segundo grupo (FEUP vs ISEP) x pertença (Ingroup vs Outgroup) que revelou um efeito da avaliação ($F(1, 45) = 8.66, p < .001$) e do grupo ($F(1, 45) = 6.20, p < .02$) e uma interacção grupo x avaliação ($F(1, 45) = 4.54, p < .04$) e avaliação x pertença ($F(1, 45) = 5.80, p < .03$). Os participantes avaliaram mais positivamente os membros normativos do ingroup ($M = 6.28, DP = .62$) do que os membros normativos do outgroup ($M = 5.97, DP = .85$); ($t(46) = 3.14, p < .005$), enquanto que as avaliações dos membros desviantes, tanto do ingroup ($M = 1.87, DP = .61$) como do outgroup ($M = 1.89, DP = .69$), são semelhantes ($t(48) = -.29, ns$) entre si. Os resultados não sustentam a nossa hipótese, uma vez que são consistentes com a Teoria da Identidade Social e com a premissa da Identidade Social Positiva e não com as predições do Efeito da Ovelha Negra (Marques, 1990; 1991).

Figura 1. Avaliação dos Membros (Normativos vs Desviantes) em
Função do Grupo (Ingroup vs Outgroup)



A interacção de grupo x avaliação é resultado do grupo de análise FEUP. Verificamos que este grupo avalia o seu membro normativo de uma forma mais positiva ($M = 6.23$, $DP = .53$) do que o membro normativo do outgroup ($M = 5.87$, $DP = .81$) ($t(21) = 3.31$, $p < .01$) e não estabelece diferenças avaliativas face aos dois desviantes ($t(23) = .04$, ns). O nosso segundo grupo de análise (ISEP) não estabelece diferenças avaliativas quanto aos membros normativos ($t(24) = 1.67$, ns) nem quanto aos membros desviantes ($t(24) = -.46$, ns).

Hipótese da Validação das Normas do Grupo

As nossas hipóteses relativas ao processo de reedificação normativa do ingroup predizem que os indivíduos que têm oportunidade de avaliar o seu membro desviante validam as normas enquanto que, aqueles que não têm essa possibilidade efectuem um processo valorativo de decréscimo da importância da norma para o grupo. Tal como referimos anteriormente, o processo de validação normativo é construído através de duas avaliações (em momentos diferentes) das sete normas grupais apresentadas aos participantes. Com o intuito de melhor analisar as diferenças avaliativas das normas entre os dois momentos, decidimos construir novas normas, através da diferença entre a avaliação efectuada no segundo momento e a avaliação efectuada no primeiro momento.

Ao efectuarmos este estudo nunca foi nosso interesse avaliar cada uma das normas, de forma isolada mas sim, avaliar o processo normativo, para isso, calculamos uma única norma que é a soma das médias das sete normas apresentadas aos

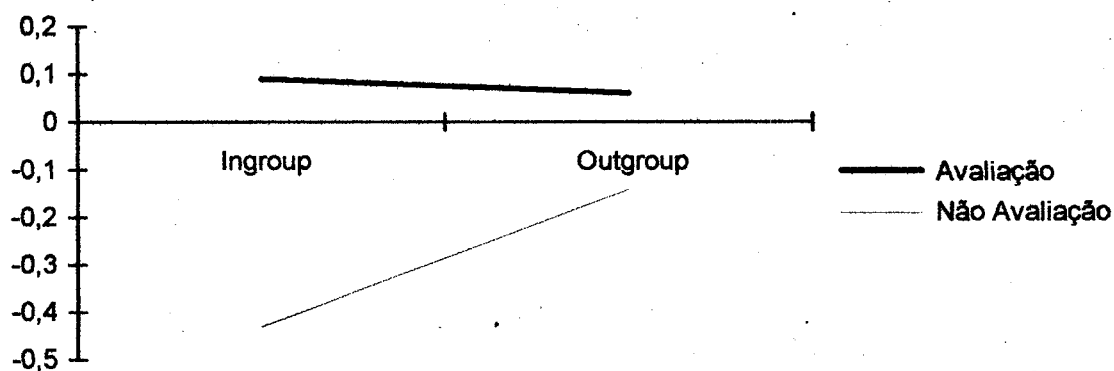
participantes ($\alpha = .55$). Para testar a nossa hipótese efectuamos uma ANOVA da variável processo normativo segundo pertença (Ingroup vs Outgroup) x condição (Possibilidade de Avaliação vs Impossibilidade de Avaliação) que revelou um efeito da condição ($F(1;73)=4.03$; $p<.05$).

Os participantes que têm a oportunidade de avaliar o membro desviante do seu grupo iniciam um processo de validação normativa, ou seja reforçam a norma ($M = .09$, $DP = .33$) enquanto que os participantes que não têm esta possibilidade decrescem a sua importância para o grupo ($M = -.43$, $DP = .61$) ($t(24) = 2.10$, $p<.05$). Estes resultados validam a nossa hipótese.

Hipótese do Outgroup

Contrariamente às nossas hipóteses de reedificação normativa do ingroup, a hipótese do outgroup prediz que os indivíduos que têm oportunidade de avaliar o membro desviante do outgroup efectuam um processo valorativo de decréscimo da importância da norma enquanto que, aqueles que não têm essa possibilidade validam as normas do grupo. Em relação a esta hipótese verificamos que os participantes não estabelecem diferenças no processo normativo de acordo com a possibilidade de avaliarem o membro desviante ($M = .06$, $DP = .51$) ou com a impossibilidade de o avaliar ($M = -.14$, $DP = .47$) ($t(46) = 1.38$, ns). Esta hipótese não foi confirmada.

Figura 2. O Processo Normativo em Função da Avaliação do Membro Desviante



Conclusão

Os resultados evidenciam que, quando é dada aos indivíduos a possibilidade de avaliarem membros normativos e membros desviantes do ingroup e do outgroup, eles enveredam por um processo de valorização do membro normativo do ingroup, tal como esperávamos, mas não avaliam mais negativamente o membro desviante do ingroup do que o do outgroup. Este processo está de acordo com a Teoria da Identidade Social, que postula que os indivíduos se diferenciam positivamente dos membros do outgroup com o intuito de alcançar uma identidade social positiva (Tajfel, 1978). No entanto, os participantes não mantêm o processo de distintividade através da desvalorização do membro desviante do seu grupo, tal como afirmam Marques e colegas (Marques, Yzerbyt, 1988; Marques, Yzerbyt e Leyens, 1988; Marques, 1990; Marques e Paez, 1994; 1996). Os participantes tanto avaliam negativamente um membro desviante do ingroup como um membro desviante do outgroup. Esta estratégia aparenta ser uma estratégia de distintividade de qualquer elemento (seja do ingroup ou do outgroup) que ameace a identidade social do grupo.

Para além disso, os nossos resultados evidenciam que, em termos de avaliação dos membros desviantes do ingroup, os participantes reforçam a norma do grupo e, quando não lhes é possível avaliar esse membro eles efectuam um processo valorativo de decréscimo da importância da norma. Os dados demonstram a aparente confirmação da Hipótese de Validação Normativa. Falamos de confirmação aparente porque, face ao plano experimental, podemos inferir que o efeito da avaliação é uma condição essencial para o processo de validação normativa. Focamos a avaliação e não a punição porque se os sujeitos, na condição em que lhes é permitido avaliar, tanto punem o membro desviante como avaliam o membro normativo, não podemos confirmar que efectivamente o processo de validação normativa seja devido à punição e não à avaliação. Então só podemos afirmar que, de facto esta condição reúne os princípios necessários para a ocorrência do processo de validação normativa e que a condição em que os participantes estão impossibilitados de avaliar os membros, normativos e desviantes, não reúne esses requisitos. Para além desta deficiência metodológica, este estudo também enferma de outra deficiência. Na condição Impossibilidade de Avaliação não foram apresentados, aos participantes, os membros desviantes e os membros normativos (Ingroup vs Outgroup). Este facto poderá ter enviesado os dados no sentido

de promover um maior decréscimo das normas nesta condição, pela impossibilidade de os participantes tornarem saliente, no processo de validação da norma, a norma violada pelos desviantes assim, como a norma confirmada pelos membros normativos. Por estes motivos este estudo deve ser tido como um estudo exploratório dos seguintes.

ESTUDO 2 – O EFEITO DA AVALIAÇÃO DOS MEMBROS DESVIANTES NA DINÂMICA DE GRUPOS SUBJECTIVA

Os resultados do estudo anterior sugerem a ocorrência do processo de validação normativa aquando da avaliação de um membro desviante do ingroup. No entanto os dois grupos utilizados neste estudo podem ter sido percepcionados, pelos participantes, como claramente diferenciados. Verificamos que somente o grupo de análise FEUP efectua uma diferenciação positiva do seu membro normativo em comparação com o membro normativo do outgroup. Devido às deficiências metodológicas encontradas no estudo anterior passamos agora a definir as alterações deste estudo.

No plano experimental introduzimos quatro alterações. Deixamos de utilizar a avaliação dos membros normativos, visto eles não representarem um papel essencial para o desenvolvimento das nossas hipóteses, reduzimos também, na condição Avaliação a avaliação dos dois membros desviantes. Assim, os participantes de uma das condições avaliam o membro desviante do ingroup e os participantes, da outra condição, avaliam o membro desviante do outgroup.

Passamos também a apresentar aos participantes, na condição Impossibilidade de Avaliação, o desviante (Ingroup vs Outgroup), apesar de não lhes ser permitido efectuar avaliações. Esta alteração tem como objectivo tornar saliente a norma violada. Pela argumentação utilizada para a construção deste estudo ficamos com a impressão de que existem diferenças entre a avaliação de um membro desviante e o controlo social que se produz relativamente a esse membro. Apesar de termos focado este aspecto, não o utilizamos no estudo, portanto, vamos neste estudo utilizar duas escalas diferentes de avaliação dos membros desviantes. Uma das avaliações é feita, tal como a anterior, através de traços (numa escala de sete pontos) e a outra é feita através de medidas de controlo social, as quais permitirão ao participante impossibilitar, se assim o pretender, a permanência do desviante no grupo. Esta alteração metodológica deve-se ao facto de considerarmos que, no ingroup, a avaliação do membro desviante é mais negativa do que o seu controlo social, pois acreditamos que o “castigo” imposto, pelo grupo ao seu desviante é efectuado através das avaliações e não através da sua derrogação. Tal como Israel defendia não concebemos que o desviante seja expulso do grupo, mas sim, “castigado” (Hipótese da Manutenção do Desviante no Grupo). Também concebemos

que a avaliação do membro desviante está articulada com o grau de identificação dos membros ao grupo. Os participantes que se identificam mais com o ingroup efectuarão avaliações mais negativas do seu desviante enquanto, efectuarão avaliações menos negativas acerca do desviante do outgroup (Hipótese da Identificação com o Grupo). Esta hipótese baseia-se na perspectiva da Teoria da Identidade Social, a qual postula que o sentimento de pertença ao grupo gera comportamentos grupais intensos tais como a diferenciação e a manutenção de uma identidade social positiva (Tajfel, 1978). Estas alterações, juntamente com a redução das normas de sete para quatro e dos traços avaliativos de dez para seis, também têm como objectivo reduzir o tempo de resposta ao questionário. Apesar destas alterações continuamos com o procedimento do estudo anterior (duas fases), os mesmos argumentos para validar essa necessidade e com as mesmas hipóteses relativamente ao processo de reacreditação normativa. Para o ingroup defendemos a Hipótese da Validação Normativa e, em relação ao outgroup, continuamos a defender a Hipótese do Outgroup (ver estudo 1).

Método

Participantes

A amostra é constituída por 73 estudantes de Engenharia com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos. Sendo 40 destes participantes do sexo masculino e 33 estudantes do sexo feminino, do curso de Engenharia do ISEP.

Plano Experimental

O plano experimental do estudo é um 2(Grupo de Pertença: Ingroup vs Outgroup) X 2(Avaliação: Possibilidade de Avaliar vs Impossibilidade de Avaliar).

Procedimento

O estudo realizou-se por meio de um questionário com duas fases, o qual foi administrado aos alunos de Engenharia. Os participantes do estudo foram abordados na sala de aula, sendo-lhes pedido para responderem a um questionário sobre o “Comportamento dos Estudantes Universitários Portugueses”.

Foi pedido, na primeira fase do estudo, que avaliassem um conjunto de normas do seu grupo (estudantes universitários). Este conjunto de normas o qual foi apresentado aos participantes incluía as seguintes normas: “Deixar os colegas copiar nos exames”; “Assinar as folhas de presença pelos colegas”; “Ajudar os colegas nos seus problemas”; “Estudar em conjunto com os colegas”. Os participantes deviam indicar o grau de importância que atribuíam a cada norma numa escala de sete pontos (1= norma importante; 7= norma muito importante). Esta escala foi alterada devido ao facto de termos sido alertados pelos participantes do estudo anterior de que as todas normas eram importantes.

Os participantes podiam pertencer a um das quatro condições experimentais: a) possibilidade de avaliar o membro desviante do ingroup; b) possibilidade de avaliar o membro desviantes do outgroup; c) impossibilidade de avaliar o membro desviante do ingroup; d) impossibilidade de avaliar o membro desviante do outgroup. O membro desviante era descrito da seguinte forma: “é muito importante ajudar os colegas, tanto a nível pessoal como a nível estudantil, porque desta forma conseguimos sempre tirar melhores notas que eles. A estratégia é simples, ao ajudá-los a nível pessoal ficámos sempre com boas histórias para contar aos amigos, a nível estudantil, fazemos com que eles achem a matéria tão complicada que desista de ir à frequência”.

Os participantes das condições a e b) deviam indicar a avaliação de cada um dos membros, através dos seguintes traços: Amigável, Bom Ouvinte, Egoísta, Invejoso, Mentiroso e Prestável, numa escala de sete pontos (1 = muito negativo, 7 = muito positivo) e através de três medidas de controlo social (1 = redefinição das fronteiras do grupo, impedindo o desviante de qualquer contacto com o grupo, 7 = manutenção do desviante no grupo). Sendo a primeira medida, falar com o desviante (1 = ninguém devia falar com ele, 7 = as pessoas deviam continuar a falar-lhe); a segunda convidá-lo para as festas (1 = ninguém o devia convidar para as festas, 7 = as pessoas deviam continuar a convidá-lo para as festas) e a última convidá-lo para fazer parte das equipas de trabalho (1 = ninguém o convidar para fazer parte das equipas de trabalho, 7 = as pessoas deviam continuar a convidá-lo para fazer parte das equipas de trabalho). Nas condições c) e d) os participantes responderam ao questionário de personalidade de Eysenck. Tal como no estudo anterior, na segunda fase, foi dito aos participantes que tinha ocorrido um erro nos estudos, dando-lhe a justificação de que era a primeira vez que a investigadora estava a aplicar aquele tipo de questionários.

Medidas Dependentes

As medidas dependentes do estudo eram a Identificação Grupal, a Percepção de Homogeneidade Grupal, a Avaliação do Membro, a Validação das Normas.

Identificação Grupal. A identificação grupal foi avaliada através de sete questões, quatro relativas ao ingroup e três relativas ao outgroup: 1) Em que medida gostas de ser um estudante de Engenharia?; 2) Em que medida gostas de ser um estudante do Isep?; 3) Em que medida gostarias de ser estudante da Feup?; 4) Em que medida gostas de pertencer ao Isep?; 5) em que medida gostarias de pertencer à Feup?; 6 e 7) Em geral, como avalias os estudantes da Feup/Isep. Estas questões foram respondidas em escalas de 7 pontos, nas quais 1 = “não gosto nada” e 7 = “gosto muito”.

Percepção da Homogeneidade Grupal. Os participantes avaliavam a homogeneidade em duas questões, uma relativa ao ingroup e outra relativa ao outgroup: 1 e 2) Em tua opinião os estudantes de engenharia da Feup/Isep comportam-se todos...” (1=todos da mesma maneira; 7=de maneira diferente uns dos outros).

Avaliação dos Membros. Como descrito acima, apenas metade dos participantes tiveram a possibilidade de avaliarem o membro desviante. Havia quatro questões de avaliação dos membros: 1) “Como avalias o membro descrito acima”. Esta avaliação foi efectuada através de seis traços: Amigável, Bom ouvinte, Egoísta, Invejoso, Mentiroso e Prestável (1=nada; 7=muito) e através de três medidas de controlo social; 2) Falar com o desviante; 3) convidá-lo para as festas e 4) convidá-lo para fazer parte das equipas de trabalho. A escala utilizada para estas medidas foi descrita acima.

Validação das Normas. Como descrito no procedimento, esta variável é construída através da média das avaliações das normas (1 = norma importante; 7 = norma muito importante), efectuadas, pelos participantes, em dois momentos. Assim, o sinal de adição corresponde a uma validação normativa e o de subtracção a uma desvalorização das normas.

Resultados e Discussão

Hipótese da Manutenção do Desviante no Grupo

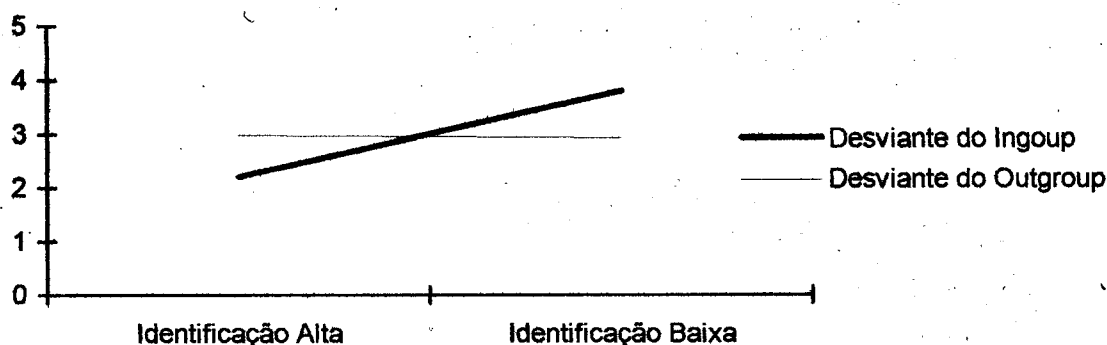
A hipótese de manutenção do desviante no grupo prevê que a avaliação do desviante do ingroup seja muito negativa mas não prevê a sua derrogação, ou seja, o seu afastamento do grupo. Partindo da medida dependente descrita acima (avaliação dos membros),

calculamos duas medidas: uma de avaliação e outra de controlo social. As medidas foram calculadas a partir dos valores das questões da variável Avaliação dos membros. Somando as médias destas questões obtivemos uma medida de Avaliação dos Membros ($\alpha = .94$) e outra de Controlo Social ($\alpha = .96$). Para testar parte da nossa hipótese efectuamos um T-Test entre as duas variáveis mas, tal como prevíamos, não verificamos diferenças entre elas ($t(36) = .82$, ns). Os participantes não estabelecem diferenças significativas entre as avaliações e o controlo social. Desta forma, decidimos criar uma nova medida, composta pelas duas anteriores e, calculada da mesma forma, Processo Avaliativo ($\alpha = .94$). Efectuamos uma ANOVA com o Grupo (Ingroup vs Outgroup) X Avaliação (Desviante do Ingroup vs Desviante do Outgroup) que não evidenciou resultados ($F < 1$), $t(35) = -.97$, ns). A nossa hipótese não foi confirmada. Os participantes não estabelecem diferenças entre a avaliação que fazem do membro desviante do ingroup ($M = 2.92$, $DP = 1.97$) e do outgroup ($M = 2.98$, $DP = 1.59$).

Hipótese da Identificação com o Grupo

Esta hipótese prediz que os membros que mais se identificam com o seu grupo, são aqueles que efectuam uma avaliação mais negativa do membro desviante do ingroup e uma avaliação mais positiva do desviante do outgroup. Analisando as médias das avaliações dos desviantes (Ingroup vs Outgroup) de acordo com o grau de identificação (Alta vs Baixa) verificamos uma tendência marginalmente significativa no sentido da nossa hipótese ($t(16) = -1.81$, $p = .09$). Os participantes que mais se identificam com o grupo avaliam mais negativamente o seu membro desviante ($M = 2.21$, $DP = 1.72$) do que aqueles que menos se identificam ($M = 3.81$, $DP = 2.02$). A avaliação do membro desviante do outgroup não sofre alterações de acordo com o grau de identificação. Os participantes que mais se identificam com o seu grupo avaliam o membro desviante do outgroup ($M = 2.98$, $DP = 1.66$) da mesma forma que os participantes que se identificam menos ($M = 2.93$, $DP = 1.44$). A nossa hipótese foi parcialmente confirmada, pois os participantes que mais se identificam avaliam mais negativamente o seu membro desviante, mas não avaliam menos negativamente o membro desviante do outgroup.

Figura 3. Avaliação do Membro Desviante (Ingroup vs Outgroup) de acordo com a Identificação (Alta vs Baixa)



Hipótese de Validação das Normas

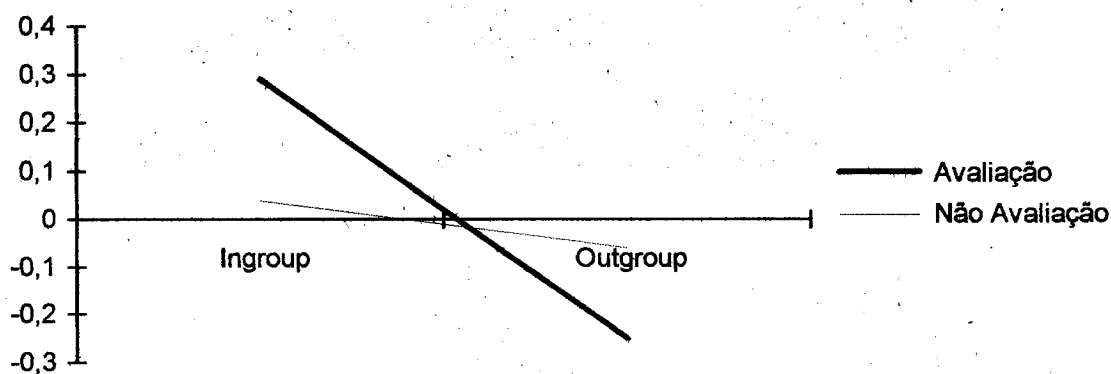
Tal como no primeiro estudo calculamos uma nova medida da norma Processo Normativo ($\alpha = .27$). Através de uma ANOVA com Processo Normativo X Grupo (Ingroup vs Outgroup) X Avaliação (Possibilidade de Avaliar vs Impossibilidade de Avaliar) verificamos um efeito da Avaliação ($F(1;72)=4.96$, $p<.05$) e um efeito marginal do Grupo ($F(1;72)=2.51$, $p<.09$). Os participantes quando têm possibilidade de avaliar o membro desviante do Ingroup validam as normas ($M = .29$, $DP = .87$) enquanto que, quando avaliam o membro desviante do Outgroup efectuam um processo valorativo de decréscimo da importância das normas ($M = -.25$, $DP = .56$), ($t(35)=2.26$, $p<.05$). No entanto, no processo de reedificação das normas ao nível do ingroup, verificamos que os participantes, quando não têm possibilidade de avaliar os membros, ao contrário do estudo anterior, não efectuam um processo valorativo de decréscimo da importância da norma do grupo ($t(35)=1.06$, $n.s$). Podemos então dizer que a nossa hipótese foi parcialmente confirmada. Efectivamente, ao nível intergrupar, o facto de avaliarem um membro do ingroup ou do outgroup gera, tal como prevíamos, um processo, respectivamente, de validação normativa e um processo valorativo de decréscimo valorativo da importância das normas, mas a nível intragrupal, não existem diferenças significativas entre o facto de os participantes possuírem a possibilidade de avaliar o membro desviante, ou de estarem impossibilitados de o avaliar. Desta forma, pensamos que a saliência da pertença do membro desviante é condição essencial para o processo de validação normativo e para o processo de decréscimo do valor atribuído à

norma. Sendo que a pertença ao ingroup gera um acréscimo valorativo das normas e a pertença ao outgroup um decréscimo valorativo da importância da norma.

Hipótese do Outgroup

O processo que afirmarmos acontecer no caso de reedificação das normas ao nível do ingroup, ocorre ao nível do outgroup. Tal como os dados descritos acima nos permitiram verificar, a avaliação do membro do outgroup é condição essencial para o processo valorativo de decréscimo da importância da norma, no entanto, a impossibilidade de o avaliar gera o mesmo efeito ($t(34) = -1.22$, *n.s.*). Tal como a hipótese anterior a hipótese do outgroup também só foi parcialmente confirmada.

Figura 4. O Processo Normativo em Função da Avaliação do Membro Desviante



Conclusão

Os resultados deste estudo demonstram que três das nossas hipóteses foram parcialmente confirmadas (Hipótese da Identificação com o Grupo, Hipótese de Validação das Normas, Hipótese do Outgroup). Em relação à Hipótese da Identificação com o Grupo verificamos que os participantes que mais se identificam com o seu grupo de pertença são aqueles que avaliam mais negativamente o seu desviante, no entanto, não avaliam de forma menos negativa o desviante do outgroup. Em relação ao outgroup não existem diferenças de avaliação do membro de acordo com o grau de identificação. Esta confirmação parcial vem de encontro à premissa da Teoria da Identidade Social,

que postula que o fenómeno da discriminação social surge com o objectivo de possibilitar ao indivíduo a aquisição de uma auto-imagem positiva (Tajfel, 1978). Esta premissa, no entanto, diz respeito à diferenciação social a nível intergrupar e não a nível intragrupal. No entanto e, de acordo com o Efeito Ovelha Negra (Marques, Yzerbyt, 1988; Marques, Yzerbyt e Leyens, 1988; Marques, 1990; Marques e Paez, 1994, 1996) é lógico supor que no contexto da procura de uma auto-imagem positiva a emergência de um desviante gera uma ameaça a nível intragrupal. Neste sentido, os membros indesejáveis do ingroup são avaliados de uma forma mais negativa do que os membros indesejáveis do outgroup, enquanto que os membros socialmente desejáveis do ingroup são avaliados mais positivamente do que os membros socialmente desejáveis do outgroup. De acordo com os autores (Marques, Yzerbyt, 1988; Marques, Yzerbyt e Leyens, 1988; Marques, 1990; Marques e Paez, 1994, 1996) este efeito é uma réplica da dinâmica do controlo social sobre os membros desviantes do seu grupo postulada por Durkheim (1938). Os resultados deste estudo evidenciam uma avaliação mais negativa do membro desviante do ingroup, de acordo com o grau de identificação com o grupo, no entanto, se analisarmos os dados sem ter em consideração o grau de identificação com o grupo, verificamos que existe um favorecimento do ingroup. Os participantes avaliam de uma forma mais positiva o membro desviante do ingroup do que o membro do outgroup, neste sentido, os participantes não estabelecem diferenças avaliativas entre os membros desviantes dos grupos, a não ser que esta avaliação seja mediada pela identificação com o grupo. Os participantes só iniciam um processo de diferenciação social, assente na necessidade de avaliar um membro desviante do seu grupo e que, como tal, ameaça a positividade e a legitimidade do grupo, quando estão mais identificados com o seu grupo ($M = 5.92$, $DP = 1.09$) do que com o outgroup ($M = 4.03$, $DP = 2.06$), ($t(71) = 6.26$, $p < .001$).

Em relação à nossa Hipótese de Validação das Normas a qual postula que a avaliação do membro desviante do ingroup é condição essencial para o aparecimento do processo de validação normativa enquanto que, a impossibilidade de avaliar o membro desviante do seu grupo gera um processo valorativo de decréscimo da importância das normas, verificamos que ao nível intragrupal, os participantes efectuam uma validação normativa, quer possuam a possibilidade de avaliar, quer não tenham essa possibilidade. Em relação à Hipótese do Outgroup que prediz que quando existe a possibilidade de avaliar o membro desviante do outgroup, os participantes efectuam um processo

valorativo de decréscimo da importância da norma enquanto que quando estão impossibilitados de avaliar o membro, os participantes validam a norma, verificamos que em ambos os casos, quer exista a possibilidade de avaliar ou não, os participantes efectuam um processo valorativo de decréscimo da importância da norma para o grupo.

Ao tentarmos verificar estas duas hipóteses de forma articulada, constatamos que, para os participantes, a avaliação de um membro desviante do ingroup é condição essencial para o grupo desencadear um processo de validação normativa enquanto que a avaliação de um desviante do outgroup gera um processo valorativo do decréscimo da importância da norma. Até aqui entendíamos os dois processos (validação da norma vs decréscimo valorativo das normas) como processos mutuamente exclusivos. Ou seja, os participantes ao avaliarem o membro, reforçam as normas ou efectuam um decréscimo da sua importância, enquanto que a impossibilidade gera, respectivamente, um decréscimo da importância da norma e uma validação normativa, sendo que estas diferenças dependem tanto da possibilidade da avaliação como da pertença do membro desviante. Os resultados encontrados levam-nos a pensar que a validação normativa e o processo valorativo de decréscimo da importância da norma não está dependente da possibilidade ou impossibilidade de avaliar o membro desviante, mas sim do grupo de pertença do desviante (ingroup vs outgroup).

Quanto à nossa Hipótese de Manutenção do Desviante no Grupo, os dados demonstram a inexistência de diferenças entre a variável avaliação e a variável controlo social, pelo que a nossa hipótese não foi confirmada. Persiste, no entanto, uma dúvida que está relacionada com o facto de estes dois primeiros estudos terem sido efectuados com grupos naturais. Será que os processos são iguais em Grupos Mínimos?

ESTUDO 3 - O PROCESSO DE VALIDAÇÃO NORMATIVA EM GRUPOS MÍNIMOS

A Teoria da Identidade Social postula que a categorização social envolve um aumento de percepção de diferenças entre as categorias e uma diminuição nas diferenças percebidas entre os membros da mesma categoria (Tajfel, 1978). Este processo de acentuação só ocorre em dimensões que estão correlacionadas com a categorização (Abrams e Hogg, 1990). No caso da categorização social o processo de diferenciação ocorre em dimensões nas quais o ingroup é estereotipicamente positivo (Abrams e Hogg, 1990). Assim, como demonstrou Tajfel (1978), no contexto da percepção dos grupos humanos, o processo de comparação social tem como função criar uma discriminação positiva entre o ingroup e o outgroup, ou seja, deve distinguir positivamente os membros do ingroup de elementos pertencentes a outros grupos. Isto acontece quando os membros dos grupos, criados artificialmente, estão a julgar membros normativos dos seus grupos. Uma das premissas básicas da Teoria da Identidade Social é de que as categorias sociais acarretam identidades sociais para os seus membros, ou seja, definem os seus membros e postulam comportamentos normativos. De acordo com a Teoria da Auto-Categorização (Turner, 1987) uma norma minimiza as diferenças entre os membros do ingroup e maximiza as diferenças entre os grupos. Assim, podemos conceber as normas sociais como uma forma de pensar partilhada pelos membros de um dado grupo social estando, desta forma, ancoradas naquilo que esse grupo define como correcto e apropriado. Isto só acontece se entendermos as normas sociais como prescritivas da forma socialmente adequada de responder a uma dada situação. Existem, no entanto, membros que não agem de acordo com as normas sociais, prescritas pelo grupo. Estes membros são designados por desviantes e são avaliados negativamente, pelo ingroup, pois geram, de acordo com Festinger (1950, citado em Levine, 1980) um "stress social". Podemos supor que quanto mais identificados estão os sujeitos com o seu grupo de pertença, mais negativamente avaliam o membro desviante do ingroup e menos negativamente, o desviante do outgroup (Hipótese da Identificação Grupal).

Podemos assim, ver que no contexto da procura de uma diferenciação social positiva legitimadora de uma identidade social satisfatória para os indivíduos, é lógico supor que a emergência de um desviante ameaça as normas grupais sobre as quais se

edifica a construção comparativa da identidade social (Marques e Paez, 1994). Nesta situação é de esperar que o grupo desenvolva, quer em termos comportamentais, quer em termos psicológicos, estratégias de manutenção da uniformidade. Essas estratégias são as definidas no estudo anterior como a Hipótese da Validação Normativa e a Hipótese do Outgroup.

Método

Participantes

A amostra é constituída por 96 estudantes. Sendo 24 estudantes de Psicologia (1º Ano) da Universidade do Porto e de 68 estudantes de Sociologia das Organizações (2º e 4º ano) com idades compreendidas entre os 18 e os 28 anos. Sendo 36 destes participantes do sexo masculino e 50 estudantes do sexo feminino.

Plano Experimental

O plano experimental do estudo é um 2(Grupo de Pertença: Ingroup vs Outgroup) X 2(Avaliação: Possibilidade de Avaliar vs Impossibilidade de Avaliar).

Procedimento

O estudo realizou-se por meio de um questionário com três fases, o qual foi administrado aos alunos de Psicologia e aos estudantes de Sociologia das Organizações. Os participantes do estudo foram abordados na sala de aula, sendo-lhes pedido para responderem a um questionário que pretendia aferir um novo teste de inteligência aos Estudantes Universitários Portugueses. Em seguida foi-lhes pedido para responder a um teste de inteligência. No final deste questionário os experimentadores disseram aos participantes que os criadores da escala, investigadores americanos, defendiam que o tipo de inteligência estava correlacionado com determinados valores ético-morais. Por esse motivo era-lhes pedido para responderem a um questionário de valores ético-morais. Esta foi a fase de criação de dois grupos de inteligência, os Tory-dynamic e os Chrono-dynamic (criação aleatória de grupos mínimos). Os valores ético-morais correspondiam à primeira medida das normas dos estudantes: “Estar presente em todas as festas”; “Avisar os colegas das datas dos exames” e, “Estudar em conjunto com os colegas”. Os participantes deviam indicar o grau de importância que atribuíam a cada

norma numa escala de sete pontos (1 = norma importante; 7 = norma extremamente importante).

Os participantes podiam pertencer a um das quatro condições experimentais: a) possibilidade de avaliar dois membros desviantes do ingroup; b) possibilidade de avaliar dois membros desviantes do outgroup; c) impossibilidade de avaliar dois membros desviantes do ingroup; d) impossibilidade de avaliar dois membros desviantes do outgroup. Os membros desviantes apresentados eram membros que se desviavam das duas normas mais importantes (de cada participante).

Em seguida foi-lhes dito que havia uma terceira fase do estudo que pretendia criar equipas de trabalho, para isso era necessário saber a forma como cada um deles criaria a sua equipa de trabalho. Foi nesta altura que os participantes tomaram conhecimento dos dois membros desviantes (ingroup vs. outgroup).

Os participantes das condições a e b) deviam indicar a avaliação de cada um dos membros através dos seguintes traços: Amigável, Bom Ouvinte, Egoísta, Inveioso, Mentiroso e Prestável, numa escala de sete pontos (1 = muito negativo, 7 = muito positivo) e, através de três medidas de controlo social (1 = redefinição das fronteiras do grupo, impedindo o desviante de qualquer contacto com o grupo, 7 = manutenção do desviante no grupo). Sendo a primeira medida, falar com o desviante (1 = ninguém devia falar com ele, 7 = as pessoas deviam continuar a falar-lhe); a segunda convidá-lo para as festas (1 = ninguém o devia convidar para as festas, 7 = as pessoas deviam continuar a convidá-lo para as festas) e a última convidá-lo para fazer parte das equipas de trabalho (1 = ninguém o convidar para fazer parte das equipas de trabalho, 7 = as pessoas deviam continuar a convidá-lo para fazer parte das equipas de trabalho). Nas condições c) e d) os participantes responderam ao questionário de personalidade de Eysenck.

Em seguida um dos experimentadores, (aquele que tinha saído da sala depois da apresentação da segunda fase) entra na sala muito aborrecido por ter ocorrido um erro no questionário. Os dois experimentadores falam sobre o assunto, permitindo aos participantes aperceberem-se de que algo estava errado. O segundo experimentador sai da sala com o intuito de tirar novas cópias das perguntas que estão mal. Entretanto, o primeiro experimentador espera que os participantes terminem o questionário e comunica-lhes a existência de um erro no questionário, o qual será rapidamente

resolvido, se eles não se importarem de esperar um pouco e tornarem a responder a algumas questões. Quando o segundo experimentador entra na sala, os questionários preenchidos são recolhidos e é entregue a cada um dos participantes um novo questionário. Este último questionário só possui as questões referentes à avaliação das normas.

Medidas Dependentes

As medidas dependentes do estudo eram a Identificação Grupal, a Percepção de Homogeneidade Grupal, a Avaliação do Membro e a Validação das Normas.

Identificação Grupal. A identificação grupal foi avaliada através de sete questões, quatro relativas ao ingroup e três relativas ao outgroup: 1) Em que medida gosta de pertencer ao seu tipo de inteligência; 2 e 3) Em que medida acha que as características do tipo de inteligência (Chrono - Dynamic vs Tory- Dynamic) se lhe aplicam a si pessoalmente?; 4) Gosta do seu tipo de inteligência?; 5) Em que medida gozará de pertencer antes ao tipo de inteligência oposto ao seu?; 6 e 7) Gosta do tipo de inteligência oposto ao seu (Chrono - Dynamic vs Tory- Dynamic)?. Estas questões foram respondidas em escalas de 7 pontos, nas quais 1 = “não gosto nada” e 7 = “gosto muito”.

Percepção da Homogeneidade Grupal. Os participantes avaliavam a homogeneidade em duas questões, uma relativa ao ingroup e outra relativa ao outgroup: 1 e 2) Em sua opinião os estudantes que possuem o seu/outro tipo de inteligência comportam-se todos...” (1=todos da mesma maneira; 7=de maneira diferente uns dos outros).

Avaliação dos Membros. Como descrito acima, apenas metade dos participantes tiveram a possibilidade de avaliarem os dois membros desviantes. Havia cinco questões de avaliação dos membros: 1 e 2) “Como avalias o membro descrito acima”. Esta avaliação foi efectuada através de seis traços: Amigável, Bom ouvinte, Egoísta, Invejososo, Mentiroso e Prestável (1=nada; 7=muito) e através de três medidas de controlo social; 3) Falar com o desviante; 4) convidá-lo para as festas e 5) convidá-lo para fazer parte das equipas de trabalho. A escala utilizada para estas medidas foi descrita acima.

Validação das Normas. Como descrito no procedimento, esta variável é construída através da média das avaliações das normas (1 = norma importante; 7 = norma muito importante), efectuadas, pelos participantes, em dois momentos. Assim, o sinal de

adição corresponde a uma validação normativa e o de subtracção a uma desvalorização das normas.

Resultados e Discussão

Hipótese da Identificação Grupal

A hipótese da Identificação Grupal prediz que os sujeitos que mais se identificam com o grupo avaliam mais negativamente o seu desviante. Para testar a nossa hipótese efectuamos uma ANOVA da Identificação X Avaliação dos Membros X Pertença dos Membros (Ingroup vs Outgroup) e verificamos que não existem diferenças na avaliação dos membros desviantes C e D, quer estes sejam do Ingroup ou do Outgroup, de acordo com a identificação. Os participantes que mais se identificam com o grupo ($M = 5.54$, $DP = .78$) avaliam o membro desviante C ($F(3;42) = 1.15$, ns) e D ($F(3;42) = .37$, ns) de igual forma, quer eles pertençam ao ingroup, quer pertençam ao outgroup. A nossa hipótese não foi confirmada.

Verificamos, no entanto, que os participantes que menos se identificam com o ingroup, avaliam o membro desviante C de uma forma menos negativa ($M = 3.56$, $DP = 1.19$) do que avaliam o membro desviante D ($M = 2.50$, $DP = .93$) ($t(19) = 3.33$, $p < .005$). Também punem menos o membro desviante C ($M = 4.02$, $DP = 1.01$) do que o membro desviante D ($M = 3.45$, $DP = .91$) ($t(19) = 2.48$, $p < .05$). A relação entre a avaliação e o controlo social é proporcional, ou seja, quanto mais controlam socialmente o desviante D mais o avaliam negativamente ($r = .86$, $p < .001$), o mesmo acontecendo com o desviante C ($r = .89$, $p < .001$).

No geral constatamos que os participantes avaliam de uma forma mais positiva o desviante C do que o desviante D ($t(46) = 3.28$, $p < .005$). Pensamos que uma das razões é o facto de se sentirem mais semelhantes do desviante C do que do desviante D ($t(91) = 4.62$; $p < .001$).

Hipótese da validação Normativa

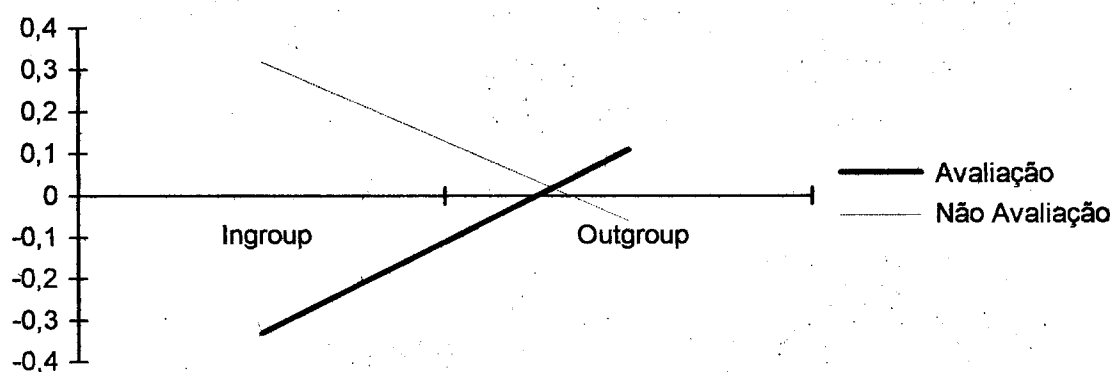
Tal como nos estudos anteriores calculamos uma medida de Processo Normativo. Para testarmos a nossa hipótese efectuamos uma ANOVA do Processo Normativo X Condição que evidenciou um efeito da Condição ($F(3;87) = 3.02$, $p < .05$). Ao analisarmos as médias do processo normativo de acordo com as condições deparamo-

nos com um efeito contrário à Hipótese da Validação Normativa. Os resultados demonstram a existência de um decréscimo valorativo das normas aquando da avaliação de um membro desviante do ingroup ($M = -.33$, $DP = .79$) e um processo de validação normativa aquando da impossibilidade de avaliação de um membro desviante do ingroup ($M = .32$, $DP = .81$). A nossa hipótese não foi confirmada.

Hipótese do Outgroup

Quanto à hipótese do outgroup, verificamos que os participantes quando têm a possibilidade de avaliar o membro do outgroup iniciam um processo de validação normativo ($M = .11$, $DP = .57$) e quando estão impossibilitados de avaliar o membro do outgroup efectuam um decréscimo valorativo da importância das normas ($M = -.06$, $DP = .81$). Ao analisar a estratégia desenvolvida pelos participantes quando lhes é dada a possibilidade de avaliar verificamos que a pertença do desviante gera diferenças em relação ao processo de validação normativo ou de decréscimo normativo ($t(46) = -2.23$, $p < .05$). Situação que não acontece com os participantes que estão impossibilitados de avaliar o membro desviante ($t(41) = 1.53$, ns). Os dados são contrários às nossas hipóteses.

Figura 5. Processos de Validação Normativa e de Decréscimo Valorativo da Importância das normas



Conclusão

Tajfel (1971) defende que a categoria social, com a qual um indivíduo se identifica, contribui positiva ou negativamente para a sua auto-imagem. A contribuição para a identidade social do indivíduo está dependente de comparações sociais entre o ingroup e o outgroup, em termos de atributos valorizados pelos grupos. O ingroup só pode preservar a sua contribuição para a identidade social positiva dos seus membros se mantiver uma distintividade social positiva em relação aos outros grupos. Com base nestas assunções pode ser definido que em qualquer situação em que o grupo se possa comparar com outro grupo, numa dimensão valorizada, o grupo deve diferenciar-se positivamente do outgroup com o intuito de preservar a auto-estima dos seus membros. O favoritismo do ingroup torna-se a única forma de expressar uma orientação positiva acerca do eu (Tajfel e Turner, 1979). O Efeito Ovelha Negra mostra que esta suposição não é necessariamente verdade. De acordo com este efeito o membro desviante do ingroup é avaliado mais negativamente do que o membro do outgroup. A categorização social, em vez de gerar categorias indistintas internamente gera, no caso do ingroup, uma diferenciação interna que corresponde aparentemente a uma rejeição simbólica dos membros indesejáveis do ingroup (Marques e Paez, 1994). Esta suposição assente no princípio de que os membros desviantes do ingroup contribuem negativamente para a identidade social.

Ao analisarmos os dados verificamos que os participantes se identificam com a categoria em que estão inseridos, o ingroup. No entanto, os resultados não demonstram, tal como prevíamos, que os participantes que mais se identificam com o ingroup avaliam de forma mais negativa os seus desviantes do que os desviantes do outgroup. Efectivamente os participantes avaliam os membros desviantes de igual forma, quer eles sejam desviantes do ingroup, quer sejam desviantes do outgroup. A nossa hipótese da Identificação Grupal não foi comprovada.

Em relação à avaliação dos membros, os dados, evidenciam uma diferença significativa entre a avaliação do desviante C e do desviante D, sendo o primeiro desviante mais bem avaliado do que o segundo ($t(46) = 3.28, p < .005$). Para verificar estes dados sujeitamos as descrições dos dois desviantes à avaliação de 24 pessoas alheias ao estudo (estudantes de engenharia do Isep). Este estudo de verificação teve em consideração o possível efeito de recenticidade do desviante D, pelo que, tivemos a

preocupação de alterar a sua posição no questionário de forma a eliminar essa possibilidade. Apesar deste cuidado, o estudo demonstrou que o desviante D é mais negativamente avaliado do que o desviante C ($t(22) = 2.98, p < .01$). Parece que ao construirmos as várias descrições dos desviantes C e D, para cada uma das normas relevantes dos participantes, criamos um desviante menos negativo que outro, sendo que o mais negativo foi sempre o D.

Em relação à nossa hipótese de Validação das Normas, verificamos que os participantes quando possuem a possibilidade de avaliar o seu membro desviante, efectuam um processo valorativo de decréscimo das normas e, quando estão impossibilitados de o avaliar validam as normas. A nossa hipótese não foi confirmada. O mesmo aconteceu com a hipótese do Outgroup. Os participantes com possibilidade de avaliar o desviante do outgroup validaram as normas do grupo e na impossibilidade de o avaliar efectuaram um decréscimo normativo da importância das normas.

O presente estudo foi concebido com o intuito de verificar se a categorização dos participantes, em grupos mínimos, evidenciava os efeitos encontrados nos estudos efectuados com grupos naturais. A análise dos dados demonstrou que os participantes, quando inseridos numa experiência de grupos mínimos, desenvolvem estratégias de acção e de defesa da Identidade Social Positiva opostas às dos grupos naturais. Face a estes resultados existe uma dúvida, o facto de a categorização (tipos de inteligência), não se relacionar com os valores ético-morais (normas dos estudantes universitários) enunciadas nos questionários. Outro aspecto que poderemos entender como indiciador deste resultado será a utilização de três medidas de normas. Apesar desta metodologia ter sido utilizada com o intuito de anular o efeito de confounding, ela pode ter provocado um efeito de saturação de resposta às mesmas perguntas. Decidimos assim, elaborar um novo estudo com grupos naturais. Este estudo é metodologicamente diferente de todos os elaborados até aqui (ver procedimento do estudo 4).

ESTUDO 4 - O PROCESSO DE VALIDAÇÃO NORMATIVA E A VALIDAÇÃO CONSENSUAL

De acordo com a Teoria da Dissociação (Pérez e Mugny, 1988; 1990) sabemos que uma informação que venha do ingroup tem uma maior probabilidade de influenciar do que uma que venha do outgroup. No ingroup a identificação é mais intensa e a informação é aceite com uma atitude menos defensiva. Assim, numa situação intragrupal, o indivíduo parte do princípio que os seus juízos e comportamentos vão de encontro com os dos membros que ele percebe como semelhantes a si mesmo e que pensa ser um grupo de referência adequado à situação. Ou seja, a percepção dos outros como um grupo de referência apropriado para a comparação social cria a partilha de expectativas. Partilha essa, necessária para a diminuição de incerteza e posteriormente para a mútua influência (Turner, 1987). Desta forma, o indivíduo confia que os seus julgamentos são válidos enquanto observar que os membros do seu grupo se comportam e têm a mesma opinião que ele na mesma situação. A Teoria da Auto-Categorização (Turner, 1987) no domínio da influência social especifica que a influência depende da categorização social do eu. Assim, a percepção individual e a validação consensual (expectativa de que o ingroup partilhe as mesmas opiniões que os seus membros) são processos funcionalmente interdependentes. A existência de um desviante no ingroup gera incerteza e desconfiança nos seus julgamentos, pois o indivíduo vê que as pessoas que são semelhantes a ele próprio estão em desacordo consigo. Assim, podemos prever que, por exemplo, num contexto de Portugueses a avaliar um português desviante, em que os membros do grupo têm acesso à avaliação desse desviante, as pessoas avaliem o desviante do seu grupo de forma semelhante à dos seus colegas de grupo. Neste caso a influência social é originada pela necessidade que as pessoas têm de obter acordo com os membros do seu grupo, no que diz respeito a atributos relevantes (avaliação) e em situações idênticas (existência de um membro desviante). Neste situação esperamos que os membros do ingroup enveredem por uma estratégia de derrogação do seu membro desviante (Hipótese da Validação Consensual com os Membros do Ingroup). Contrariamente, quando a fonte de validação passa a ser o outgroup pensamos que a estratégia de manutenção de uma identidade social positiva é efectuada através de um afastamento significativo dos juízos emitidos ou a emitir pelo outgroup. Por esta razão esperamos que os participantes deste estudo enveredem por uma estratégia de defesa do

seu membro desviante (Hipótese de Não Validação Consensual com os Membros do Outgroup).

Podemos também, tal como nos estudos anteriores, esperar que o indivíduo avalie mais negativamente o membro desviante do seu grupo do que o membro desviante do outgroup. Esta avaliação mais negativa não prevê que o desviante do ingroup seja expulso do grupo, mas que se mantenha no grupo (Hipótese da Manutenção de uma Identidade Social Positiva). Tendo como base o estudo efectuado por Marques (1990) decidimos criar uma nova situação experimental que incluiria a importância das normas violadas pelo membro desviante. De acordo com Marques (1990) a saliência de uma dimensão importante para a definição da identidade social do indivíduo gera uma avaliação mais negativa do que a saliência de uma dimensão menos relevante. Esta relevância está também articulada com a pertença dos membros avaliados. Assim podemos prever que a avaliação do membro desviante de normas relevantes do ingroup no grupo suscita um aumento de convicção normativa (validação normativa) (Hipótese da Validação Normativa), enquanto que a avaliação do membro desviante de normas relevantes do outgroup suscita um decréscimo de convicção normativa (decrécimo do valor da norma) (Hipótese do Outgroup).

Método

Amostra

A amostra é constituída por 81 estudantes, sendo 34 estudantes do curso de Psicologia da Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto e 47 alunos do curso de Direito da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

Plano experimental

O plano experimental do estudo é um 2 (Ingroup vs Outgroup) x 2 (Membro Desviante do Ingroup vs Membro Desviante do Outgroup) x 2 (Norma Relevante vs. Norma Não Irrelevante).

Procedimento

O estudo realizou-se através de um questionário administrado, na área da faculdade, aos alunos de Psicologia e aos de Direito. Tal como os estudos anteriores este questionário

foi apresentado como sendo um estudo sobre “O Comportamento dos Estudantes Universitários Portugueses”, em que os investigadores estavam interessados em saber a forma como estudantes que coabitam no mesmo espaço – a faculdade – se diferenciam em função da faculdade a que pertencem. Os participantes deveriam ter em consideração que as suas respostas iriam ser analisadas por outros estudantes (Validação Consensual do Ingroup vs. Validação Consensual do Outgroup).

Os participantes poderiam pertencer a uma das oito condições experimentais: a) avaliação do membro desviante do ingroup, sendo as normas relevantes para os participantes e, sendo as suas respostas validadas consensualmente pelo ingroup); b) avaliação do membro desviante do ingroup, sendo as normas relevantes para os participantes e, sendo as suas respostas validadas consensualmente pelo outgroup); c) avaliação do membro desviante do ingroup, sendo as normas não relevantes para os participantes e, sendo as suas respostas validadas consensualmente pelo ingroup); d) avaliação do membro desviante do ingroup, sendo as normas não relevantes para os participantes e, sendo as suas respostas validadas consensualmente pelo outgroup); e) avaliação do membro desviante do outgroup, sendo as normas relevantes para os participantes e, sendo as suas respostas validadas consensualmente pelo ingroup); f) avaliação do membro desviante do outgroup, sendo as normas relevantes para os participantes e, sendo as suas respostas validadas consensualmente pelo outgroup); g) avaliação do membro desviante do outgroup, sendo as normas não relevantes para os participantes e, sendo as suas respostas validadas consensualmente pelo ingroup); h) avaliação do membro desviante do outgroup, sendo as normas não relevantes para os participantes e, sendo as suas respostas validadas consensualmente pelo outgroup.

Os participantes deviam avaliar um conjunto de 14 normas: “aceitar as críticas dos colegas”; “ajudar os colegas quando têm problemas”; “almoçar com os colegas”; “andar bem-vestido”; “emprestar os apontamentos das aulas aos colegas”; “estudar em conjunto com os colegas”; “lutar pelos direitos estudantis”; “participar nas actividades académicas de carácter social: festas e praxe”; “participar, ser comunicativo, nas aulas”; “pertencer à comissão organizadora dessas actividades académicas”; “pertencer ao mesmo clube que os colegas”; “ser assíduo”; “ser estudioso” e “tirar as dúvidas aos colegas”, de acordo com o grau de importância que cada norma tem para si próprio (1 = mais importante/menos importante; 14 = menos importante/mais importante)

A avaliação dos membros desviantes (Ingroup vs Outgroup) foi efectuada através de dez traços (descritos abaixo) numa escala de sete pontos em que 1 = muito negativo e 7 = muito positivo e, através de quatro medidas de controlo social em que 1 = redefinição das fronteiras do grupo, colocando o desviante fora do grupo, impedindo-o de qualquer contacto com o grupo e 7 = manutenção do desviante no grupo. A primeira medida de controlo social é falar com o desviante (1 = ninguém devia continuar a falar com ele; 7 = as pessoas deviam continuar a falar-lhe), a segunda convidá-lo para as festas (1 = ninguém o devia convidar para as festas; 7 = as pessoas deviam continuar a convidá-lo), a terceira convidá-lo para equipas de trabalho (1 = ninguém o devia convidar para equipas de trabalho; 7 = as pessoas deviam continuar a convidá-lo) e a quarta, ajudá-lo nas cadeiras (1 = ninguém o devia ajudar nas cadeiras; 7 = as pessoas deviam continuar a ajudá-lo nas cadeiras).

Em seguida foi-lhes pedido que escrevessem as normas que tinham considerado como as mais vs. menos importantes e que avaliassem a importância dessas normas (medida de certificação da condição) de acordo com uma escala de dois pontos (1 = muito importantes, 2 = nada importantes). O empenho na prossecução das normas foi medido numa escala de sete pontos (1 = pouco; 7 = muito). Esta variável mede a validação normativa.

Medidas Dependentes

As medidas dependentes do estudo eram a Identificação Grupal, a Percepção de Homogeneidade Grupal, a Avaliação do Membro, Empenho na Prossecução das Normas e Percepção de Semelhança na Atribuição de Importância das Normas.

Identificação Grupal. A identificação grupal foi avaliada através de quatro questões, duas relativas ao ingroup e duas relativas ao outgroup: 1) “Em que medida gostas de ser um estudante do teu curso”?; 2) “Em que medida gostarias de ser um estudante do outro curso”?; 3) “Em que medida gostas de pertencer ao teu curso”?; 4) “Em que medida gostarias de mudar para o outro curso”? Estas questões foram respondidas em escalas de 7 pontos, nas quais 1 = “não gosto nada” e 7 = “gosto muito”.

Percepção da Homogeneidade Grupal. Os participantes avaliavam a homogeneidade em duas questões, uma relativa ao ingroup e outra relativa ao outgroup: 1 e 2) Em sua opinião os estudantes que possuem o seu/outro tipo de inteligência comportam-se todos...” (1=todos da mesma maneira; 7=de maneira diferente uns dos outros).

Avaliação dos Membros. Como descrito acima, apenas metade dos participantes tiveram a possibilidade de avaliarem os dois membros desviantes. Havia seis questões de avaliação dos membros: 1 e 2) “Como avalias o membro descrito acima”. Esta avaliação foi efectuada através de dez traços: Amigável, Bom ouvinte, Egoísta, Invejoso, Mentiroso; Prestável; Inteligente; Simpático; Educado e Divertido (1=nada; 7=muito) e, através de quatro medidas de controlo social; 3) Falar com o desviante; 4) Convidá-lo para as festas; 5) Convidá-lo para fazer parte das equipas de trabalho e 6) Ajudá-lo nas cadeiras. A escala utilizada para estas medidas foi descrita acima.

Empenho na prossecução das normas. Os participantes avaliam o empenho na prossecução das normas através de quatro questões, três relativas ao ingroup e 1 relativa ao outgroup: 1) “Em que medida estás disposto a agir de acordo com esses comportamentos?”; 2) “Em que medida estás empenhado para que os estudantes do teu curso ajam de acordo com esses comportamentos?”; 3) “Em que medida achas que os estudantes do teu curso estão empenhados em agir de acordo com esses comportamentos?”; 4) “Em que medida achas que os estudantes do outro curso estão empenhados em agir de acordo com esses comportamentos?” Estas questões foram respondidas em escalas de 7 pontos, nas quais 1 = “pouco” e 7 = “muito”.

Percepção de Semelhança na Atribuição de Importância das Normas. Os participantes avaliam esta medida através de uma questão: 1) “Em que medida estás convicto de que os estudantes do teu curso, lhe dão uma importância semelhante?” (1= pouco; 7= muito).

Discussão e Resultados

Hipótese da Manutenção de uma Identidade Social Positiva

Esta hipótese prevê que os participantes avaliem mais negativamente o membro desviante do seu grupo do que o membro desviante do outgroup. Esta avaliação mais negativa não prevê que o desviante do ingroup seja expulso do grupo, mas que se mantenha no grupo. Para testar esta hipótese calculamos duas medidas: a Avaliação dos Membros e o Controlo Social. Estas medidas foram calculadas a partir dos valores nas medidas de avaliação e de controlo social. Somando as médias destas medidas obtivemos uma medida de Avaliação dos Membros ($\alpha = .88$) e uma medida de Controlo Social ($\alpha = .92$).

Realizámos a ANOVA da variável Avaliação segundo Importância (Norma Relevante vs. Norma Irrelevante) x Membro (Desviante de Normas Relevantes vs. Desviante de Normas Irrelevantes) x Validação Social (Fonte do Ingroup vs. Fonte do Outgroup) e verificamos um efeito da Importância da Norma ($F(1;80)=12.92$, $p<.001$). Os participantes avaliam mais negativamente os membros desviantes de normas relevantes ($M = 3.13$, $DP = .97$) do que a os desviantes de normas irrelevantes ($M = 3.98$, $DP = 1.22$) ($t(79) = -3.39$, $p<.01$). No geral, a avaliação dos membros desviantes é mais negativa ($M = 3.59$, $DP = 1.18$) do que o controlo social ($M = 4.97$, $DP = 1.40$), ($t(80) = -9.70$, $p<.01$). Por esse motivo efectuamos uma ANOVA da variável Controlo Social segundo Importância x Membro x Validação Social, a qual, não demonstrou qualquer efeito.

Podemos afirmar que os participantes avaliam mais positivamente os membros desviantes de normas relevantes do que os membros desviantes de normas irrelevantes, não entrando para essa diferenciação a pertença dos membros. A diferenciação não é efectuada pela pertença dos membros mas sim pela importância das normas violadas. A nossa hipótese não foi confirmada.

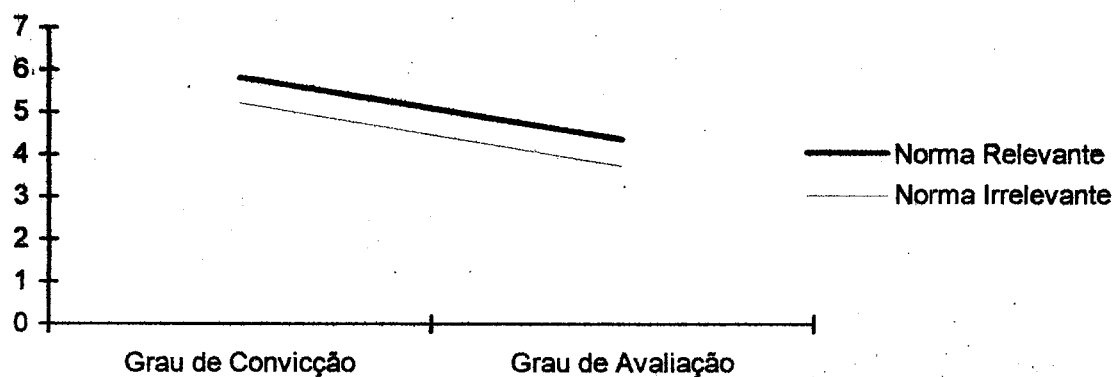
Hipótese da Validação das Normas

Esta hipótese prediz que a avaliação do membro desviante de normas relevantes do ingroup suscita um aumento de convicção normativa. Para testar esta hipótese efectuamos uma ANOVA das medidas Convicção (corresponde à primeira questão da variável empenho na prossecução das normas) e Avaliação X Pertença do Membro Desviante (Ingroup vs Outgroup) X Importância da Norma (Norma Relevante vs Norma Irrelevante) que evidenciou um efeito da Convicção ($F(1;73)= 5.31$; $p<.05$) e um efeito da Avaliação ($F(1;73) = 8.42$; $p<.05$). Os participantes aumentam o grau de convicção (Validação Normativa) de acordo com a relevância da norma. Quanto mais relevante é a norma maior é a convicção de que essa norma é importante ($M = 5.82$, $DP = .68$) e, quanto menos relevante for a norma menor é a convicção dos participantes ($M = 5.21$, $DP = 1.13$) ($t(79) = 2.88$; $p<.005$). Neste estudo o processo de validação normativa está relacionado com a importância das normas e não com a pertença dos membros desviantes. A nossa hipótese não foi confirmada.

Hipótese do Outgroup

Esta hipótese prediz que a avaliação do membro desviante de normas relevantes do outgroup suscita um decréscimo de convicção normativa. Tal como já referimos acima, também o fenómeno de decréscimo valorativo da importância da norma, neste estudo, está relacionado com a importância da norma e não com a pertença do membro desviante. Esta hipótese não foi confirmada

Figura 6. Grau de Convicção da Norma e Grau de Punição dos Membros Desviantes de acordo com a Importância da Norma Violada (Norma Relevante vs Norma Irrelevante)



Hipótese da Validação Consensual com os Membros do Ingroup

Esta hipótese prediz que, os sujeitos, quando confrontados com uma validação social, da sua avaliação dos membros desviantes do ingroup, por membros do seu próprio grupo, enveredem por uma estratégia de derrogação do seu membro desviante. Para testar esta hipótese efectuamos uma ANOVA da medida Avaliação X Validação Social (Ingroup vs Outgroup) X Pertença dos Membros Desviantes (Ingroup vs Outgroup) e verificamos a inexistência de efeitos ($F(1;73) = 1$; n.s.). A nossa hipótese não foi confirmada.

Hipótese da Validação Consensual com o Outgroup

Esta hipótese prediz que quando a fonte de validação passa a ser o outgroup a estratégia de manutenção de uma identidade social positiva é efectuada através de um afastamento significativo dos juízos emitidos ou a emitir pelo outgroup. Por esta razão esperamos que os participantes deste estudo enveredem por uma estratégia de defesa do seu membro desviante. Tal como a anterior também esta hipótese não foi confirmada.

Conclusão

Os resultados evidenciam uma relação entre o processo de validação normativa e a importância das normas violadas. Os participantes validam as suas normas através da avaliação de membros desviantes de normas relevantes. Podemos encarar este processo como uma estratégia de reagir à ameaça que é o desviante de normas relevantes. Esta estratégia de validação das normas relevantes pode ser encarada como uma necessidade de sentir coesão dentro do grupo. Pensamos assim, que a necessidade de sentir coesão pode gerar, nos participantes, o empenho em promovê-la dentro do grupo. Verificamos que quanto mais convictos estão das normas relevantes do grupo, mais empenhados estão em promover a adesão do grupo às normas ($r = .70, p < .001$).

De acordo com Marques (1990) a importância das dimensões violadas para a identidade social gera uma diferença avaliativa dos desviantes. Ou seja, em dimensões importantes, os membros desviantes do ingroup são avaliados mais negativamente do que os membros desviantes do outgroup, enquanto que em dimensões menos relevantes, os desviantes do ingroup são avaliados de uma forma mais moderada. Podemos pensar que a relevância da dimensão violada (Norma Relevante vs Norma Irrelevante) afecta a convicção das normas do grupo. Para testar esta suposição efectuamos uma análise da variância da variável Convicção X Condição (Importância da Norma X Pertença do Membro) e verificamos um efeito da variável Condição ($F(3;77) = 20.49, p < .001$). Os participantes que avaliam um membro desviante de normas importantes possuem mais vontade de agir de acordo com as normas do grupo, ou seja, estão mais convictos da importância das normas, do que os membros que avaliam um membro desviante das normas irrelevantes para o grupo. A avaliação de membros desviantes de normas irrelevantes gera um decréscimo da convicção das normas do grupo.

Tanto a avaliação dos membros desviantes como o processo de validação das normas ou o efeito de decréscimo da importância das normas está, neste estudo, dependente da Importância da Norma e não da Pertença dos Membro Desviante. Esta situação coloca-nos a dúvida de a validação consensual do grupo (Ingroup vs Outgroup) tornar saliente a Importância da Norma, em vez de tornar saliente a Pertença do Membro Desviante. Deste estudo só podemos concluir que o facto de tornar-mos saliente a importância das normas faz com que a pertença dos membros desviantes deixe de ter validade. Não sabemos, no entanto, se este facto é devido à validação consensual do grupo, ou se é devido a limitações metodológicas do estudo. De facto não

é surpreendente que a importância da norma gere estas assimetrias, visto que este efeito já foi evidenciado em estudos efectuados por Marques (1990), no entanto, o que é estranho é a pertença do desviante não acentuar estes efeitos. Podemos também supor que, o facto, de este ser o primeiro estudo, em que encontramos diferenças entre a avaliação dos membros e o seu controlo social, gerar este efeito. No entanto, tal como nos processos descritos acima, também estas diferenças só se tornam salientes através da importância da norma e não através da pertença dos membros.

DISCUSSÃO GERAL

A nível intragrupal definimos que os participantes com possibilidade de avaliar um desviante do ingroup iniciariam um processo de validação normativa enquanto que, os participantes impossibilitados de avaliar o desviante do seu grupo iniciariam um processo de decréscimo da importância valorativa das normas do grupo. Contrariamente, através da hipótese do outgroup, definimos que os participantes com possibilidade de avaliar um membro desviante do outgroup efectuariam um processo de decréscimo da importância valorativa das normas e os participantes impossibilitados de avaliar o membro desviante do outgroup iniciariam um processo de validação normativa. Estas hipóteses baseavam-se na Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1971) e no Efeito Ovelha Negra (Marques e colegas, 1988; 1988; 1990; 1994; 1996,1999; 2000).

Os resultados dos quatro estudos apontam para a possibilidade de concebermos a interacção do processo de validação normativo e o processo de decréscimo da importância valorativa das normas com a avaliação de membros desviantes. No entanto, os resultados dos estudos fornece-nos pistas de análise diferentes entre si. No primeiro estudo verificamos que ao nível intragrupal os participantes efectuaram o processo tal como o definimos, mas ao nível do outgroup o processo de decréscimo da importância valorativa das normas não está relacionado com a possibilidade ou não de avaliar o membro. Assim, ao nível intragrupal, o processo normativo está relacionado com a possibilidade de avaliação do membro desviante do ingroup, mas a nível do outgroup o processo está relacionado com a saliência do outgroup e não com a avaliação. Este estudo, tal como já referimos anteriormente, possui bastantes deficiências metodológicas, pelo que foi considerado como um estudo exploratório.

Os resultados do segundo estudo permitiram-nos verificar que o processo de validação normativa e o processo de decréscimo da importância valorativa das normas está relacionado com a saliência da pertença do membro desviante. Assim, quando os participantes estão na presença de um membro desviante do seu grupo validam as suas normas e quando estão na presença de um desviante do outgroup efectuem um decréscimo do valor atribuído à norma. Neste estudo os processos não estão relacionados com a avaliação mas sim com a pertença do membro desviante. O terceiro

estudo foi efectuado com grupos artificiais e os seus resultados demonstraram que quando os participantes possuem a possibilidade de avaliar o membro desviante do seu grupo decrescem a importância das normas e quando não os avaliam valorizam as suas normas. Contrariamente, quando avaliam um membro desviante do outgroup efectuam um processo de validação normativa e quando estão impossibilitados de o avaliar decrescem a importância da norma. Este estudo alertou-nos para a possibilidade de os grupos artificiais possuírem estratégias de manutenção de uma identidade social positiva antagónicas às dos grupos naturais. Parece que, no caso dos grupos mínimos, os participantes, pelo facto de terem a possibilidade de avaliar o membro desviante do seu grupo, não necessitam de reacreditar a importância das suas normas, enquanto que se não possuírem essa oportunidade sentem necessidade de validar as suas normas. Podemos também conceber que a avaliação do desviante já é uma validação das normas, pelo que os participantes não necessitam de as reacreditar posteriormente, quando não lhes é permitido avaliar, então torna-se necessário validar as suas normas. Se os resultados forem analisados desta forma, poderemos entender que esta estratégia de manutenção de uma identidade social positiva, apesar de parecer uma estratégia diferente, possui a mesma lógica da desenvolvida nos grupos naturais. Desta forma, também a estratégia de reedificação normativa ao nível do outgroup é semelhante à dos grupos naturais.

O quarto estudo foi concebido para verificar se o procedimento utilizado nos estudos anteriores poderia ser considerado válido, para isso criamos condições experimentais diferentes. Decidimos, com base no estudo de Marques (1990) considerar a variável importância da norma (Norma Relevante vs Norma Irrelevante). A esta variável acrescentamos a de validação consensual (Ingroup vs Outgroup) pois acreditávamos que os participantes ao terem conhecimento de que as suas respostas iriam ser validadas pelos membros do seu grupo efectuassem avaliações mais negativas do seu membro desviante e consequentemente, validassem as suas normas de uma forma mais extrema. Esta suposição está patente na Teoria da Dissociação (Pérez e Mugny, 1988; 1990) e na Teoria da Auto-Categorização (Turner, 1987), as quais postulam que a influência depende da categorização do eu, ou da percepção do eu como semelhante ao grupo e da partilha de expectativas. Os resultados porém, demonstraram que, tanto o processo de validação normativa como o processo de decréscimo da

importância valorativa das normas, estão dependentes da importância da norma tornada saliente e não da pertença do membro avaliado.

CONCLUSÃO GERAL

Nesta conclusão geral sugerimos a interação entre o processo de validação normativo e o processo de decréscimo da importância valorativa das normas e a avaliação de membros desviantes como determinante na implementação de estratégias comportamentais definidas por vários autores: Tajfel (1978), Turner (1991), Marques e colegas (1988; 1988; 1990; 1994; 1996,1999; 2000) e Pérez e Mugny (1988; 1990). Tajfel (1978) define que os indivíduos comportam-se como membros de uma dada categoria social porque se percebem como pertencentes a essa categoria, a qual eles interpretam como claramente distinta e separada das outras categorias para quem ele dirige a discriminação. Esta discriminação é feita com o intuito de alcançar uma identidade social positiva, ou seja, a manutenção de uma auto-imagem/identidade social positiva. A identidade social positiva é conseguida através da comparação entre o ingroup e o outgroup, da qual resulta a atribuição de favoritismo do ingroup.

De acordo com Turner (1991) o processo de auto-categorização implica a saliência de duas categorias: a categoria da pertença do indivíduo e uma outra categoria relevante para a comparação. A auto-categoria tornada saliente depende de dois princípios cognitivos resultantes da relação indivíduo-contexto (Oakes, Haslam & Turner, 1994): comparative fit e normative fit. O comparative fit corresponde às características que os estímulos presentes no meio ambiente têm para os organizar em categorias. Essa organização é tanto mais adequada quanto mais simples e eficaz é para o processo de comparação social. Uma vez tornadas salientes as categorias é analisada a congruência entre as características dos seus membros e as do protótipo da categoria respectiva. Esta congruência corresponde ao normative fit. A comparação intergrupar baseia-se na saliência de uma auto-categoria que especifica a pertença ao ingroup, logo coloca em relevo a componente social do auto-conceito. A partir deste momento as características pessoais salientes são as que o indivíduo considera como prototípicas do ingroup.

A ideia de que “a percepção de membros de diferentes categorias sociais tem o poder de influenciar o comportamento social” é apoiada por vários estudos (Wrightman et al, 1971; Hatton, 1967; Epstein, 1966; Doise, 1969; Doise e Sinclair, 1973; Doise e Weinberger, 1973; Tajfel, 1969; in Tajfel, 1973, pág. 140).

As categorias sociais influenciam a interacção pela sua capacidade de agir como referências sociais de interpretação de, e resposta a, comportamentos individuais. As categorias sociais, enquanto sinais da realidade social, introduzem um contexto social de atitudes e valores intergrupais os quais medeiam o comportamento experimental. Assim, as categorias sociais da vida real são um símbolo condensado da existência de relações intergrupais, mas não são determinantes do que simbolizam.

De acordo com Marques e colegas (1988; 1988; 1990; 1994; 1996,1999; 2000) é possível encontrar na literatura uma série de exemplos que indirectamente sustentam a ideia de que as categorias sociais gastam muita energia na detecção e punição dos seus membros desviantes. Esses exemplos ilustram bem a ideia de que existe um envolvimento dos membros normativos quanto à violação de normas vitais do grupo pelos membros desviantes. Pois essa violação ameaça a construção e a manutenção de uma identidade comum (Levine e Moreland, 1994; 1998). A investigação efectuada no âmbito da Ovelha Negra demonstra que a construção comparativa de uma identidade social positiva é ameaçada na presença de um membro desviante (Marques e Paez, 1994). De acordo com Marques e Paez (1994) um membro desviante do ingroup é um membro que diverge do grupo em dimensões prototípicas do ingroup. Este membro é uma ameaça intragrupal que coloca a validade subjectiva do grupo em causa, no sentido em que vai contra as expectativas do grupo em relação aos comportamentos dos seus membros (Marques e Paez, 1994). Em muitas situações avaliamos os membros socialmente desejáveis e socialmente indesejáveis do nosso de forma, respectivamente, mais favorável e mais desfavorável que os membros semelhantes do outgroup. Este processo avaliativo é denominado de Efeito Ovelha Negra. Este efeito corresponde a um estratégia cognitiva de mudança social que ocorre quando um valor relevante do grupo é ameaçado pelos seus próprios elementos (Marques e Paez, 1994). Estudos recentes efectuados por Marques (2000) evidenciam um novo modelo - a dinâmica de grupos subjectiva. Esta processo fundamenta-se em duas ideias essenciais: a primeira é que o desvio pode ajudar a implementar a identidade social positiva dos membros do grupo; a segunda é que a relação de hostilidade dos membros normativos ao desvio intragrupal deve ser entendida num contexto mais geral das relações entre grupos. De acordo com Marques (2000) os estudos efectuados sobre o efeito ovelha negra demonstram que os indivíduos envolvem-se simultaneamente num processo de diferenciação inter e intragrupal e, não num processo de redução de inconsistências entre os membros

associados a um protótipo e os membros desviantes do ingroup. O modelo da dinâmica de grupos subjectiva tenta articular as funções sociais com as funções psicológicas da reacção ao desvio. A ideia subjacente a este modelo é que, primeiramente, a motivação de base destes indivíduos para construir e manter uma representação gratificante do ingroup leva-os a procurar comparações intergrupais positivas (Tajfel, 1978). No entanto, em muitas situações a emergência de um desvio intragrupal não pode ser resolvido através de uma mudança de critério de categorização. Neste caso, os indivíduos adoptarão uma focalização prescritiva. Esta focalização traduz-se numa atenção aos comportamentos que validam ou desfiam os critérios que legitimam a identidade social positiva. A derrogação dos desviantes produzirá um esforço do seu envolvimento com o ingroup, através da readesão às normas violada (Processo de Validação Normativo).

Podemos então, entender que a importância da categorização social nos conflitos sociais está assente no seu poder para definir o contexto básico do processo intergrupar, como o processo de validação normativa ou o de decréscimo da importância das normas.

De acordo com a Teoria da Dissociação (Pérez e Mugny, 1998; 1990) a fonte de informação (ingroup vs outgroup) gera um aumento ou uma diminuição de influência social. Quando a informação provém do ingroup a identificação é mais intensa e a informação é mais rapidamente aceite, visto que a atitude de recepção é menos defensiva. Numa situação intragrupal o indivíduo parte do princípio que os seus comportamentos vão de encontro às expectativas dos seus membros. A percepção dos outros elementos como elementos do mesmo grupo cria uma influência mútua (Turner, 1987). A influência social é originada pela necessidade que as pessoas têm de partilhar acordos com os membros do seu grupo, em relação a atributos relevantes e em situações idênticas. Podemos afirmar que a percepção individual e a validação consensual são processos funcionalmente interdependentes. Quando falamos de um contexto intergrupar, ou seja, de uma aproximação de juízos em relação ao outgroup, ou de uma possível validação de opiniões dos membros do ingroup por membros do outgroup, pensamos que as estratégias não são iguais às desenvolvidas anteriormente. Pérez e Mugny (1996) afirmam que quanto mais ocupada estiver a atenção ou a actividade sociocognitiva do indivíduo em afirmar ou mudar a sua relação social com a fonte de validação consensual menor será a atenção dada ao conteúdo da mensagem. Pensamos

que esta diferenciação (diferenciação da fonte e dos julgamentos propostos pela fonte) é uma estratégia de manutenção de uma auto-imagem positiva. Na presença de uma validação consensual do outgroup o ingroup vai alterar, nem que momentaneamente, as suas avaliações do desviante e validar as suas normas, não pela pertença ao grupo, mas pela importância da norma violada. Consideramos que em situação de possível aproximação ou controlo por parte do outgroup, o grupo concentra a sua energia em manter uma diferenciação social positiva através da sub-valorização de determinadas dimensões em detrimento de outras. De acordo com Turner (1987) existe uma tendência para sermos parciais nas nossas avaliações. Estas avaliações são distorcidas a favor do ingroup com o intuito de construir uma superioridade relativa do ingroup sobre o outgroup.

Propomos a existência de duas estratégias de protecção da identidade social do grupo. Uma dessas estratégias é interna e permite: a) o processo de validação normativa através da avaliação negativa dos membros desviantes do ingroup face ao outgroup, b) o processo de desvalorização normativa face à avaliação dos membros desviantes do outgroup. A outra estratégia é externa e permite: a) o processo de validação normativa através da avaliação de um membro desviante de normas relevantes; b) o processo de desvalorização normativa através da avaliação de um membro desviante de normas irrelevantes. Como podemos verificar a estratégia externa de manutenção de uma identidade social positiva provoca uma alteração, nem que seja momentânea, da dimensão utilizada para facilitar a diferenciação social. Seria de esperar que o grupo validasse as suas normas utilizando para isso a dimensão da pertença do membro desviante, no entanto, o grupo utilizou a dimensão importância da norma. Pensamos que este fenómeno se deve, tal como focamos acima, ao facto de o grupo percepcionar uma semelhança ou um possível controlo por parte do outgroup.

BIBLIOGRAFIA

- Abrams, D. & Hogg, M.A. (1990). Social Identification, Self-Categorization and Social Influence. In W. Stroebe & M. Hewstone (Eds.), *European Review of Social Psychology* (Vol. 1, p. 195-228). Chichester, England:Wiley
- Abrams, D. e Hogg, M. A. (1990). An Introduction to Social Identity Approach. In D. Abrams e M. A. Hogg (Eds.), *Social Identity Theory Constructive and Critical Advances*, Londres, Harvester Wheatsheaf.
- Aggleton, P. (1987) Deviance. Londres. Tavistock Publication
- Archer, D. (1985). Social Deviance. In G. Lindzey e E. Aronson (Eds.), *Handboock of Social Psychology*.
- Aron, R. (1991). As Etapas do Pensamento Sociológico. Lisboa. Publicações D. Quixote
- Becker, H. S. (1963) Outsiders. New York: Free Press
- Becker, H. S. (1976) Uma Teoria da Acção Colectiva. Rio de Janeiro. Zahar Editoras
- Blanz, M.; Mummendey, A; Mielke, R. Klink A..(1998). Responding to Negative Social Identity: a Taxonomy of Identity Management Strategies, *European Journal of Social Psychology*, (28, p.697-29).
- Branscombe, N. & Wann, D. (1994). Collective Self-Esteem Consequences of Outgroup Derogation when a Valued Social Identity is on trial, *European Journal of Social Psychology*, (24, 641-57).
- Brewer, M. B. & Brown R.J. (1998). Intergroup Relations. In D.T.Gilbert, S.T. Fiske, & G. Lindzey (Eds.), *The Handbook of Social Psychology*, (Vol. 2, p.554-594). New York: McGraw-Hill
- Brown, R. (1988). Group Processes: Dynamics within and between Groups. Oxford:Basil Backwell
- Buhl, T. (1999). Positive-Negative Asymetry in Social Discrimination: Meta-analytical Evidence, *Group Processes & Intergroup Relations* ,(2, p.51-58).
- Cartwright D.& Zander A.(1968). *Group Dynamics*. Londres, Tavistock.

- Cartwright, D. (1968). The nature of group cohesiveness, In D. Cartwright & A. Zander (Eds) *Group Dynamics*. Londres, Tavistock.
- Cialdini, R. B. & Trost, M. R. (1998). Social Influence: Social Norms, Conformity, and Compliance. In D. T. Gilbert, S.T. Fiske, & G. Lindzey (Eds.), *The Handbook of Social Psychology*, (Vol. 2, p.151-192). New York: McGraw-Hill
- Clinard, M.B. & Meier, R.F. (1992) *Sociology of Deviant Behavior*
- Crano, W. Alvaro, E (1998). Indirect Minority Influence: The Leniency Contract Revisited, *Group Processes & Intergroup Relations* , (1, p.99-115).
- Devos, T., Comby, L. & Deschamps, J.C. (1996). Asymmetries in Judgements of Ingroup and Outgroup Variability, In W. Strober & M. Hewstone (Eds), *European Review of Social Psychology*, (Vol. 7, pp.95-138).
- Durkheim, E. (1938). *The Rules of Sociological Method*, 8th Ed. Trans. Sarah A., Solovay e John H. Mueller. Free Press.
- Durkheim, E. (1960) *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*. PUF
- Durkheim, E. (1961) *Moral Education*. New York: Free Press
- Durkheim, E. (1984) *Sociologia, Educação e Moral*.
- Durkheim, E. (sd). *Sociologia, Pragmatismo e Filosofia*.
- Emler, N. e Reicher, S. (1995) *Adolescence and Delinquency*. Inc. USA. A Blackwell Publishers.
- Eysenck, J. Hans e Gudjonsson; Gisli, H. (1991). *The Causes and Cures of Criminality*. Plenum Press, New York. London.
- Forsyth, D. R. (1990). *Group Dynamics*. Pacific Groove, CA: Brooks/Cole
- Foucault, M. (1988). *Vigiar e Punir. História da Violência nas Prisões*. Trad. Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis, Vozes.
- Gaertner, L. Schopler, J. (1998). Perceived Ingroup Entitativity and Intergroup Bias: an Interconnection of Self and Others, *European Journal of Social Psychology*, (28, p.963-80).
- Gibbs, J. (1981) *Norms, Deviance and Social Control – Conceptual Matters*. Elsevier, New York, Oxford.
- Hogg, M. A. & Abrams, D. (1993) *A Social Psychology of Intergroup Relations and Group Process*. London e New York. Routledge

- Hogg, M.A, Turner J.C. (1987). Social Identity and Conformity: a theory of referent informational influence, In W. Doise and S. Moscovici (Eds.), *Current Issues in European Social Psychology* (Vol.2, pp.139-77).
- Jetten, J.; Spears R. Manstead A. (1997). Distintiveness Threat and Prototypicality: Combined Effects on Intergroup Discrimination and Collective Self-Esteem, *European Journal of Social Psychology*, (27, p.635-57).
- Knippenberg, A. & Ellemers, N. (1990). Social Identity and Intergroup Differentiation Process. In W. Strober & M. Hewstone (Eds), *European Review of Social Psychology*, (Vol.1, pp.137-69).
- Kruglansky, A. W. & Webster, D. M. (1991). Group members Reaction to Opinion Deviates and Conformists at Varying Degrees of Proximity to Decision Deadline and of Environmental Noise, *Journal of Personality and Social Psychology*, (61, p. 212-225).
- Levine J. M. & Moreland, R. L. (1990). Progress in Small Group Research, *Annual Review of Psychology*, (41, p.585-634).
- Levine, J. e Thompson L. (1996) Conflict in Groups. In *Social Psychology Handbook of Basic Principles*. E. Tory Higgins & Ariew Kruglansky (Eds.): The Guilford Press
- Levine, J. M. (1980). Reaction to Opinion Deviance in Small Groups. In P. Paulus (Ed.), *Psychology of Group Influence* (p.375-429). Hillsdale , NJ: Lawrence Erlbaum.
- Marques, J.M., Paez, D. & Abrams D. (1998). Identity and Group/Intergroup Process. Worchel, S. Morales, F., Páez, D. & Deschamps, J. (Eds.) *Social Identity: International Perspectives*. (p. 124-141). London, Thousand Oaks, New Dehli: SAGE Publications
- Marques, J.M. & Paez, D. (1996). Identidad Social y Diferenciación Intergrupal: El "Efecto Oveja Negra" como una Función y un Antecedente del Control Social Subjetivo. In Morales, J.F., Paez, D., Deschamps, J.C., Worchel, S. (Eds), *Identidad Social: Aproximaciones psicossociales a los grupos y a las relaciones entre grupos* (323-54). Valencia.
- Marques, J.M. (1988). Categorização Social, Identidade Social e Homogeneidade de Outgroup: uma Análise Conceptual, *Análise Psicológica*, (3-4 (VI): 279-305).

- Marques, J.M. (1990). The black sheep effect: Outgroup Homogeneity in Social Comparison Settings. In Abrams & M. A. Hogg (Eds), *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances* (pp.131-52). New York: Harvester Wheatsheaf.
- Marques, J.M., Robalo, E.M. & Roche, S.A. (1992). Ingroup Bias and "the Black Sheep Effect": Assessing the Impact of Social Identification and Perceived Variability on Groups Judgments, *European Journal of Social Psychology*, (22, 331-52).
- Merton, R.K. (1957) Social Theory and Social Structure. New York: Free Press
- Moscovici, S. (1985). Social Influence and Conformity. In G. Lindzey e E. Aronson (Eds.), *Handboock of Social Psychology*.
- Nadler, A. (1993). Deviance In Primary Groups: The Social Negotiation of Personal Change. In W. Stroebe & M. Hewstone (Eds.), *European Review of Social Psychology*, (Vol. 4, p. 187-219).
- Nadler, A. (1993). Deviance in Primary Groups: The Social Negotiation of Personal Change, In W. Strober & M. Hewstone (Eds), *European Review of Social Psychology*, (Vol. 4, pp.189-19).
- Pérez, J. A. e Mugny, G. (1990). Minority Influence, manifest discrimination and Latent Influence. In D. Abrams e M. A. Hogg (Eds.), *Social Identity Theory Constructive and Critical Advances*, Londres, Harvester Wheatsheaf.
- Pérez, J.A. e Mugny, G. (1996). Categorización e Influencia Social. In Morales, J.F., Paez, D., Deschamps, J.C., Worchel, S. (Eds), *Identidad Social: Aproximaciones psicossociales a los grupos y a las relaciones entre grupos* (p.461-90) Valencia.
- Perreault, S. Bourhis, R (1998) Social Identification, Interdependence and Discrimination, *Group Processes & Intergroup Relations* , (1, p.49-66).
- Prentice, D. A., Miller, D. T. & Lightdale, J. R. (1994) Asymmetries in Attachments to Groups and to their Members: Distinguishing between Common-identity and Common-bond Groups, *Personality and Social Psychology Bulletin*, (20, p.484-493).
- Pruitt, D. G. (1998) Social Conflict. In D. T. Gilbert, S.T. Fiske, & G. Lindzey (Eds.), *The Handbook of Social Psychology*, (Vol. 2, p.410-503). New York: McGraw-Hill

- Skidmore, W. (1975) *Pensamento Teórico em Sociologia*. Londres. Cambridge University
- Tajfel, H. (1978) *Differentiation between Social Groups*. London, New York, San Francisco. Academic Press
- Tajfel, H. (1978) *Differentiation between Social Groups*. Londres.
- Tajfel, H. & Turner, J.C. (1986) 'The Social Identity Theory of intergroup Behaviour', in S.G. Worchel & W. Austin (Eds.), *Psychology of Intergroup Relations* (2nd ed.), Chicago, pp. 7-24
- Tajfel, H. & Turner, J.C. (1979) 'An Integrative Theory of Intergroup Conflict', in S.G. Worchel & W. Austin (Eds.), *Psychology of Intergroup Relations* (2nd ed.), Monterey, CA: Brooks/Cole, pp. 33-47.
- Terry, D.J. & Hogg, M. A. (1996) 'Group Norms and the Attitude-Behavior Relationship: a Role for Group Identification', *Personality and Social Psychology Bulletin*, (Vol. 22, n° 8, p.776-793).
- Turner J. C. (1991) *Social Influence*. Pacific Grove, CA: Brooks/Cole
- Turner, J.C., Hogg, M.A., Oakes, P.J. Reicher, S.D. & Wetherell, M.S. (Eds.) (1987) *Rediscovering The Social Group: A self-Categorization Theory*. Oxford: Basil Blackwell.
- Vivian, J. E. & Berkowitz, N. H. (1993) 'Anticipated Outgroup Evaluations and Intergroup Bias', *European Journal of Social Psychology*, (Vol. 23. p. 513-524).
- Wheeler L. (1990) 'A Brief History of Social Comparison Theory', In J. Sullis and T. A. Wills (Eds.), *Social Comparison: Contemporary Theory and Research* (p.3-19).
- Worchel, S. Morales, F., Páez, D. & Deschamps, J. (Eds.) (1998) *Social Identity: International Perspectives*. London, Thousand Oaks, New Dehli: SAGE Publications
- Xiberras, M. (1993) *As Teorias da Exclusão – Para a Construção do Imaginário do Desvio*. Paris. Meridiens Klincksieck et cie